

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



Dissertação

**A JAAC E A RENAJ DA GUINÉ-BISSAU E OS SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO
COLETIVA (2019-2023): (DES) ENCONTROS, APROXIMAÇÕES E
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS**

Discente: Felisberto Júnior Pedro Bacurim

PELOTAS, RS

2024

Felisberto Júnior Pedro Bacurim

**A JAAC E A RENAJ DA GUINÉ-BISSAU E OS SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO
COLETIVA (2019-2023): (DES) ENCONTROS, APROXIMAÇÕES E
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Simone da Silva Ribeiro Gomes

PELOTAS, 2024

Felisberto Júnior Pedro Bacurim

**A JAAC E A RENAISSANCE DA GUINÉ-BISSAU E OS SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO
COLETIVA (2019-2023): (DES) ENCONTROS, APROXIMAÇÕES E
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28 de fevereiro de 2024.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr^a. Simone da Silva Ribeiro Gomes (Orientadora). Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticas da Universidade Estadual de Rio de Janeiro.

.....
Prof. Dr. Guilherme Figueredo Benzaquen. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

.....
Prof. Dr. Ricardo Gonçalves Severo. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação da
Publicação

B116j Bacurim, Felisberto Júnior Pedro

A JAAC E A RENAJ da Guiné-Bissau e os seus repertórios de ação coletiva (2019-2023) [recurso eletrônico] : (des) encontros, aproximações e transformações sociais / Felisberto Júnior Pedro Bacurim ; Simone Da Silva Ribeiro Gomes, orientadora. — Pelotas, 2024.
119 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. JAAC. 2. RENAJ. 3. Repertórios de ação coletiva. 4. Transformações sociais. 5. Guiné-Bissau. I. Gomes, Simone Da Silva Ribeiro, orient. II. Título.

CDD 301

Dedico esta dissertação aos meus pais, Pedro Bacurim e Rosalina Malú, por tudo que fizeram por mim. À minha orientadora Simone Da Silva Ribeiro Gomes pelo conhecimento que me transmitiu ao longo do processo de orientação.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão, primordialmente, a *Nachibatchi* "Ser Supremo", aos meus ancestrais pela minha existência e por terem cuidado de mim em todos os momentos da minha vida. Espero que continuem me protegendo, abençoando, iluminando os meus caminhos para que possa prosseguir com as realizações dos meus sonhos!

Em seguida, agradeço imensamente à minha orientadora, Simone Da Silva Ribeiro Gomes, pela demonstração de uma grande professora, orientadora e profissional, ao longo do processo de construção deste trabalho. Demonstrou ser uma orientadora atenciosa, detalhista, pronta a ajudar-me a crescer academicamente no decorrer deste processo. E, sobretudo, agradeço a sua parte humana, a sua simpatia, gesto de solidariedade e preocupação que demonstrou para comigo fora da dimensão universitária e da orientação de pesquisa. Pelo fato de ter me ajudado a me adaptar à nova realidade da cidade de Pelotas, com diferentes gestos que foram significativos e fazem muita diferença na minha vida. Obrigado por tudo, professora Simone! Por outro lado, a minha gratidão direciona-se aos meus entrevistados na pessoa de: Nuno Santos Mustas, Dionisio Pereira, Vladimir Victorino Gomes, Samira dos Reis, Adulai Seide e Aissatu Djassi por serem colaboradores, contribuidores e sujeitos fundamentais na construção deste trabalho. As vossas contribuições foram valiosas e, sem vocês, estaríamos a falar sobre outra coisa. Portanto, agradeço muito a vossa simpatia, abertura e prontidão em me ajudar!

Além disso, os meus votos de agradecimentos são extensivos aos meus familiares na qualidade dos meus pais, Pedro Bacurim e Rosalina Malú, por terem me gerado, cuidado de mim, com os seus ensinamentos educacionais basilares, que fizeram de mim um homem com valores e atributos necessários e adequados a conviver na sociedade. Considero-os as referências de vida, de humildade, simplicidade, persistência, labuta, dignidade, de acreditar e correr atrás dos sonhos, sem, no entanto, pisar no outro para alcançar o objetivo. Por isso, a minha gratidão a vocês é eterna. Obrigado! Na senda de gratidão aos familiares, agradeço os meus queridos irmãos: Ivanilde Pedro Bacurim, Ronilsa Pedro Bacurim, Rosper Pedro Bacurim, Etiandro Pedro Bacurim, Walmer Bacurim e Djenabú Bacurim, por terem sido irmãos solidários, presentes e por estarem sempre mobilizados para compartilhar comigo carinhos, afetos e dores desde a nossa nascença e, sobretudo, nos momentos difíceis que tenho passado aqui no Brasil por motivos de saúde. Por isso, agradeço a vossa amabilidade de irmandade para sempre!

Ainda, agradeço a minha companheira de todo momento, Aua Silá, por ter estado sempre comigo, transmitindo energias positivas, amor, ânimos e de tudo o que precisava e

preciso ao longo dessa jornada acadêmica e vital, mais difícil para mim. Agradeço por acreditares sempre em mim e por ter sido suporte indispensável na minha vida! Também, agradeço às pessoas que sempre estiveram comigo nesse momento difícil da minha vida, lutando com problemas de saúde: Jacira Nhaga, Amadu Faram Mané, Paulo Anós Té, Andresa Vaz, Herickson Gabriel Sampa, Juelma Alves Mango, Dudú Pereira, Mariama Turé (Terry), Elzira Sá, Aua Cassama, Aniusia Nima Nghabo, Joel Isidoro Lopes Rodrigues Centeio Gonçalves, Mário José Có, Jonatas Mendes, Marciano Sanca, Jeilson Djassi, Sabino Tobana Intanque, Mario José Có (Maju), Magalhães Fernandes, Teodor Miquenorre Miguel Mentese Sá, Victoria Có, Danildo José Nhaga (Dá Chris), Eugenia Andre Martins Da Silva, Allison Badila Mancabú (Big Nuno), Mamadú Indjau, Abulai Sambú (Budjas), Nenê Bacurim, Veronica Pereira Carvalho, Mariama Balde (Iama), David Cutubo Danfa, Ivanildo Lopes Sello, Infamara Dabó e Vanessa Oliveira. Suas presenças na minha vida e a solidariedade que têm demonstrado comigo nesse momento difícil da minha vida, fazem diferença imensurável para mim. Agradeço-vos por tudo!

Por último, e não menos importante, agradeço a Luís Inácio Lula Da Silva, atual presidente de Brasil, por ter facilitado a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a figura e a instituição que me possibilitaram a estar no Brasil, a fim de concretizar o meu sonho de ter a formação superior gratuita. Lula, a minha gratidão para consigo é eterna. Obrigado! Outrossim, agradecer a Universidade Federal de Pelotas, através do Programa de Pós-graduação em Sociologia, por ter me dado a oportunidade de realizar a minha pós-graduação com ensino de qualidade, rigor e dinâmicas de profissionalismo. Agradeço os docentes e colegas discentes com os quais convivi e partilhei o conhecimento nesta caminhada acadêmica. Em suma, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me garantido a obtenção de bolsa de permanência, a fim de que eu pudesse realizar a minha formação sem ter que trabalhar para pagar o meu alojamento. Agradeço muito!

*"Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra,
no trabalho, na ação-reflexão"(Paulo Freire).*

RESUMO: Esta dissertação buscou compreender, por meio de repertórios de ação coletiva, a participação sociopolítica da juventude guineense, os elementos que a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ) da Guiné-Bissau têm de desencontros, aproximações e a forma como têm utilizado as suas ideologias e repertórios para a transformação do país. Para isso, a dissertação discutiu as perspectivas sócio-históricas da participação da juventude no processo da construção dos Estados africanos e da Guiné-Bissau, como sendo as estratégias que ajudam a entender o atual cenário no qual está inserida a juventude guineense. Neste sentido, a dissertação mobilizou a teoria da categoria juventude e de repertórios de ação coletiva. Com isso, percebe-se que a juventude pressupõe uma categoria social que engloba a ideia da faixa etária e das perspectivas sociais, e são orientadas pela realidade sociocultural, política, econômica, racial e geográfica. Por isso, não existe juventude, mas, sim, juventudes. Os repertórios de ação coletiva constituem as formas de atuação coletiva das organizações sociais, que variam em conformidade com o caso, a realidade social, política, econômica e ambiental das sociedades. Enfim, a abordagem bibliográfica, qualitativa, exploratória, entrevista semiestruturada e análise comparativa de dados constituem a base metodológica desta dissertação.

Palavras-chave: JAAC. RENAJ. Repertórios de ação coletiva. Transformações sociais. Guiné-Bissau.

ABSTRACT: his dissertation sought to understand, through repertoires of collective action, the sociopolitical participation of Guinean youth, the elements that Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) and the Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ) of Guinea-Bissau have of disagreements, approximations and the way they have used their ideologies and repertoires to transform the country. To this end, the dissertation discussed the socio-historical perspectives of youth participation in the process of building African States and Guinea-Bissau, as strategies that help to understand the current scenario in which Guinean youth are inserted. In this sense, the dissertation mobilized the theory of the youth category and collective action repertoires. With this, it is clear that youth presupposes a social category that encompasses the idea of age group and social perspectives, and is guided by sociocultural, political, economic, racial and geographic reality. Therefore, there is no such thing as youth, but rather youths. Collective action repertoires constitute the forms of collective action of social organizations, which vary depending on the case and the social, political, economic and environmental reality of societies. Finally, the bibliographic, qualitative, exploratory approach, semi-structured interview and comparative data analysis constitute the methodological basis of this dissertation.

Keywords: JAAC. RENAJ. Collective action repertoires. Social transformations. Guinea Bissau.

Rusumu: Es tarbadju tenta ntindi manera k rapazis ku badjudas ta mati na kusas d sociedade k pulitika, kusas k Juventudi Africana Amílcar Cabral (JAAC) i Rede Nacional di Associasons de rapazis ku badjudas (RENAJ) di Guiné-Bissau tene kuka parci, kusas ku é tene ku parci i kuma ku eta usa es kusas pa pudi djuda na muda sociedade. Pak ila, es tarbadju papia di istoria di kuma ku rapazis ku badjudas ta mati na kusas di sociedade ku pulitica na África i ku Guiné-Bissau, pabia es i manera di djuda ntindi kal ki situason ku rapazis ku badjudas sta nel aos um dia. Na es sintidu, es tarbadju tissi tioria ku fala di rapazis ku badjudas i tioria kuna djuda ntindi kusas ku rapazis ku badjudas ta fassi djuntu. Ku es, es tarbadju djuda ntindi di kuma significadu de rapazis ku badjudas i um kusa kuta ntindidu na bas di ano di alguim i ku manera k alguim ta pensa, i es significadu ta tenedu i ntindidu na bas di manera ku alguim ta vivi na si sociedade, kultura, pulitica, rassa i ku si terá. Pak ila, ita da ku ntindi kuma ika tem só um tipu di rapazes ku badjudas, ma i tem tipus di rapazis ku badjudas. Kusas k rapazis ku badjudas ta fassi djuntu ita sedu diferenti na bas di sociedade, pulitika i ku kusas kuta sta ao ladu d cada sociedade. Es tarbadju fassidu na bas di metudu di kusas ku scrividu, di qualidade, ku exploradu, di djintis ku puntado i ku komparason di manera ku JAAC e RENAJ ta mati na sociedade.

Palabras-tchabi: JAAC. RENAJ. Maneras di mati di manga di djintis. Mudansas di sociedade. Guiné-Bissau.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da República da Guiné-Bissau	19
Figura 2- Ilustração da Casa de Estudantes de Império	40
Figura 3- Ilustração da Imagem de Amílcar Lopes Cabral	73
Figura 4- Ilustração da reunião como repertório de ação coletiva de JAAC	86
Figura 5- Ilustração de momento de palestra como repertório de ação coletiva utilizado pela JAAC	86
Figura 6- Ilustração de momento de conferência como repertório de ação coletiva utilizado pela JAAC	87
Figura 7- Ilustração de momento de comício como repertório de ação coletiva utilizado pela JAAC	87
Figura 8, 9, 10 e 11- Ilustração das modalidades de eventos e repertórios de ação coletiva utilizados pela RENAJ na Escola Nacional de Voluntariado em 2023	93
Figura 12- Ilustração de momento de reunião como repertório de ação coletiva utilizado pela RENAJ	94
Figura 13- Ilustração de momento de formação e capacitação como repertório de ação coletiva utilizado pela RENAJ	94
Figura 14- Ilustração de <i>Workshop</i> como repertório de ação coletiva utilizado pela RENAJ	94
Figura 15- Ilustração de momento de debate radiofônico como repertório de ação coletiva utilizado pela RENAJ	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ilustração de perfil dos entrevistados membros de JAAC e RENAJ	22
Tabela 2- Ilustração das postagens feitas na página do <i>Facebook</i> da JAAC entre 2019 e 2023	88
Tabela 3- Ilustração de tipos e quantidades de repertórios utilizados pela JAAC em cada ano (2019 a 2023)	88
Tabela 4- Ilustração das postagens feitas na página de <i>Facebook</i> da RENAJ entre 2019 e 2023.....	95
Tabela 5- Ilustração de tipos e quantidades de repertórios utilizados pela RENAJ em cada ano (2019 a 2023)	95

LISTA DE SIGLAS

- ACEE** África Centro de Estudos Estratégicos
- AJF** Associação Juvenil Feminina
- AJOBS** Associação de Jovens para o Bem-estar Social
- AJOCUB** Associação de Jovens de *Cupelum* de Baixo
- ASA** Associação para Solidariedade e Ação
- AJUDEC** Associação de Jovens para o Desenvolvimento da Cultura e Desporto
- BM** Banco Mundial
- CAPES** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEI** Casa de Estudantes de Império
- CJA** Carta da Juventude Africana
- CNJ** Conselho Nacional da Juventude
- CONAEGUIB** Confederação Nacional de Estudantes da Guiné-Bissau
- CR** Constituição da República
- CRIs** Células de Representação Internacional
- DENARP-I e II** Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza
- FA-JAAC** Ficha de Apresentação da Juventude Africana Amílcar Cabral
- FA-RENAJ** Ficha de Apresentação da Rede Nacional das Associações Juvenis
- FLGC** Frente da Libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde
- FLING** Frente da Libertação Nacional da Guiné
- FMI** Fundo Monetário Internacional
- FSAD** Flor de Setembro Abel *Djasse*
- GNT** Geração Nova *Tiniguena*
- IJ** Instituto da Juventude
- JAAC** Juventude Africana Amílcar Cabral
- LBA** Lei de Base de Associativismo
- MAC** Movimento Ação Cidadã
- MADÉM-G15** Movimento da Alternância Democrática da Guiné-Bissau
- MB-GB** Movimento Bafatá-Guiné-Bissau
- MCCI** Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados
- MCCRL** Movimento Cultural Conexão Roda Livre
- MING** Movimento para a Independência da Guiné
- MLGPICV** Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde

MNSCPDD Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

OMS Organização Mundial da Saúde

ONU Organizações das Nações Unidas

PAE Programa de Ajustamento Estrutural

PAIGC Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PEOTR Plano Estratégico e Operacional Terra *Ranka*

PE-PAI-TR Programa Eleitoral de Plataforma Aliança Inclusiva Terra *Ranka*

PIB Produto Interno Bruto

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS Partido de Renovação Social

RENAJ Rede Nacional das Associações Juvenis

RILA Relatório do Instituto de Liderança

RN Rede Nacional

RRs Redes Regionais

RUA Relatório da União Africana

TCC Trabalho de Conclusão do Curso

TINIGUENA Esta terra é nossa

UDCV União Democrática de Cabo Verde

UDG União Democrática da Guiné

UE União Europeia

UNILAB Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNIOGBIS Gabinete das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

UPG União da População da Guiné

UM União para Mudança

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Procedimentos metodológicos: meios e técnicas de coleta de dados	21
1.2 Análise de dados	23
1.3 Percorso formativo de um pesquisador	24
1.4 Organização do trabalho	26
2. CAPÍTULO 1. JUVENTUDE E REPERTÓRIOS DAS AÇÕES COLETIVAS	27
2.1 Debate conceitual sobre a juventude e suas dimensões	27
2.2 A juventude no contexto africano	30
2.3 Debate conceitual sobre repertórios das ações coletivas	33
3. CAPÍTULO 2. A JUVENTUDE FACE AOS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO	37
3.1 A juventude e os seus repertórios/ou as formas de mobilização social para a construção dos estados africanos	37
3.2 A juventude e os seus repertórios/ou forma de mobilização social para a construção de estado da Guiné-Bissau	41
3.3 A juventude e os seus repertórios/ou forma de mobilização para a edificação de estado da Guiné-Bissau pós independência	49
4. CAPÍTULO 3. A JUVENTUDE E ESTADOS EM ÁFRICA: UM PARADOXO	58
4.1 A juventude e Estado na África	58
4.2 A juventude e o Estado da Guiné-Bissau: uma (des)associação prejudicial?	67
5. CAPÍTULO 4. JAAC E RENAJ: ESTRUTURAS E REPERTÓRIOS DE AÇÕES COLETIVAS	72
5.1 A Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC)	72
5.2 A Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ)	76
5.3 Criação da organização na Guiné-Bissau: direito constitucional e exercício da cidadania	81
5.4 Repertórios de ação coletiva da JAAC	84
5.5 Repertórios de ação coletiva da RENAJ	90
5.6 A JAAC e a RENAJ: de desencontros, aproximações e as transformações sociais	97

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	111
Anexo-A: Ilustração das organizações filiadas da RENAJ	111
Anexo-B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114
Anexo-C: Roteiro de entrevista semiestruturada (membros de JAAC)	117
Anexo-D: Roteiro de entrevista semiestruturada (membros de RENAJ)	118

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação investiga, de forma comparativa, os repertórios de ação coletiva da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e da Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), ambas organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau. De modo geral, objetiva-se compreender os repertórios de ação coletiva utilizados pela juventude na construção dos Estados africanos, e os da JAAC e da RENAJ nos seus exercícios cívicos para as transformações sociais. Para atingir essa etapa geral, a pesquisa perseguiu os seguintes objetivos específicos: entender as dimensões da juventude e repertórios de ação coletiva em diferentes perspectivas e na leitura da realidade africana; ilustrar os repertórios ou formas de mobilização social utilizados pela juventude na construção dos Estados africanos e na construção e edificação do Estado da Guiné-Bissau; analisar as relações da juventude com os Estados africanos no processo de transformações sociais; e verificar e comparar as estruturas e repertórios de ações coletivas utilizados pela JAAC e pela RENAJ nos seus exercícios cívicos de consciencialização e transformações sociais.

A geração jovem pode ser encarada como um recurso importante no que diz respeito ao fortalecimento das capacidades e das tentativas de transformações sociais para o bem-estar comum (SILVA, 2011). E a questão da geração e da mobilidade geracional tem servido como um debate importante para compreender a realidade, a questão etária, a ocupação de posição social e a mudança de uma posição a outra. Para Mannheim (1952), os estilos de pensamento de uma determinada época e a ação constituem os produtos específicos de uma ligação entre o tempo biográfico e o tempo histórico, com a capacidade de gerar mudanças sociais. Diante disso, as gerações se configuram como os resultados da descontinuidade histórica e de mudanças. Ainda, frisa que a geração não é uma data de nascimento comum à demarcação geracional, mas, sim, está atrelada à questão do potencial e da parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe partilham com a geração atual. Neste âmbito, destaca dois aspectos importantes nesta partilha (aí surge o laço geracional), um aspecto que diz respeito à presença de eventos que quebram a continuidade histórica e criam uma demarcação, o "antes" e o "depois" na vida coletiva; o outro refere-se às experiências dessa descontinuidade, vivenciadas pelos membros de um grupo etário na base de uma ligação construída (MANNHEIM, 1952 *apud* FEIXA; LECCARD, 2010).

Abrams (1982) analisa a geração ao frisar que a individualidade e a sociedade são construídas historicamente, por isso, deve haver uma análise que vise conectá-las e compreendê-las na base das suas mudanças temporais. Com isso, considera as identidades como

elementos fundamentais que possibilitam fazer uma ligação entre a dimensão individual e social, por isso, devem ser investigadas nos parâmetros da questão histórico-social. Abrams definiu a identidade como uma consciência que liga uma história individual com a história social. Além disso, demonstra que a geração, na perspectiva sociológica, pressupõe um período no qual se observa a construção da identidade na base de recursos e significados que estão social e historicamente disponíveis. Feito isso, as novas gerações têm capacidade de gerar novas identidades e possibilidades para as suas ações. Abrams considera que, sociologicamente, as aparições das gerações não estão ligadas à cadência temporal estabelecida por meio de uma sucessão de gerações biológicas; ou seja, não há um padrão de tempo para medir ou prognosticar o ritmo da geração. Isso quer dizer que uma geração tem a possibilidade de ter dez anos ou ter vários séculos como ocorreu nas sociedades pré-modernas. As interrupções das gerações acontecem quando houver novos e grandes eventos históricos, quando as atuais dinâmicas econômicas, políticas, da natureza e experiências sociais anteriores são insignificantes. Portanto, para Mannheim assim como Abrams, a marcação de início de uma geração está atrelada as umas descontinuidades importantes e dominantes numa determinada época histórica e institucional. O tempo histórico-social e as suas dinâmicas constituem elementos relevantes que permitem entender a definição das novas gerações e identidades, porém, é necessário lembrar que é a mudança que produz o anterior e o posterior. Neste sentido, as gerações se configuram como o lugar em que dois tempos diferentes, o tempo de curso da vida e o da experiência histórica, são sincronizados. E o tempo biográfico e o tempo histórico se conectam, transformam-se e criam uma geração social (ABRAMS, 1982 *apud* FEIXA; LECCARD, 2010).

Por outro lado, Dilthey (1989) apresentou uma abordagem historicista a respeito da geração, recusando a abordagem apresentada por Comte. Dilthey demonstra a necessidade de unificar a questão quantitativa entre os ritmos da história e os ritmos das gerações. Ainda reforça que para compreender a ideia das gerações faz-se necessário levar em consideração a análise de tempo da experiência medido na base da perspectiva dos termos qualitativos. Para Dilthey, diferentemente de Comte, a sucessão das gerações não é importante. Feito isso, define as gerações na base das relações da contemporaneidade, e refere-se ao conjunto de pessoas que estão sujeitas a influências históricas comuns (intelectuais, sociais e políticas). Ou seja, diz sobre as pessoas que compartilham as mesmas experiências e mesmo "tempo qualitativo". Na perspectiva de Dilthey, a vida humana constitui uma temporalidade. E, neste sentido, a ligação entre o tempo humano e o tempo histórico surge na base de princípios que moldam, uniformizam o tempo pessoal (DILTHEY, 1989 *apud* FEIXA; LECCARD, 2010).

Feixa e Leccard (2010) trazem análises que ilustram a concepção de geração à luz do pensamento sociológico. Neste sentido, os autores afirmam que Augusto Comte, na sua visão positivista que busca identificar um tempo quantitativo como critério de progresso linear e sucessão das gerações, sustenta que existe a possibilidade de calcular o ritmo por meio da medição do tempo médio para que uma geração seja substituída na vida pública por uma nova geração. E o tempo médio necessário para substituição de uma geração a outra, no espaço público, seria de 30 anos. Com isso, entende-se que a ideia de progresso se refere ao resultado de uma conexão equilibrada entre as transformações geradas pela nova geração e a estabilidade mantida pelas gerações mais velhas. Também, associa o progresso com as novas gerações, porém isto não quer dizer a negação e a desvalorização do passado, que coincide com as gerações mais velhas.

Diante disso, vê-se que a ideia da continuidade configura como sendo a base utilizada por Comte para compreender a objetividade histórica. E assim como o organismo humano, o organismo social (a geração, neste caso) também configura a possibilidade de desgaste e, quando chegar a esta situação, as partes devem ser substituídas. Quer dizer, as novas gerações acessarão o lugar das mais velhas. O conflito entre as gerações pode acontecer somente quando a duração da vida humana tornar-se muito longa, uma vez que isso pode levar à frustração das novas gerações e o seu "instinto inovador" e de descobrimento dos espaços de si. No entanto, se a vida fosse muito rápida, a predominância deste instinto ajudaria a criar um desequilíbrio social, que dificilmente romperia o ritmo do progresso (COMTE, 1998 *apud* FEIXA; LECCARD, 2010).

Para Tomizakil e Silva (2021) a dinâmica geracional é acompanhada com procedimentos políticos com a regulação e adequação constante na base nas circunstâncias históricas, políticas, sociais ou biográficas. Também é ajustada na base de comportamento pessoal e institucional. E nessa dinâmica geracional, vê-se que as gerações mais velhas têm mais tendência a criar possibilidades e condições de transmitir as suas posições sociais para que as novas gerações atinjam a posição que a primeira geração gostaria de alcançar. Essa perspectiva é observável na forma como os pais desejam e esperam que os seus filhos deparem-se com menores dificuldades em relação às que os mesmos passaram. Ainda, percebe-se que a mobilidade social intergeracional apresenta relações entre as gerações. Por isso, ao estudar o assunto, é necessário levar em consideração a questão das possibilidades ou dimensões da mobilidade social (a dimensão objetiva das transmissões de geração e a dimensão subjetiva de diferenças ou semelhanças entre as posições sociais pais e filhos) (TOMIZAKIL; SILVA, 2021).

Ademais, Tomizakil e Silva (2021) acrescentam que, ao compreender os comportamentos políticos, é necessário analisar como esses comportamentos têm mudado com a aparição das novas gerações. Isso demonstra que não se trata somente de estabelecer uma relação entre a formação e a transformação dos comportamentos políticos com as condições de classe dos indivíduos e grupos em um momento estático, mas, sim, é necessário pensar essas questões numa perspectiva relacional e "em movimento". Diante disso, argumenta que a sociedade apresenta um espaço multidimensional, com diferentes posições sociais com as capacidades de distribuir as propriedades entre indivíduos e grupos. E essas propriedades se diferem na base de capitais (capital econômico, cultural, social e simbólico) que devem ser analisadas na base da dimensão da estrutura social.

Nesta sequência, sustentam que a questão da posição social também tem a ver com a dinâmica da mobilidade intergeracional e possibilita compreender a mesma. Por isso, acrescentam que a posição social de um indivíduo ou de um grupo social na estrutura social não deve ser definida exclusivamente por meio da perspectiva estática ou relativa ("superior", "média" ou "inferior") em relação às demais classes. É necessário levar em consideração a questão de "sentido da trajetória", avaliações objetivas e subjetivas de mudar a trajetória, os requisitos para a construção das estratégias de projeto de presente e futuro por cada indivíduo ou grupo. Uma vez que essas dimensões são levadas em consideração, sobretudo, esta última que possui a capacidade de gerar efeitos relevantes sobre os comportamentos e posições políticas. Também os governos, as instituições políticas, as políticas públicas, os partidos e as figuras políticas têm a mesma capacidade (TOMIZAKIL; SILVA, 2021).

Nesta senda, Tomizakil e Silva (2021) argumentam que os estudos a respeito da mobilidade social intergeracional permitem perceber e concordar que os indivíduos que realizam a mobilidade social (ascendente ou descendente) acabam apropriando-se de um comportamento político da intermediação entre o "grupo de origem" e o "grupo de chegada". Isso demonstra que os efeitos da origem social, no que tange ao comportamento e atitudes políticas, não estabelecem simplesmente a relação ao distanciamento entre a posição do pai e dos filhos, mas, também, cria uma relação baseada na natureza e nas condições da trajetória social realizada. Ainda, nota-se a importância da questão de idade no quesito de comportamento político da mobilidade geracional, uma vez que ajuda a entender as trajetórias biológicas, sociais e afetivas. Por isso, é necessário analisar a idade numa perspectiva mais ampla e complexa ou em três dimensões temporais: a de dimensão "idade-período" (temporalidade histórica), a de "idade geração" (temporalidade geracional) e a de "idade-biografia" (temporalidade individual) (TOMIZAKIL; SILVA, 2021).

Essas abordagens a respeito de dimensões de gerações possibilitam a compreender a perspectiva e dinâmica da juventude na realidade africana. Feito isso, a Carta de Juventude Africana (2006) explica que a camada juvenil constitui uma *mais valia* (capacidade física e mental) com a capacidade suficiente e necessária para influenciar no desenvolvimento de qualquer país (CJA, 2006). Diante disso, vale salientar que a Carta da Juventude Africana constitui um documento estratégico que visa não só ilustrar os direitos, os deveres, as demandas, os desafios, os anseios da juventude africana no âmbito nacional e internacional, mas também é um elemento comunicativo com os governos com vista a construir programas e políticas públicas que possibilitem o envolvimento da juventude nos lugares decisórios e no processo de desenvolvimento do continente africano. Diante disso, a Carta estabelece as linhas gerais em diálogo com os Estados-membros, a fim de capacitar a juventude nas áreas fundamentais do processo de desenvolvimento, dentre as quais: a educação, o desenvolvimento de competências, a erradicação da pobreza e a integração socioeconômica da Juventude, meios de vida sustentáveis e emprego juvenil, saúde, paz e segurança, aplicação da lei, desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente (CJA, 2006).

A população guineense é estimada em quase 2 milhões de habitantes, sobre a qual a população jovem compreende 65%. E a juventude na realidade guineense refere-se aos indivíduos com a idade compreendida de 18 a 35 anos de idade (FA-RENAJ, 2019). No entanto, antes de tudo, vale salientar que Honwana no seu artigo "Juventude, *waithood* e protestos sociais em África (2014)", afirma que a falta de oportunidade de emprego, a exclusão dos jovens no ambiente da governação política, de tomadas de decisões e a falta de acesso aos bens públicos (educação, saúde etc.) fazem com que a ideia da juventude, na realidade das sociedades africanas, não se compreenda exclusivamente na base da questão da faixa etária, mas também, por meio das perspectivas de vida e sociais. Porque, vendo-se que pessoas maiores de 35 anos, com filhos, sem emprego, dependentes da família, e morando na casa dos pais, têm perspectivas sociais que ainda se enquadram na fase da juventude e, por isso, ainda continuam sendo considerados jovens (HONWANA, 2014). Desse modo, a Guiné-Bissau não foge dessa realidade sociocultural e política no que tange à juventude. Essa perspectiva será debatida no desenrolar do trabalho.

Portanto, essa dissertação reconhece essas dimensões da juventude apontadas por Honwana, e insere as suas análises nessas linhas dimensionais da juventude, em relação à questão da faixa etárias de 18 a 35 anos de idade e das perspectivas sociais, uma vez que a realidade sociocultural, política e econômica da Guiné-Bissau constitui os elementos que têm dificultado os jovens a transitarem para a fase adulta; a poderem ter uma participação

sociopolítica, governativa e nos lugares decisórios, a fim de poderem contribuir na transformação social da Guiné-Bissau. E esses mesmos elementos têm impulsionado a JAAC e a RENAJ a criarem diferentes repertórios das ações coletivas, com vista a mudar o cenário social e as perspectivas sociais da vida de juventude.

Diante desses dados, a presente dissertação busca fazer uma análise comparativa dos repertórios das ações coletivas de Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ). E a forma como os seus repertórios têm sido importantes na dinâmica de sensibilização, educação cívica, e empoderamento juvenil com a finalidade de participarem ativamente na transformação sociopolítica guineense entre 2019 e 2023. Essa delimitação temporal se justifica pelo fato de constituir os momentos notáveis de participação social massiva da juventude guineense e no processo eleitoral (recenseamento eleitoral, educação cívica, votação etc.) da legislatura de 2019 a 2023. E a JAAC e a RENAJ também não ficaram indiferentes neste processo.

Figura 1: ilustração de mapa da Guiné-Bissau



Fonte: Google imagem. Disponível em: https://st2.depositphotos.com/2465573/5591/v/950/depositphotos_55913623-stock-illustration-guinea-bissau-political-map.jpg Acesso em 10 de abril de 2023.

A Figura 1 ilustra o território e a divisão territorial da Guiné-Bissau, no qual se encontra localizado o objeto desta dissertação. A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África,

faz fronteira com Senegal ao norte, com Guiné-Conakry ao sul e com o oceano Atlântico a oeste, e tem um território de 36.125 km².

Na Guiné-Bissau observamos dezenas de organizações da sociedade civil que visam incentivar a socialização, a sensibilização, a mobilização social, a consciencialização cívica, o respeito aos direitos humanos, a democratização do país, a participação sociopolítica das mulheres na esfera pública e as ações de transformação social guineense para o bem-comum. Dentre as quais, destaco as seguintes: A Liga Guineense dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, criada em 1991; a Ação para Desenvolvimento, criada em 1991; a *TINIGUENA* (Esta terra é nossa), criada em 1991; o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), criado em 1998; as *Mindjeris Guineenses no Lanta* "Mulheres guineenses levantam-se" (MIGUILAN), criada em 2015; e o Movimento dos Cidadãos Conscientes Inconformados (MCCI), criado em 2016.

Porém, prefiro trabalhar com as associações juvenis pelo fato de eu ser jovem, da juventude guineense constituir 65 % da população guineense e de ser a força ativa e mais valia da Guiné-Bissau. Por isso, escolhi a JAAC e a RENAJ, respetivamente. Essa escolha baseia no fato de a JAAC ter a vida e obra de Amílcar Cabral como referência, portanto, isso constitui uma oportunidade de investigar sobre até que ponto as obras deste são impactantes na vida dos jovens guineenses; e a escolha da RENAJ se faz pelo fato de ser a Rede da juventude guineense que conta com as filiações aproximada de 81 organizações juvenis guineense e ter sido criada pelos jovens e não pelo Estado. Portanto, senti a necessidade de problematizar, investigar e realizar uma produção acadêmica com vista a entender, através das ações coletivas de JAAC e RENAJ, como essa camada juvenil busca traduzir essa vantagem percentual na participação social, política e econômica para a transformação da Guiné-Bissau.

1.1 Procedimentos Metodológicos: meios e técnicas de coleta de dados

Esta dissertação fundamenta-se na predominância da abordagem da pesquisa qualitativa e, por meio desta, justifica-se com dados coletados nas entrevistas feitas com membros da JAAC e RENAJ, com materiais oficiais da constituição dessas organizações. Nas leituras de Gerhardt e Silveira (2009), entende-se que a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representação numérica, mas, sim, busca aprofundar sobre um grupo social, uma organização ou qualquer aspecto do objeto da pesquisa. Ou seja, os pesquisadores usam esse método com intuito de procurar responder o porquê das coisas e o que deve ser feito e não buscar quantificar

os fatos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Também, a sustentabilidade desta dissertação conta com ajuda de viés exploratório, e neste, em diálogo com Gil (2016), percebe-se que a pesquisa exploratória possui a capacidade de auxiliar na questão de clarificação e transformação dos conceitos e ideias em relação ao sujeito da pesquisa (GIL, 2016).

Em seguida, uma das vias percorrida para as coletas de dados foi a de pesquisa bibliográfica, sobre a qual houve a consulta de site de Google Simples, Google Acadêmico, Scielo, portal da JAAC, portal da RENAJ, materiais da constituição e oficialização da JAAC e da RENAJ. E a despeito da pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2015) argumentam que a mesma possibilita a recolha de dados de objetos de pesquisa por meio de livros, revistas, produção acadêmica e imprensa etc.

No que tange às técnicas da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três membros da JAAC e três da RENAJ, tendo as suas participações nestas organizações dentro das limitações temporais estipuladas para análise desta dissertação. Fizemos o contato e a realização das entrevistas por meio de gravação de áudios e videochamadas no aplicativo *Facebook* e *WhatsApp*. E ao longo da materialização da pesquisa e das exigências da mesma, foram elaborados os novos questionários. Diante disso, Trivinos (2003) fez recordar que a entrevista semiestruturada possui a potencialidade de auxiliar na realização das descrições, das explicações e da compreensão dos objetos da pesquisa na sua totalidade (TRIVIÑOS, 2003 *apud* MANZINI, 2004). Em suma, a pesquisa dialoga com o método comparativo e esse método, segundo Schneider e Schmitt (1998), constitui uma atividade cognitiva que está atrelada à dinâmica de construção de conhecimento. E a utilização da leitura comparativa permite a descoberta das regularidades, a compreensão de deslocamentos e transformações, a construção de modelos e tipologias, o mapeamento de continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e esclarecimento a respeito das questões gerais voltadas ao objeto da investigação (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998).

Tabela 1: Ilustra os perfis dos entrevistados da pesquisa¹

Nome	Sexo	Idade	Classe	Origem	Vínculo com a organização	Nível de escolaridade	Profissão

¹ Os nomes dados aos entrevistados desta pesquisa são reais, com vista a dar ênfase e demonstrar as suas relevâncias enquanto sujeitos fundamentais na construção desse trabalho.

Dionisio Pereira	M	35	Classe baixa ²	Rural	Ex-secretário Geral da JAAC	Ensino superior completo	Economista
Adulai Seide	M	27	Classe baixa	Rural	Atual secretário de JAAC na região de Gabu	Ensino superior completo	Administrador
Aissatu Djassi	F	24	Classe baixa	Centro Urbano	Atual membro de JAAC	Ensino superior completo	Engenharia informática
Nuno Santos Mustas	M	30	Classe baixa	Centro urbano	Membro de RENAJ	Ensino superior completo	Ciência política e relações internacionais
Samira São João Dos Reis	F	30	Classe baixa	Centro urbano	Membro de RENAJ	Ensino superior completo	Ciência política e relações internacionais
Vladimir Victorino Gomes	M	29	Classe baixa	Rural	Membro de RENAJ	Ensino superior completo	Jurista

Fonte: elaboração própria de autor

Os perfis dos entrevistados apresentados na Tabela 1 demonstram a predominância de homens em relação ao gênero feminino. Contudo, vale salientar que, ao longo da solicitação dos membros das organizações em debate com o propósito da realização da entrevista, levamos em consideração a igualdade de gênero, não só para equilibrar as respostas, mas para que pudéssemos ter ideia sobre a concepção os desafios e perspectivas das meninas em relação aos repertórios da JAAC e da RENAJ, sobre o lugar da juventude e a camada feminina na transformação da Guiné-Bissau. Porém, esse desejo não se concretizou, porque no universo de cinco meninas? solicitadas para a concessão da entrevista, somente duas atendeu o nosso pedido. E na totalidade de sete meninos solicitados para a realização da entrevista, aceitaram seis, mas devido à necessidade de enquadramento das respostas para a sustentação do objeto da pesquisa, trabalhamos com os dados de quatro meninos. Após a realização das entrevistas semiestruturadas, a dissertação prossegue com a exploração e análise dos dados.

² Aqui tratamos a classe baixa para quem tem menos poder econômico.

1.2 Análise de dados

O primeiro momento da entrevista conta com os questionários na língua crioula (a língua nacional da Guiné-Bissau) e o segundo momento conta com as perguntas na língua portuguesa. Mediante a obtenção dos dados das entrevistas por meio de áudio na língua crioula, foram feitas as transcrições, as traduções e as explorações dos mesmos e, assim, deu-se início à análise dos dados. Diante disso, Tesch (1990) fez-nos recordar que a análise não pressupõe a última fase do processo de pesquisa, uma vez que a mesma constitui um ciclo da coleta de dados. Por isso, o processo de análise inicia-se no momento da coleta de dados, e isso fez com que essas duas etapas se comunicassem (TESCH, 1990 *apud* GIL, 2008).

Ainda, Gil (2008) considera que a análise de dados da pesquisa qualitativa se faz com base em três etapas: redução, exibição e conclusão/verificação. Nessa ótica, a primeira etapa, a redução dos dados, refere-se ao processo de seleção e simplificação dos dados obtidos ao longo da realização da pesquisa de campo/entrevista. Esta etapa engloba a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados. Essa etapa de redução constitui a fase inicial do processo, mas não termina com o início da segunda etapa, e sim, estende-se até a redação do relatório final. A segunda etapa, a exibição, diz respeito ao momento da organização dos dados selecionados com propósito de possibilitar a realização de uma análise muito sistemática das semelhanças e diferenças e suas aproximações. Esta etapa de apresentação pode ser construída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que possibilitam a nova forma de organizar e analisar as informações. E esta etapa tem a oportunidade de apresentar as novas categorias diferentes, daquelas apresentadas na etapa da redução de dados. A terceira etapa, a conclusão/verificação, remete ao desafio de fazer uma revisão dos dados por diversas vezes, de compreender as suas regularidades, os seus padrões e as suas explicações. E essa revisão acaba ajudando na verificação da validade dos dados, a fim de poder saber se os mesmos são fidedignos, defensáveis e com capacidade de sustentar as explicações alternativas (GIL, 2008).

Também, Gil (2008) afirma que a interpretação dos dados pressupõe um processo que sucede a análise de dados, por isso, esses dois processos estão fortemente ligados. De modo que na pesquisa qualitativa não há margem para separar esses dois processos. E vale salientar que a interpretação de dados busca essencialmente obter o sentido mais amplo para os dados analisados, e esse fato acontece por meio de conhecimentos disponíveis e provenientes de teorias (GIL, 2008).

1.3 Percurso Formativo de um pesquisador

O percurso formativo, ou percurso iniciante, da construção desse trabalho tem uma forte conexão com a minha caminhada acadêmica de licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Momento esse no qual surgiu a pretensão de investigar sobre o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Ao longo das minhas indagações, acabei percebendo que, ao debruçar-me sobre o desenvolvimento, na maioria das vezes vê-se que o Estado e a sociedade civil têm constituído os agentes principais e participativos nesse processo. Também, percebi que a educação e a camada juvenil sempre têm figurado como elementos fundamentais, indispensáveis e centro de atenção, uma vez que constituem a *mais valia*, e devem ser tirados os seus proveitos. Diante dessa concepção da minha parte e da necessidade de sistematizar as minhas ideias e pô-las em prática, decidi, na minha licenciatura, pesquisar as relações, dinâmicas e participações do Estado e da sociedade civil no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Com a pesquisa realizada na licenciatura, senti ainda que as minhas inquietações e contribuições acadêmicas não terminaram. Por isso, no mestrado, decidi pesquisar sobre a forma como a juventude guineense tem participado, por meio da JAAC e RENAJ e dos seus repertórios de ação coletiva, na consciencialização, na educação cívica, na busca de resolução dos desafios da juventude e na transformação da Guiné-Bissau através das suas comunidades. Neste sentido, o fato de eu ter vindo a acompanhar as atuações das organizações juvenis da Guiné-Bissau, JAAC e RENAJ, especificamente, nas suas páginas de *Facebook* e por ter planejado viajar à Guiné-Bissau constituem indícios que me levaram a acreditar que seria possível materializar esta pesquisa. Porém, devido a minha situação de saúde, não consegui viajar ao meu país para que eu pudesse realizar a pesquisa no local. Com isso, a coleta de dados analisados foi feita, predominantemente, através das redes sociais. Ao entrar no programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas, eu vinha com a proposta de pesquisa que apresentava caminhos muito gerais, que daria muito trabalho e talvez não nos possibilitaria, a mim e a minha orientadora, alcançar resultados da forma esperada. Nesta sequência, a minha orientadora, Dr^a. Professora Simone Gomes, fez a leitura atenta da minha proposta de pesquisa e percebeu completamente onde a mesma pretendia chegar, e resolveu reorganizar e reestruturar a pesquisa e, assim, tornando-a mais funcional, viável e simples. Portanto, hoje, a pesquisa ganhou forma, e isso possibilitou a mesma chegar até aqui.

Com as linhas de pesquisa traçadas, a partir do dia 26 de maio de 2022, comecei a estabelecer contatos com a JAAC, a RENAJ e os seus membros por meio de envio de

mensagens nas suas contas do *Facebook*. Os participantes objeto da pesquisa responderam rapidamente as minhas mensagens, demonstrando as suas disponibilidades de participarem na construção desta pesquisa. Contudo, foi difícil responderem os questionários que foram colocados, alegando a falta de tempo para o fazer devido as suas ocupações diárias. Mesmo com isso, continuei a ter paciência e nunca desisti de contactar com os entrevistados, mandando-lhes sempre as mensagens, fazendo-os recordar do nosso combinado.

Depois do primeiro contato com os entrevistados, os mesmos me disponibilizaram os seus números de *WhatsApp*, com a finalidade de facilitar a comunicação entre nós. No primeiro momento, elaborei os questionários na língua crioula (a língua nacional da Guiné-Bissau), para ser respondido na língua crioula através de gravação de áudio. Depois de receber as respostas, fiz a transcrição das entrevistas da língua crioula para a língua portuguesa. Nuno Santos Mustas, membro de RENAJ, foi o primeiro entrevistado a responder, no dia 25 de julho de 2022, através de gravação de áudio no *WhatsApp*. Dionisio Pereira, ex-secretário geral de JAAC, respondeu-me por meio de uma videochamada no *Messenger*, no dia 7 de setembro de 2022. Em seguida, Adulai Seide, atual secretário de JAAC na região de Gabú, respondeu os questionários no dia 17 de setembro de 2022, através de gravação de áudio no *Messenger*. Samira dos Reis, membro da RENAJ, me respondeu no dia 23 de setembro de 2022, com mensagem escrita e gravação de áudio no *WhatsApp*. Enquanto Vladimir Victorino Gomes, membro da RENAJ, respondeu-me no dia 27 de setembro, por meio de mensagem de áudio e de envio do documento, em pdf, da criação e regulamentação da RENAJ.

A realização da pesquisa tem demonstrado que as dinâmicas e os dados da pesquisa têm a probabilidade de mudar e ganhar outra direção, tendo em conta a necessidade de trabalho e de novas informações adquiridas. Nesta senda, fiz os novos questionários na língua portuguesa no formulário *Google Forms*, no entanto, essa estratégia não deu certo devido a problemas técnicos, porque os entrevistados disseram que responderam as perguntas que foram solicitados a responder no formulário, porém, não consegui encontrar essas respostas no formulário *Google Forms*. Mediante a essa situação, a estratégia de aquisição de informações continuou a ser por meio de *WhatsApp* até o momento final desta pesquisa.

1.4 Organização do Trabalho

Este trabalho, além da introdução, foi construído em quatro capítulos, a saber: o primeiro capítulo traz o debate conceitual sobre a juventude na dimensão geral, na perspectiva da realidade africana e as leituras sobre os repertórios de ação coletiva. O segundo capítulo assenta em trazer os argumentos a respeito de formas, mecanismos e repertórios de ação coletiva

utilizados pela juventude africana no processo de mobilização social para construção dos Estados africanos; ainda ilustra sobre os repertórios de ação coletiva utilizados pela juventude guineense com vista a construir e edificar o Estado da Guiné-Bissau. O terceiro capítulo debruça-se sobre os problemas, as limitações e os desafios da juventude africana no que tange as suas participações nas ações governativas e lugares decisórios, e suas relações com os Estados africanos. Também realça os aspectos das relações entre o Estado da Guiné-Bissau com a juventude guineense. O quarto parágrafo se baseia em trazer a descrição sobre as estruturas, objetivos, ideologias e planificações de JAAC e RENAJ; e se fundamenta com os repertórios das ações coletivas destas organizações com base na pesquisa empírica e entrevista semiestruturada; além disso, cria o debate sobre a criação da organização na Guiné-Bissau, enquanto um ato de direito e exercício cívico plasmado na Constituição da República do país.

Capítulo 1: JUVENTUDE E REPERTÓRIOS DAS AÇÕES COLETIVAS

O objetivo deste capítulo é trazer diferentes perspectivas a respeito do debate conceitual sobre a juventude e as suas dimensões, a realidade social, cultural e política. Também, aborda a ideia da juventude e a sua dimensão na experiência africana e, por fim, traz abordagem sobre os repertórios de ação coletiva. De modo que, na dinâmica para justificar e fundamentar os argumentos trazidos ao longo deste capítulo, a empreitada embasa-se em diferentes pensadores. Este capítulo conta com as seguintes seções: a primeira seção debruça-se sobre o debate conceitual da juventude, sobre o que dialoga com: Bourdieu (1983); Abramo (1997); Abramovay e Castro (2006); e Cassab (2007). Em seguida, a segunda seção argumenta sobre a juventude na realidade africana, e se fundamenta com a Carta da Juventude Africana (2006); o Relatório da União Africana (2017); e Honwana (2014). E a terceira seção traz abordagens sobre repertórios de ação coletiva e tipos de repertórios, e se sustenta com Pereira e Silva (2020); Losekann (2013); Gomes (2019); Tilly (2006); Luchmann, Schalfer e Nicoletti (2017); e Alcantara (2014).

2.1 Debate conceitual sobre a juventude e suas dimensões

Na visão de Bourdieu (1983), em conformidade com a sua entrevista a respeito da questão sobre a juventude de diferentes classes sociais, com título "A juventude é apenas uma palavra", sustenta que a juventude pressupõe a fase fronteira entre a juventude e a velhice visível em todas as sociedades. Ademais, demonstra que essa divisão de fronteira entre a juventude e a velhice é acompanhada de uma ideologia que busca, de certa forma, estabelecer as coisas que os jovens fazem e as outras que devem ser deixadas aos mais velhos. E essa estrutura se encontra também nas relações entre sexos, e não só se limita em fazer simples divisão entre jovens e velhos, mas sim, carrega consigo a ideia de poder e de repartição. Assim, estabelecendo limitações e criando normas relacionais e posicionais. Também argumenta que somos sempre jovens ou velhos de alguém (BOURDIEU, 1983).

Ainda, Abramo (1997) acrescenta que a concepção da juventude na perspectiva sociológica remete a entender que a juventude pressupõe uma fase transitória das etapas da vida, que se compreende entre a infância e a maturidade. Fase essa que se constitui instante muito difícil no que tange a questão da socialização, mas, de modo geral, acaba ajudando na construção do indivíduo enquanto sujeito social livre, na assimilação da integração, de apropriação de valores culturais, normas, funções e comportamentos de adultos de uma determinada sociedade. Portanto, esses pressupostos possibilitam compreender que a fase da juventude constitui um momento extremamente crucial, uma vez que é a etapa na qual o

indivíduo pode consolidar a sua integração social e, ao mesmo tempo, pode desviar parâmetros socialmente esperado nesta fase, fato que pode acarretar consequências a si mesmo e aos planos da coesão social. Em seguida, constata que a concepção da juventude está associada à questão da moralidade, uma vez que a mesma é abordada levando em consideração a preocupação da coesão moral social, da integridade moral do indivíduo e, sobretudo, com o jovem que possui um papel fundamental na integração socio-moral e funcional como membro da sociedade (ABRAMO, 1997).

Por outro lado, Abramo (1997) ilustra a outra questão demonstrando que, muitas vezes, ao abordar as temáticas voltadas aos jovens, assim como na criação das ações para essa categoria, vê-se frequentemente a dificuldade e a incapacidade dos jovens serem colocados sendo sujeitos. Essa dificuldade e incapacidade demonstram que os jovens são vistos simplesmente como problema social, que não possuem a capacidade de criar e inovar as ações importantes e incapazes de gerar relações dialógicas com os demais atores sociais, que poderiam ajudar a superar problemas sociais (ABRAMO, 1997).

Segundo Abramovay e Castro (2006), na sua abordagem sobre a questão da juventude, no seu texto "Juventude, juventudes: o que une e separa", entende-se que fazem uma análise da juventude levando em consideração a sua dimensão demográfico, com limite à sociedade brasileira. Nesta perspectiva, considera a juventude os indivíduos que possuem a idade compreendida entre 15 e 29 anos de idade. Além disso, sustenta que a juventude constitui uma camada social que se caracteriza como o tempo ou período da fase da vida, através do qual o indivíduo faz uma passagem da fase da infância para a fase adulta. De modo que mediante a essa passagem, é notável no indivíduo as mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que se variam na base da diferença social, cultural, de gênero, étnico-racial e de tempo (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006).

Nesta sequência, Abramovay e Castro (2006), reforçam que nas sociedades contemporâneas, a fase da juventude estende-se devido à demora do processo de emancipação, levando em consideração a questão do aumento do período da formação escolar e as exigências do mercado de trabalho. Conforme a sociedade vem aprovando as mudanças do meio rural ao urbano, do agrário ao industrial, e desta a atual sociedade, vê-se que a ideia do que tem sido considerado jovem, na perspectiva da faixa etária, estende-se e ganha novas dimensões. E essa realidade remete a compreender que não existe uma única juventude ou juventude homogênea, mas sim, no plural "Juventudes". Portanto, existem diferentes formas de considerar os jovens e diferentes formas de se afirmarem socialmente enquanto sujeito, levando em consideração a

questão histórica, a organização social, as instituições sociais (a escola, família, o Estado e mídia) (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006).

Segundo Cassab (2007), a juventude é uma categoria socialmente construída, sobre qual se apresenta as características da dimensão histórica. E para compreender a ideia da juventude enquanto categoria social, apresenta-se três concepções. A primeira concepção da juventude está relacionada à ideia de que a juventude constitui uma faixa etária compreendida entre 15 anos e 24 anos de idade, de acordo com a perspectiva da Organização Mundial de Saúde (OMS). A segunda concepção alinha-se à perspectiva de que a juventude é uma fase de transição de vida, na qual um indivíduo sai da infância para a vida adulta. E a última concepção associa-se a ideia de que a juventude é um eterno devir e um projeto de futuro, de modo que essa narrativa fez com que aos jovens não sejam atribuídos os seus direitos no presente (CASSAB, 2007).

Além disso, Cassab (2007) adianta que conceitualizar a juventude tendo o recorte etário como o único critério acaba por "naturalizar" a própria ideia de juventude, é necessário ampliar a dimensão conceptual dessa categoria. Uma vez que a mesma não possui a característica homogênea, seria mais adequado considerar a juventude no plural "juventudes". E isso demonstra que a categoria juventude advém de uma criação social, e se diferencia na base da realidade espacial, cultural, de classe, de etnia, de renda, e de situação econômica e política (CASSAB, 2007).

Os entrevistados desta pesquisa, também, nos ajudam a compreender o que seria a juventude com base em suas perspectivas, realidade sociopolítica e experiência de vida. A juventude constitui uma fase de assimilação e estabelecimento da identidade sociocultural e política, de aquisição da consciência e de estabelecimento do equilíbrio entre as relações familiar e social (DOS REIS, 2024). Por outro lado, o entrevistado Gomes (2024) demonstra que, na sua perspectiva, a juventude vai muito além daquilo que é convencionalizado pela faixa etária. A juventude, ou ser jovem, é pertencer a uma camada social multidimensional, tendo em conta os desafios de transformação da comunidade onde a juventude está inserida e da globalização. É uma camada multidimensional porque é a fase da vida em que a força se revela muito robusta, experiência suficiente, e isso se traduz naquilo que se chama força motriz. Ser jovem é ter a capacidade de associar e explorar a questão da faixa etária da juventude com a força robusta, experiência e força motriz para a transformação social. E se uma pessoa mais velha, com 35 anos de idade, tem essa capacidade e predisposição, pode ser considerada jovem. Isso demonstra que a juventude é um ator com a capacidade de proporcionar a mudança. Portanto, não podemos ficar preso em relação à definição formal da juventude no que tem a ver com a questão da idade (GOMES, 2024).

As leituras acima apresentadas são relevantes, uma vez que ajudaram-me a não ficar preso às concepções e dimensões da juventude provenientes de uma delimitação espacial do objeto da pesquisa em questão, e sim, possibilitam obter uma visão sobre a juventude através do olhar de diferentes pensadores. Pensadores esses que, certamente, as suas ideias estão carregadas das influências das suas realidades socioculturais, políticas e das suas experiências. Também, ajudaram a compreender que a ideia da juventude não é homogênea e, sim, apresenta uma característica alargada, que leva em consideração a realidade de cada sociedade. Ainda, os argumentos supracitados permitem entender a juventude em diferentes dimensões, dentre as quais: a dimensão de juventude enquanto fase entre a juventude e velhice; a da perspectiva sociológica (como etapa da vida de construção do indivíduo como sujeito social com valores culturais); a da fase de apropriação dos elementos sócio-morais; a de juventude como uma fase de vida acompanhada de mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, na base de conformidade da realidade social, cultural, de gênero, étnico-racial, renda, economia, política e o tempo de cada sociedade; e a dimensão de juventude como sendo uma categoria socialmente construída, com a característica histórica e heterogênea.

2.2 A juventude no contexto africano

A Carta da Juventude Africana (2006) considera que a ideia de juventude abarca as idades entre 15 e 35 anos de idade (CJA, 2006; RUA, 2017). Além disso, estima-se que, na África, mais de 50% da população do continente constitui a camada juvenil (HONWANA, 2014). Ainda, a Carta da Juventude Africana considera a juventude africana como social e uma camada que carrega consigo a *mais-valia*, que se fundamenta como ferramenta indispensável para o desenvolvimento sustentável, de prospecção cultural, para garantia da paz e da prosperidade da África (CJA, 2006).

Segundo o Relatório da União Africana (RUA) (2017), entende-se que a África é considerada como o continente mais jovem do mundo, levando em consideração que 400 milhões da sua população é preenchida pelos jovens com idade compreendida entre 15 e 35 anos de idade. De modo que, essa riqueza demográfica da juventude configura como elemento fundamental a ser aproveitado para instigar o desenvolvimento socioeconômico da África. Isso demonstra que a África tem as condições necessárias para ter um crescimento econômico, e isso tem acontecido nos últimos tempos, mas não se vê a conversão desse crescimento na melhoria das condições de vida da população e, sobretudo, da vida da juventude (RUA, 2017).

Diante disso, a Carta da Juventude Africana (2006) enfatiza que para que essa *mais-valia* da juventude e a sua maioria percentagem seja interessante, faz-se necessário que os jovens participem ativamente no cenário sociopolítico, no processo de transformação social e para que os Estados criem as políticas públicas de cunho juvenil (CJA, 2006).

Porém, é perceptível que essa ideia de a juventude africana ser a *mais-valia* limita-se simplesmente no papel, uma vez que a juventude africana continua a enfrentar uma série de problemas e desafios. Como afirma Honwana (2014), dizendo que os jovens africanos têm sido considerados como a maioria marginalizada, uma vez que têm sido excluídos nos processos socioeconômicos e políticos do continente. Mediante a essa realidade, a obtenção de trabalho digno não só configura como sendo aspecto de definição da posição na família e na sociedade, mas também, tem sido celebrado pelos jovens como sendo uma conquista importante que os permite fazer as suas transições para a vida adulta. No entanto, a instabilidade sociopolítica, governativa e as políticas socioeconômicas distantes de dar respostas aos anseios da população têm se configurado como problemas nas sociedades africanas. De modo que esses problemas sociais têm vindo a diminuir fortemente as capacidades e valências que poderiam possibilitar aos jovens se tornarem cidadãos responsáveis e independentes. Isso demonstra que as sociedades africanas carecem das capacidades que possibilitam os jovens transitarem condignamente para vida adulta. Essa realidade remete a maioria dos jovens africanos a viver numa fase denominada *Waithood* (*Wait*= espera + o sufixo *hood*, como em *childhood* ou *adulthood*) que poderia ser traduzido como a idade de espera (HONWANA, 2014).

Ou seja, Honwana (2014) acrescenta que *Waithood* pressupõe um período em que o acesso dos jovens à vida social adulta é adiado ou negado. Esses jovens ainda podem ser considerados adultos na perspectiva da idade cronológica, porém, continuam a ser dependentes do ponto de vista social, porque não têm requisitos que lhes garanta assumir as responsabilidades da vida adulta. Responsabilidades que seriam ter emprego ou mecanismos de sustento, ser independente economicamente, ter recursos necessários para cuidar da família e a capacidade de participar na transformação social. E essa situação tem preenchido a transição da juventude à fase adulta com uma incerteza enorme, uma vez que jovens têm sido desafiados a criar e recriar os meios possíveis de subsistência e de relações interpessoais fora das estruturas econômicas e familiares dominantes. Estes jovens não só têm aumentado as suas capacidades e expectativas, através das tecnologias de informação e comunicação, mas também, questionam as formas como as suas perspectivas estão sendo limitadas nas suas sociedades. Por isso, mobilizam esforços para descobrir, inventar e criar alternativas para poder interagir com a

sociedade, a fim de participar na subversão de autoridade e aparato legal criado pelo Estado (HONWANA, 2014).

A ideia de *Waithood*, na perspectiva de Calves (et al, 2007), tem impactado muito na vida dos jovens, impacto esse que está ligado à questão de caráter, temperamento, capacidade, competência, extrato social, nível de educação, acesso aos recursos econômicos e conexões políticas de cada indivíduo. Uma vez que, os jovens de classe média apresentam a trajetória mais tranquila para atingir a vida adulta. Ainda, demonstra uma experiência variada no que diz respeito à questão de gênero, na qual os rapazes encontram-se sobre maior pressão para conseguir um emprego seguro, arrumar uma casa, assumir as despesas de casamento e da família. Enquanto as moças, já com a maior taxa de acessibilidade à educação, continuam a associar a educação com os fazeres domésticos, com o mercado de trabalho, casamento e maternidade. A saída das moças da fase de *Waithood* depende, várias vezes, da saída dos rapazes dessa fase de espera (Calvès *et al.*, 2007 apud HONWANA, 2014).

Em vários países da África ocidental, faz-se presente o termo *youthman* (jovem-homem) que é referenciado para ilustrar a realidade dos jovens que se encontram na idade de espera, uma vez que já não são adolescentes e, também, não são adultos independentes. E na perspectiva de não considerar a juventude exclusivamente uma questão de grupo etário e, sim, de expectativa social, constata-se que o indivíduo solteiro e desempregado com 40 anos de idade é considerado um *youthman* (HONWANA, 2014).

Perante essa experiência de *Waithood*, segundo Vigh (2009), os jovens africanos têm demonstrado as suas insatisfações com relação aos sistemas estruturais que não garantem o bem-estar social, a mobilidade social, o acesso à educação, à saúde e ao emprego. Por isso, os jovens têm criado os termos para ilustrar as situações em que encontram, as perspectivas, expectativas para sair da fase de espera e alcançar objetivos específicos. E dentre esses termos, os jovens moçambicanos usam a expressão "desenrascar a vida", os jovens senegaleses e tunisinos expressam em francês *débrouillage* ou *se débrouiller* (desvendar); jovens sul-africanos expressam em inglês ou *I am just getting by*, que seria "vou-me safando" (VIGH, 2009 apud HONWANA, 2014). De modo que essa ideia de desenrascar a vida tem influenciado bastante, para que os rapazes e moças optem por venda de produtos na rua, comércio e tráfico transfronteiriço; emigração ilegal para Europa por meio de pirogas; vidas em *gangs* e redes criminosas; relacionamento amoroso com maior de idade, a fim de ter dinheiro para pagar a mensalidade escolar ou ter algo luxuoso (GROES-GREEN, 2011; HUNTER, 2010 apud HONWANA, 2014). Também, a juventude africana tem apostado na criação das organizações e movimentos sociais para expor as suas preocupações, desafios e descontentamento em relação

à realidade sociopolítica, econômica e cultural que têm vindo a enfrentar. De modo que essas organizações criam a possibilidade de a juventude buscar materializar as suas ideias e lutas por meio de diferentes tipos de repertórios de ação coletiva.

2.3 Debate conceitual sobre repertórios das ações coletivas

A conceituação de repertórios das ações coletivas se origina na abordagem da sociologia histórica de Charles Tilly, no seu livro clássico *From mobilization to revolution*, de 1978, no qual busca compreender a aparição e as modalidades das ações coletivas (PEREIRA; SILVA, 2020). Diante disso, Tilly considera que a ação coletiva acontece por meio de repertórios, e estes possuem um sentido relacional, interativo e constitui as ações públicas inteligível, as formas de ações coletivas das pessoas que visam a atingir as finalidades comuns (LOSEKANN, 2013; GOMES, 2019; PEREIRA; SILVA, 2020). Os repertórios apresentam uma dimensão limitada com a possibilidade de inovações, levando em consideração as questões estruturais e culturais que não só proporcionam as oportunidades, como também as restrições políticas que acabam limitando a ação (LOSEKANN, 2013).

Os repertórios, em diálogo com Losekann (2013) e Gomes (2019), apresentam as características históricas, espaço-temporal, com a variedade na base de lugar para lugar, de época a época, de caso a caso e com a metamorfose com o passar dos anos (LOSEKANN, 2013; GOMES, 2019). Tal fato demonstra que quando as pessoas realizam as manifestações coletivas, fazem-nas fundamentadas nas modificações e dentro dos limites dos repertórios já definidos para o seu lugar, tempo e caso, acompanhando as transformações sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas (LOSEKANN, 2013; GOMES, 2019; PEREIRA; SILVA, 2020).

Na perspectiva de Tilly, em diálogo com a sua obra "Regimes e repertórios" (2006), compreende-se que o regime pressupõe uma maneira de política contenciosa, de modo que existe diferenças na execução dessa política e cada modalidade de regime proporciona um ambiente diferente da contenção política. Na política contenciosa é possível constatar historicamente duas metáforas atreladas: a de formações e a de repertórios. Os repertórios variam historicamente, sobre os quais apresentam cada caso como um caso e as ações apresentam uma articulação fundamentada na identidade, realidade social, política, laços sociais e nas singularidades de composição da vida social. E os ativistas adotam novas metodologias tecnológicas se avaliarem que estas possam ser úteis para seus repertórios. Nesses pressupostos e particularidades, nascem as reivindicações coletivas, levando em consideração

a realidade social e os meios que o ambiente oferece. A execução dos repertórios, ações coletivas e observando outras disputas, remetem à possibilidade de aprender as relações interativas localmente (TILLY, 2006).

Além disso, Tilly (2006) fala que os repertórios contenciosos constituem os conjuntos de ferramentas e mecanismos que as pessoas possuem para desencadear as suas ações coletivas, e além de embasarem as ações nos princípios variáveis e flexíveis, também são polêmicos. Diante disso, apresentam um conjunto considerável de performances que vão desde petições humildes, oposição armada, intervenção em cerimônias públicas e vingativos preços. Ainda, vê-se a variedade dos repertórios que começa com o repertório inexistente, fraco, forte e rígido. Sabe-se que quando a familiaridade faz crescer a possibilidade de engajamento subsequente de uma forma linear, estamos precisamente perante um aprendizado, porém não de preferência forte, portanto, isso se denomina de "repertório fraco". Por outro lado, se as performances familiares apresentam preferências fortes e algumas desconhecidas no processo de inovações, demonstra que estamos perante "repertório forte". Com as mudanças de circunstâncias e não aparecer nada além de performances, estamos diante do repertório chamado "rígido". E cada uma dessas modalidades posicionais se configuram na base de uma relação entre a familiaridade de uma performance anterior com a possibilidade de que a mesma apareça outra vez. Além disso, os repertórios também variam de regime para regime, fato que demonstra que quando se constata um governo com ações de estabilidade, nesse regime governamental as ações coletivas se fundamentam ou operacionalizam na base de repertórios fortes e flexíveis. Também, nesse ambiente as relações sociais estabelecidas acabam por proporcionar as vantagens aos que lá estão inseridos (TILLY, 2006).

As décadas de 1760 e 1770, como ilustra Tilly (2006), são marcadas com as novas abordagens de contenção que influenciam os meios e as rotinas normativas do século XVIII. E na década de 1830, as maneiras de ação social que se constata no século XVII, na Grã-Bretanha, tinham desaparecidos quase na sua totalidade em detrimento das ações que se sustentam nos princípios de não violência de mobilização de execução das reivindicações. A maioria dessas roupagens e formas de ações sociais se faz presente na atualidade, entre as quais se destacam afluências e greves, manifestações, eleições, comícios eleitorais, reuniões públicas, marchas de petição, insurreições planejadas, ocupações, bloqueios, invasões de assembleias oficiais, movimentos sociais organizados e campanhas eleitorais. Por conseguinte, alguns já se viam durante o século XVIII, no entanto, somente no século XIX que ganham maior dimensão e passam a ter domínio nas disputas populares (2006).

Por conseguinte, Tilly (2006) afirma que na Grã-Bretanha, no século XIX, surgiu novo repertório, impulsionado pela realidade sociocultural, política, econômica da época e pela necessidade dos usuários com vista a resolver os problemas sociais. Fato que incentiva as novas formas de fazer as reivindicações. Porém, essa nova ferramenta não apresentava uma capacidade forte da revolução, o que fez com que nem sequer os ingleses conseguiram materializar uma revolução no século XIX ou XX. Ao contrário, conseguiram duas revoluções no século XVII, que foram guiadas com os repertórios iguais aos que se constatava no século XVIII, o que demonstra que o repertório antigo era mais revolucionário do que o novo. Ambos apresentam relações e interações com o regime nas dimensões da realidade sociocultural e histórica (TILLY, 2006).

Neste sentido, o trabalho dialoga com os seus entrevistados, trazendo as suas perspectivas sobre os repertórios de ação coletiva, leituras essas que carregam consigo a realidade sociocultural e política da Guiné-Bissau. Feito isso, o entrevistado Gomes frisa que os repertórios de ação coletiva constituem as formas de participação dos cidadãos, formas de construção do homem em conformidade com princípios sociais, de construção das consciências críticas, porque configuram como instrumentos coletivos que vão ao encontro dos desafios sociais, geram impactos sociopolíticos e instigam as transformações sociais. Os repertórios de ação coletivas são elementos importantes no processo de democratização da sociedade guineense e os jovens têm utilizado essas ferramentas como uma das armas ao seu dispor (GOMES, 2024).

Segundo Luchmann, Schaefer e Nicoletti (2017), entende-se que ao levar em consideração as demandas de diferentes organizações sociais, existem diferentes tipos de repertórios de ação coletiva. Um exemplo são os repertórios voltados às greves, ao se referir os sindicatos, de protestos e manifestações públicas quando se diz sobre os movimentos sociais, e de *lobbies* que se relacionam com as práticas das organizações empresariais (LUCHMANN, SCHAEFER; NICOLETTI, 2017). Por sua vez, Alcântara (2014) sustenta que repertórios de ação coletiva enquanto ações que visam mediar demandas de movimentos sociais e sociedade com o Estado, com vista a alcançar objetivo comum, apresentam distintas modalidades que partem desde greves, passeatas, petições e ocupações. Ainda, Alcântara acrescenta que a utilização de novas tecnologias por parte de movimentos sociais gera as novas roupagens de repertórios sociais, que se resumem na questão de ocupações de sites, protestos *online*, as petições *online*, o *hackeamento* de páginas, os *smartmobs* entre outros (ALCANTARA, 2014).

Os argumentos levantados nesta seção são importantes para a explicação do objeto de pesquisa, uma vez que trazem as abordagens que ajudam a compreender a questão do repertório

de ação coletiva numa realidade diferente. Ou seja, possibilitam entender que os repertórios de ação coletiva mudam de sociedade para sociedade, e o trabalho tem demonstrado esse fato ao longo do seu desenrolar. Ainda, auxiliam a perceber o uso de repertório na realidade e época social longínqua, e a forma como essa modalidade de atividades coletivas ainda são vigentes no contexto sociopolítico da contemporaneidade. Além disso, ajudam a perceber que os repertórios têm dimensão relacional, interativa e de busca da realização comum, e são sujeitos às inovações de acordo com as questões estruturais e culturais. E os repertórios apresentam características históricas, espaço-temporal, culturais, políticas e econômicas. Em seguida, compreende-se a forma como cada regime político influencia na utilização de uma certa modalidade de repertórios de ação coletiva. Ou seja, os repertórios ganham novas roupagens de regime para regime. Por isso, observa a existência de repertório contencioso, fraco, forte e rígido, que difere de organizações para organizações, com base nos desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Portanto, o primeiro capítulo discutiu sobre o conceito de juventude no olhar de distintos de pensadores; abordou a forma como é entendida a ideia da juventude, levando em consideração as singularidades sociais, culturais, das sociedades africanas e as similaridades desta temática em África. E debateu sobre a particularidade de utilização de repertórios de ação coletiva num regime sociopolítico diferente de demarcação espacial de pesquisa e na perspectiva do que seria esse fenômeno na leitura do entrevistado desta pesquisa.

Capítulo 2: A JUVENTUDE FACE AOS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE ESTADO

Este capítulo debate sobre a juventude africana e os seus repertórios ou formas de mobilização social, com a finalidade de construção dos Estados africanos. No entanto, antes de mais, traz uma descrição social da África e, sobretudo, o ambiente ou regime sociopolítico no qual se encontravam os jovens africanos que mobilizaram e criaram repertórios possíveis para alimentar o processo da construção dos Estados africanos. Em seguida, este capítulo prossegue com a mesma lógica organizacional da ideia acima apresentada, demonstrando a participação da juventude guineense na construção do Estado da Guiné-Bissau e no seu processo de edificação que ainda se encontra em curso.

Diante disso, na construção das abordagens a respeito dos repertórios ou formas de mobilização social para a construção dos Estados africanos, a primeira seção dialoga com: Domingues (2005); Barbosa (2015); Castelo (2011) e Wernek (2004). E no que tange aos repertórios da juventude guineense na construção e edificação do Estado da Guiné-Bissau, a segunda e a terceira seção mobilizam os seguintes autores: Lopes (1982); Mango (2001); Cabral (1974); Oramas (2014); Cardoso (1995 e 2015); De Barros (2010, 2012, 2014 e 2016); Auguel (1998); Freire (1992); Mendy (1996); Juará (2006); Sangreman et al (2008); Semedo (2020); Gomes (2021); Gomes (2020); De Oliveira, Sathler e Lopes (2020); Rocha e Sousa (2022); Gohn (1997); Mullucci (1989) e Tilly (2010).

3.1 A juventude e os seus repertórios/ou as formas de mobilização social para construção dos estados africanos

Em diálogo com Capossa (2005) sobre as consequências da Conferência de Berlim de 1885 na África, entende-se que os povos africanos, antes do período da colonização, já se organizavam por meio de reinos e impérios (Monomotapa, Lubas e Lundas, Congo, Ghana, Mali, Songhai, Haussas, Kamem -Barnu, Tekrur, Mossis, Youruba, Benin, Ashatni, Peules, Abomei (Dahomé), Ndongo, Oio, Egito, Etiópia, Kush e Berbere). Estes reinos e impérios criaram as políticas econômicas e sociais, os seus paradigmas da filosofia de vida, e geraram as relações interimperiais que visavam proporcionar a troca de saberes, de questões tecnológicas e o enriquecimento mútuo. Como consequência, esses reinos e impérios experimentaram momentos de conquistas, fracassos, lutas internas, guerras (instigadas por questão de sede de poder, desentendimento, invejas, ciúmes, sucessão no trono) (CAPOSSA, 2005).

Ainda, Capossa (2005) sustenta que a partir do século XV, a Europa impulsionou uma realidade que abriu as novas perspectivas comerciais, que visava conquistar as novas terras para fazer comércio e obter a riqueza. Para isso, iniciaram as expedições marítimas para conseguir ouro na África e comprar as especiarias na Ásia. Neste âmbito, assim iniciou uma relação forçada, sem diálogo intercultural e inter-religioso e, sobretudo, começou o processo de exploração e colonização dos povos africanos. Essa relação criada entre os europeus e os africanos era fortemente disfarçada como a da paz e boa convivência. Porém, não demorou tanto e houve uma mudança brutal, uma vez que, na África, os estrangeiros começaram a ser senhores, donos da riqueza e os africanos passaram a ser estrangeiros, servos e escravizados nas suas próprias terras. Diante desse cenário, os europeus se justificavam que as suas missões em África assentavam em civilizar e batizar os povos africanos que os mesmos denominavam de "gentios, sem alma e de pele preta", e serviam simplesmente para fazer o trabalho de escravidão. Contudo, uma das maiores preocupações que a Europa tinha na África era de acúmulo econômico, de capital, a busca por matéria prima, mão-de-obra barata e exploração de produção industrial (CAPOSSA, 2005).

Também, Capossa (2005) frisa que a Igreja e a colonização andaram juntas nesta questão, uma vez que a igreja, enquanto entidade defensora de dignidade humana e igualdade, nunca pronunciou e condenou as práticas desumanas que estavam sendo realizadas pelos colonizadores. Assim, o racismo, o capitalismo, o imperialismo e a exploração ganharam o espaço e se consolidaram na África. A partir da ideia de querer continuar a explorar o território africano, os países europeus (Alemanha, Áustria Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal, Rússia, Suécia e Turquia) realizaram a Conferência de Berlim, capital da Alemanha, de novembro de 1884 até fevereiro de 1885. Essa conferência, sem nenhum representante dos líderes africanos, tinha como propósito o de dividir o território do continente africano entre os países europeus. Depois dessa conferência, os africanos viram as suas terras, os seus reinos, regiões e impérios divididos sem os seus consentimentos (CAPOSSA, 2005).

A realidade sociopolítica, econômica e cultural que o colonialismo gerou no continente africano suscitou várias resistências individuais e coletivas, que visavam libertar o continente do jugo colonial. Neste sentido, as resistências anticoloniais na África eram desencadeadas principal e massivamente pelos jovens, e eram estes que lideravam os movimentos anticoloniais de libertação e, acabaram, por conquistar a independência política. Dentre os jovens que lideraram a resistência ou movimento anticolonial, destacam-se: Patrice Lumumba (lutou pela independência de República Democrática de Congo); Julius Nyerere (Tanzânia); Sékou Touré

(Guiné-Conakre); Agostinho Neto (Angola); Leopold Sedar Senghor (Senegal); Kwame Nkrhuma (Gana); Samora Moises Machel (Moçambique); Amílcar Lopes Cabral (Guiné-Bissau e Cabo Verde) etc. Contudo, vale destacar que esses líderes receberam as influências do movimento Negritude, Pan-africanismo e da Casa de Estudantes do Império.

A Negritude constitui um movimento cultural e político que busca despertar a consciência racial e lutar para resgatar a identidade cultural do povo negro. Também, configura como um movimento de denúncia às práticas de dominação cultural e de opressão do capitalismo colonialista. Esse movimento foi idealizado e criado fora da África, ou seja, surgiu nos Estados Unidos e ganhou, assim, a sua propagação até Antilhas, Europa e a França na qual ganhou uma nova roupagem e forma sistematizada. E depois da sua sistematização, o mesmo expandiu-se para o território africano e das Américas (DOMINGUES, 2005).

Segundo Domingues (2005), o Pan-africanismo pressupõe um movimento político e cultural que tinha como foco lutar pela independência dos países africanos, uma vez que esses estavam sob a dominação colonial. Além disso, lutava pela unidade entre os países africanos (DOMINGUES, 2005). Ademais, Barbosa (2015) sustenta que o Pan-africanismo nasceu na base da luta dos ativistas afro-diaspóricos americanos, com vista a instigar o espírito de coletividade. Nos finais do século XVIII e meados do século XX, houve a construção das ideologias, princípios e visões a respeito da identidade étnico-racial (que seria a comunidade negra: africana e afrodescendente). No primeiro momento do Pan-africanismo, destaca as figuras como: E. Blyden, S. Williams, J. Hayford, B. Crowther, J. Horton, M. Garvey e W. E. Du Bois. Já no seu segundo momento, o movimento centrava-se justamente em lutar para obtenção da independência nacional dos países africanos. Aí destacam-se como: G. Padmore, C. A. Diop, L. S. Senghor, A. Césaire, F. Fanon, K. N’Krumah, N. Azikiwe, A. Cabral e J. Nyerere. Portanto, o Pan-africanismo constitui como um dos princípios ideológicos mais importantes do pensamento sociopolítico e cultural africano contemporâneo (BARBOSA, 2015).

A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi criada no ano de 1944 num ambiente político do império colonial português, que servia como um espaço cultural e de reforço educacional para os jovens estudantes dos países colonizados por Portugal. Porém, com o passar do tempo, a CEI passou a ser como um espaço de despertar da consciência anticolonial no seio dos jovens vindo das colônias para estudar em Lisboa. Também, a CEI contribuiu para impulsionar o sentimento nacionalista, ideológico e movimentos sociais anticoloniais (Movimento Popular de Libertação da Angola-MPLA; Partido Africano de Independência da

Guiné e Cabo Verde- PAIGC; Frente da Libertação de Moçambique-FRELIMO) que acabaram por lutar pela independência dos países africanos (CASTELO, 2011).

Figura 2: Casa de Estudantes de Império



Fonte: Google imagem. Disponível em: https://www.uccla.pt/sites/default/files/styles/media_full/public/media/cei_fotos_antigas16_.jpg?itok=v3YtlzaR
Acesso em 20 de novembro de 2023.

Portanto, essas correntes de pensamentos, e entre outras teorias de diferentes pensadores, influenciaram os líderes africanos diaspóricos a voltarem para os seus países africanos. E assim consciencializaram e mobilizaram os seus conterrâneos a negociar as suas independências ou a desencadearem as lutas armadas para que pudessem emancipar do jugo colonial europeu. Diante disso, Werneck (*et al*, 2004) nas suas leituras sobre a questão de mobilização social enquanto mecanismo de construir a democracia e possibilitar a participação social, considera que a mobilização social acontece através de grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade, com vista a atingir um objetivo e o resultado almejado por todos. Por isso, mobilizar constitui um ato de convocar as pessoas para agirem em conjunto, a fim de alcançar um propósito comum e compartilhado. Isso demonstra que, fazer parte de uma dinâmica da mobilização social não deveria constituir um ato obrigatório, mas, sim, uma questão de escolha e de liberdade de cada indivíduo, de modo que, a decisão de participar da

mobilização social, muitas vezes, ocorra mediante a uma análise em que as pessoas buscam saber se são ou não capazes de proporcionar e construir as mudanças. Tal fato que ilustra que qualquer mobilização social tem seu propósito, estratégias e objetivos definidos a alcançar, e isso torna-a um ato racional. Para que esse ato racional da mobilização social seja benéfico à sociedade, é necessário que o mesmo esteja bem desenhado para o projeto futuro, uma vez que quando o propósito de mobilização constitui algo passageiro, torna-se num evento e numa campanha, mas não num processo de mobilização. A mobilização social precisa da dedicação constante, com a capacidade de produzir resultados dia a dia (WERNECK, *et al*, 2004).

Portanto, através das mobilizações realizadas pelos jovens líderes africanos, os países africanos negociaram e desencadearam a luta armada anticolonial, que os possibilitaram a conquistarem as suas independências nas décadas de 1960 a 1970. Assim, construíram os novos Estados africanos.

3.2 A juventude e os seus repertórios/ou forma de mobilização social para a construção de estado da Guiné-Bissau

Debruçar sobre a juventude, os seus repertórios ou as formas como se mobilizam para a construção do Estado da Guiné-Bissau, remete à necessidade, antes de mais nada, de ilustrar como se deu a formação da sociedade guineense, como a sua estrutura social sofreu mudanças ao longo dos tempos. E, assim, para poder compreender em que contexto cultural, sociopolítico e econômico viviam esses jovens guineenses ao ponto de criarem os seus repertórios da ação coletiva e formas de mobilização, para que pudessem pôr face aos desafios dos seus tempos.

Diante disso, segundo o sociólogo guineense, Carlos Lopes (1982), os povos que compõem o atual território da Guiné-Bissau foram o resultado de rejeição dos grupos sociais "etnias" de origem mandé (o povo Mandinga, um dos grupos sociais que compõe o mosaico cultural guineense), no século XIII e XIV (LOPES, 1982). Nesta sequência, Mango (2001) acrescenta que em consonância com o censo de 1991 do recenseamento da população da Guiné-Bissau, com base em diferentes grupos sociais, constata-se os seguintes grupos sociais (etnias): Fula, Balanta, Mandinga, Manjaco, Papel, Brame, Beafada, Bijagó, Mista, Felupe, Cunate, Balanta-mané, Nalu, Fula-de-futa, Baiote, Saracolé, Jacanca, Padjadinca, Cassanffile, Fula-preto, Caboiana, Tanda, Landuna, Baga, Fula-de-boe, Banhus, Bambara, Jaloto, Suma, Fula-de-toro, Temene e Fula-forro (MANGO, 2001).

Nesta sequência, o líder imortal, Cabral (1974) fez-nos lembrar que os grupos sociais referenciados, nas suas sociedades, apresentavam, antes da época colonial, a agricultura, a

pesca, a caça como meios de suas subsistências. E se organizavam e se organizam com base em duas formas estruturais: a estrutura social vertical e horizontal. A sociedade de tipo vertical (a exemplo dos grupos sociais Fula, Mandinga, Mancanha, Manjaco, Papel etc.) se estrutura na base da hierarquia social, na qual cima há o chefe, os religiosos, a gente grande da religião, que com os chefes formam uma classe, e em seguida aparecem outras profissões e os demais. Por outro lado, a sociedade do tipo horizontal (exemplo de grupo social Balanta) se configura sem nenhuma opressão de cima, com indivíduos livres (CABRAL, 1974).

Nos grupos sociais que compõem a Guiné-Bissau, vê-se que a ideia de ser jovem não se resume à questão da faixa etária, mas, sim, fundamenta-se na realização de certos rituais de transição com uma capacidade simbólica extremamente importante. Nesta sequência, na estruturação social do grupo social Mancanha, em consonância com a leitura de Mango (2001), compreende-se que acontece a mesma coisa, porque a saída de uma fase social para outra não está ligada à faixa etária e há a realização de ritual de passagem estipulada pela sociedade. Ser jovem na realidade de povo Mancanha ocorre com a realização do ritual denominado *bassiimp* (fanado ou circuncisão). Depois disso, um indivíduo ganha o estatuto de *batasa-bampote*, e permanece nesta fase até aos trinta anos de idade. Para sair nesta fase da juventude, é necessário a realização de ritual de passagem *katassa* (circuncisão maior, mas quem foi circuncisado no ritual de juventude, aqui não se circuncisa novamente, mas recebe simplesmente ensinamentos socioculturais de nível de um adulto). Isto quer dizer que mesmo uma pessoa ultrapassando trinta anos de idade, a idade da juventude, se não realizar o ritual de passagem *katassa*, não entrará na fase adulta (MANGO, 2001). Diante disso, entende-se que a mudança de fase social para ser adultos entre os Mancanhas não depende da condição financeira, estatuto social ou origem familiar de alguém, mas, sim, da efetivação do ritual de passagem.

A juventude guineense, nos seus grupos sociais, buscava figurar como componente fundamental da transformação social e sempre se fazia presente por meio da sua participação na construção de bem-estar social. Ou seja, a participação social desses jovens reflete-se na lavoura, caça, criação de gado, nas estruturas políticas e, sobretudo, na divulgação e preservação cultural. O sociólogo Carlos Lopes (1982), ao fazer uma analogia sobre a origem do povo guineense e as formas culturais das organizações sociais, avança que as sociedades que configuram a Guiné-Bissau se fundamentam num modo de estruturação social tradicional com característica econômica da produção tributária, comunitária, com sistema política embasado na "etnia" (LOPES, 1982).

E as sociedades e as estruturas sociais desses grupos que compõem o atual território da Guiné-Bissau começam a ganhar a nova dinâmica, depois da chegada dos colonizadores

portugueses. A chegada ou invasão desses, em diálogo com Mango (2001), percebe-se que a mesma se deu devido às mudanças e os desafios políticos, econômicos, sociais e culturais que os países europeus viviam, no final da idade Média, e remetem aos mesmos a se desafiarem a navegar para outras partes de oceano. Fato que os levou a chegar os territórios africanos, que se inicia na época de 1415, no território de Ceuta com a presença dos portugueses (MANGO, 2001). Nesta ordem de pensamento, Lopes (1982) frisou que o território que constitui hoje a Guiné-Bissau não escapou dessa realidade. Uma vez que, em 1446 Nuno Tristão, navegador português do século XV, que explorou a costa ocidental africana até à Guiné, chegou ao atual território da Guiné-Bissau (LOPES, 1982).

Os colonizadores portugueses, ao chegarem o território da Guiné-Bissau, as suas relações, com o tempo, não se limitavam apenas em simples relações de harmonia, de trocas culturais e comerciais, mas, sim, buscaram ocupar, administrar, dominar e explorar o território e o povo guineense. E a respeito desse assunto, Mango (2001) reforça que, em 1466, a presença colonial portuguesa e as suas relações com os "nativos" guineenses ganhou uma nova fase, a de exploração sistemática, sobre a qual se estabelece uma relação comercial com cunho exploratório. Fase essa que objetivava penetrar no interior do território e tirar o maior proveito possível de lucro nas relações de troca com líderes tradicionais, sobre a qual o ouro, marfim e pessoas que seriam escravizadas constituíam a base dessa troca e, em troca, se recebia os objetos de pequenos valores. Apesar de que, nessa época, o atual território da Guiné-Bissau não estava sob o controle e a administração colonial portuguesa, nem por seus representantes que se encontravam em Cabo-Verde. Mas, para materializar, propagar e operacionalizar as estratégias e ideologias colonialistas, o império colonial português resolveu institucionalizar as suas ações. Ato que começou com a nomeação a Capitão-Mor de Nunes de Andrade, na região de Cacheu, configura como a primeira ação de institucionalização da administração colonial portuguesa, em 1630. Em seguida, em 1642, vê-se a nomeação de Gonçalo Gamboa Ayala, no setor de Farim, e F. Nunes de Andrade, no setor de São Domingos (MANGO, 2001).

Na abordagem de Oramas (2014) a respeito da colonização portuguesa na Guiné-Bissau, é perceptível que esse momento de institucionalização da administração colonial impulsionou o início do estabelecimento da Guiné Portuguesa, que, em consonância com a Lei Fundamental da metrópole, constituía uma Província do Estado Português, que era organizada com o Estatuto do Indigenato, o qual carregava consigo uma série de princípios discriminatórios e raciais, uma vez que, no seu artigo segundo, considerava que os indivíduos da raça negra não tinham o direito de eleger, depor, de mudar de residência sem um aviso com antecedência e demais outros aspectos. No entanto, para que fossem considerados cidadãos ou que tivessem esses e os demais

direitos, era necessário que adotassem e apresentassem certas características: a de ter conhecimento da língua portuguesa, exercer a profissão da necessidade das autoridades coloniais etc. (ORAMAS, 2014). Diante disso, o império colonial português recrutava os jovens para entrarem na vida militar, ocupar-se de trabalhos pesados, auxiliares administrativos e para outras funções, uma vez que entendia que a juventude era elemento fundamental na implementação e execução das suas ideologias colonialistas.

A ocupação do território atual da Guiné-Bissau por parte do império colonial português, acompanhada com a exploração e desumanização dos povos guineenses, fez com que a sociedade e, principalmente, os jovens se levantassem para enfrentar os desafios sociais e para fazer a resistência ao jugo colonial. E neste âmbito, a juventude guineense se mobilizou e criou vários grupos e movimentos sociais que buscavam atender as suas necessidades, que superariam os seus anseios e desafios e, sobretudo, que os livraria da dominação colonial. Por conseguinte, construiriam um Estado novo isento da exploração do homem pelo homem. E Oramas (2014), na sua leitura feita sobre a colonização portuguesa na Guiné-Bissau, comprovou esse fato, demonstrando que no itinerário de superar problemas sociais, de resistir e criar repertórios necessários para fazer face aos desafios que a colonização portuguesa colocava, foi criada a Liga Guineense em 25 de dezembro de 1910, em Bissau, sob a liderança de Oliveira Dugu. De modo que, constituía uma associação escolar e educativa de ajuda mútua e, assim, apesar das suas limitações, figurou como o primeiro órgão reivindicativo que se fez nascer entre os "civilizados". Essa organização desapareceu em 1915, com base na justificativa de que olhava e apoiava mais o grupo social "papel" (ORAMAS, 2014).

Ademais, Oramas (2014) comenta que, em 1926, houve a aparição de um movimento anticolonial em Bissau, com a liderança de Thierno Mendes Pereira. Em seguida, surge outro movimento que visava também lutar contra a dominação colonial, já sob a liderança de Horácio Correia Seabra, acompanhado de Benjamim Correia, Raimundo Ledo Pontes e demais elementos que contemplavam essa ideia revolucionária. Esse movimento foi extinto depois de ser descoberto por autoridades portuguesas, e o seu líder, Benjamim Correia, foi obrigado a abandonar o país. É no âmbito da resistência e da criação dos repertórios que pudessem libertar o povo guineense da opressão colonial, que surgem os primeiros movimentos sociais anticoloniais. O Movimento para a Independência da Guiné (MING) foi criado, e dirigido por Rafael Barbosa, e composto por intelectuais assalariados, em 1955 (ORAMAS, 2014).

Carlos Lopes (1982) na sua análise sobre a construção do Estado guineense, fez-nos lembrar que foi nessa dinâmica da juventude guineense da época colonial que Amílcar Lopes Cabral, enquanto jovem de 32 anos de idade, em 1956, criou o Partido Africano para

Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Criou o partido juntamente com outros cinco membros (Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin), com o objetivo de libertar o povo guineense e caboverdiano da dominação colonial (LOPES, 1982).

Ainda, aumentava os números das organizações que eram criadas pelos jovens guineenses que tinham a preocupação de mudar o cenário sociopolítico que era instalado pelo império colonial português na Guiné-Bissau. Como alinha Oramas (2014), destacando que em 1959 foi criado o Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde (MLGPICV) (movimento esse que advém na fusão dessas três pequenas organizações: União Democrática da Guiné (UDG); União Democrática de Cabo Verde (UDCV); a União de Populações da Guiné (UPG), que reivindicava a autonomia e a emancipação. Mas houve um afastamento de considerável número dos guineenses nesse movimento, alegando-o de inspiração exclusiva caboverdiana. Também, surge os movimentos anticoloniais como: Frente de Libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde (FLGC), criado em 1960 por Henry Labéry, com mistura de caboverdiano e senegalês. Em 1962, em Dakar, foi criado o movimento Frente da Libertação Nacional da Guiné (FLING), que além de autonomia, lutava pela independência da Guiné, também era anti-caboverdiano (ORAMAS, 2014).

Nesta sequência, o momento mais importante da juventude guineense na apresentação de novos e alternativos repertórios coletivos foi durante a luta armada anticolonial liderada por Amílcar Lopes Cabral, que dirigia o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Amílcar Cabral entendia a juventude como uma camada social com consciência dos seus direitos e deveres, com a capacidade física e intelectual, que a faria ter um papel fundamental na dinâmica da libertação do povo guineense do jugo colonial, na construção de uma terra livre, independente e de garantia da felicidade dos guineenses.

Então Cabral começou a propagar as suas ideologias políticas, consciencializar a sociedade guineense sobre a exploração que estava a enfrentar e sobre a necessidade de lutar para mudar *os modos operandi* colonial. De modo que o impacto da ideologia política de Amílcar Cabral não demorou a operacionalizar, uma vez que o mesmo impulsionou os trabalhadores da Casa Gouveia, maioritariamente jovens, a desencadearem uma revolução social. Lopes (1982) nos ajuda a descrever o assunto, frisando que essa revolução foi denominada de Massacre de *Pindjiquiti* que teve lugar no dia 3 de agosto de 1959, sobre a qual os estivadores dos portos de Bissau fizeram greve, reivindicando aumento dos seus salários. Fizeram uma manifestação pacífica, mas acabaram sendo reprimidos pela polícia e pelo Capitão Serra Gomes, que resultou em dezenas de mortes. Nessa altura, havia considerável

número de guineenses que faziam parte do Exército Português, porém, com esse massacre acabaram por juntar-se ao PAIGC que figurava como movimento que visava libertar o povo da opressão colonial. E o PAIGC desencadeou a luta anticolonial na Guiné-Bissau (LOPES, 1982).

A luta anticolonial, liderada por Amílcar Lopes Cabral, no PAIGC, defendia uma ideia de desenvolvimento com a qual os jovens guineenses sentiam-se contemplados e percebiam que havia a necessidade de participarem da luta. Diante disso, Chicote (1968) considera que a perspectiva de desenvolvimento de Amílcar Cabral se aproxima a uma modalidade designada de "nacionalismo desenvolvimentista", que busca superar os desafios de um país por meio das transformações estruturais, alterações das instituições políticas, econômicas, sociais e culturas e, assim, desenvolver-se. Para que essa ideologia desenvolvimentista fosse consolidada, era necessário a substituição do antigo sistema instalado, para que a transformação econômica pudesse trazer uma nova dinâmica social (CHILCOTE, 1968 *apud* CARDOSO, 2015).

Ainda, Cardoso (2015), na sua discussão sobre a perspectiva de desenvolvimento de Amílcar Lopes Cabral, avança que a visão deste sobre o assunto apresenta uma forte ligação entre a luta pela independência, a construção da nação e o desenvolvimento. Ou seja, apresenta uma característica de interdependência e um era inconcebível sem os outros. De modo que, para a Guiné-Bissau se desenvolver, era necessário, num primeiro momento, libertar o território da dominação colonial e, posteriormente, criar uma nação. A nossa luta visa a libertação das forças produtivas da nossa terra junto da dominação colonial, da nossa terra política e economicamente. O que remete à questão de eliminar todos os obstáculos que pudessem impedir a progressão do trabalho, da produção, do desenvolvimento das forças produtivas, e da destruição da economia colonial portuguesa e construí-la de novo como Estado. Além disso, para alcançar os traços estabelecidos para o desenvolvimento, Amílcar Cabral avança que a luta armada era para garantir o desenvolvimento da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para que isso fosse feito, era preciso acabar com todas injustiças, as misérias, os sofrimentos, garantir a segurança das crianças, criando as condições de progredirem as suas capacidades, com vista a servir o nosso povo e a humanidade inteira. Portanto, a crença de Amílcar Cabral em relação ao desenvolvimento da Guiné-Bissau assenta no fato deste ser um país com muita potencialidade dos recursos naturais (CARDOSO, 2015).

A vontade de acabar com as práticas de exploração, de desumanização do povo guineense, de querer construir um Estado novo e desenvolver o país na perspectiva ideológica de Amílcar Lopes Cabral, constituem fatores fundamentais e motivacionais que impulsionaram os jovens a participar na luta anticolonial. A luta anticolonial para libertação do território da Guiné-Bissau, em diálogo com Carlos Lopes (1982), iniciou no dia 23 de janeiro de 1963, na

região de Tite, na qual as guerrilhas de PAIGC tinham simplesmente seis pistolas, uma arma de fogo e uma catana. Perante à dominação colonial, o PAIGC desencadeia a luta armada tendo como os objetivos principais: promover a abolição da exploração do homem pelo homem, criar a união entre os militantes e, união entre os grupos sociais "etnia", na esperança de criar um homem novo (por meio da educação que valoriza a cultura local) e africano com orgulho de o ser (LOPES, 1982).

A guerra contra o jugo colonial para emancipação da Guiné-Bissau foi suportada maioritariamente por jovens guineenses, que puseram as suas vidas em riscos, para que pudessem ter uma vida livre, construir um Estado novo e verem as futuras gerações livres de exploração. A título de exemplo, destaca-se algumas figuras jovens que participaram na luta anticolonial e hoje são considerados valentes antigos combatentes: Amílcar Lopes Cabral tinha 32 anos quando fundou o Partido Africano da Independência; João Bernardo Nino Vieira, general, proclamador da independência da Guiné-Bissau e foi presidente do país após a independência, aderiu à luta armada com 24 anos de idade; Heroína Titina Silá³ aderiu a mesma luta com 20 anos de idade e Carmen Pereira⁴ tinha 27 anos de idade. Ainda, acrescenta-se a essas figuras: Osvaldo Vieira, Domingos Ramos, Victorino Costa, Constantino Teixeira, Rui Djassi, Inocência Kani, Francisca Pereira, Teodora Inácia Gomes, Silvina Paz, Arafam Djamba Mané, Pansau Na Isna, Tchico Té, Pedro Pires, Luís Cabral, Tagme Nawie, Lassana Ndami entre outros.

Nesta senda, o sociólogo De Barros (2010) demonstra que na década 1960, sob a dominação colonial, vê-se a emergência da juventude guineense na questão política, através da clandestinidade, para aderir à luta armada e a criação dos grupos musicais de suporte político anticolonial (DE BARROS, 2010). E sobre a participação dos jovens na luta armada por meio de grupos musicais Augel (1998), destaca que os jovens participavam, no início da década 1970, por meio dos grupos músicas na zona franca, na cidade de Bissau, onde havia mais concentração de portugueses. Dentre os grupos musicais, destaca-se o de Cobiana Jazz⁵, que era composto principalmente por José Carlos Schwarz, que tinha 21 anos de idade, e Aliu Bari, que tinha 23 anos de idade quando aderiram à luta anticolonial através da música. O grupo Cobiana Jazz marcou o período colonial e pós-colonial, cantava em crioulo (a língua da unidade nacional em

³ Ernestina Titina Silá, guineense, nascida em região de Tombali, Guiné-Bissau, em 1943, foi militante e tropa de PAIGC na luta anticolonial. Morreu no rio de Farim, em 30 de janeiro de 1973.

⁴ Carmen Mária De Araújo Pereira, guineense, foi militante e tropa de PAIGC na luta contra jugo colonial, morreu no dia 4 de junho de 2016, em Bissau.

⁵ Grupo musical criado em 1970 (AUGEL, 1998) por José Carlos Schwarz (nascido em Bissau, em 6 de dezembro de 1949, poeta, músico e morreu em 27 de maio de 1977, em Havana; e Aliu Bari (nasceu em 1947, músico e político guineense, morreu em 19 de julho de 2013).

Guiné-Bissau e falada por povos que ali habitam), canção que acarretava uma mensagem que tocava a sensibilidade dos guineenses, permitindo-os saber mais sobre a realidade opressora que se vivia: servia como mensageiros da ideologia política de PAIGC e impulsionava a juventude contra o regime dominador (AUGEL, 1998).

Diante disso, entende-se que a cultura constitui uma forma de repertório social de contestação da realidade social vigente (GOMES, 2021). Ainda, Freire, na sua obra "Música e sociedade (1992)", alerta que a música apresenta grande importância no meio social, uma vez que a mesma possui a característica de representação simbólica; tem a capacidade de instruir os membros da sociedade para que possam ter a possibilidade de discernir sobre o que é correto ou não; ajuda na transmissão de valores e na validação das instituições sociais; auxilia na garantia da continuidade e estabilidade da cultura de um determinado povo; e na integração de uma sociedade (FREIRE, 1992).

Por conseguinte, a luta de libertação nacional durou onze anos (de 1963 a 1974), o movimento da libertação, após a conquista de maior parte de território ocupado, proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973 (LOPES, 1982). Quem proclamou a independência em 1973 era jovem, foi o jovem, João Bernardo Vieira, na altura tinha 34 anos, com a seguinte frase: "depois deste texto ter sido aprovado com unanimidade, a primeira Assembleia Nacional da nossa história, exprimindo a vontade soberana do nosso povo, proclamo solenemente o Estado da Guiné-Bissau".

As análises trazidas acima, no desenrolar desta seção, apresentam grande importância, não só pelo fato de constituírem as narrativas sócio-históricas que possibilitam compreender o passado e, por meio de harmonia com este, entender a atual posição da juventude guineense e em que dinâmica participativa social a mesma se encontra. A relevância desta seção estende-se em permitir perceber a maneira como se deu a formação da sociedade guineense; a diversidade cultural entre os povos que compõem o atual território da Guiné-Bissau; as características econômicas dos grupos sociais "etnias" do país em questão. Além disso, remete à compreensão do momento da chegada dos colonizadores portugueses, suas relações com os guineenses, a institucionalização da administração colonial portuguesa e a dominação dos povos guineenses pelos colonialistas. Também, possibilita entender as razões da criação dos movimentos sociais anticoloniais e os repertórios da ação coletiva para libertação do povo guineense, que se encontrava sob o jugo colonial português.

Ainda, com base nos argumentos apresentados, é perceptível que o debate, assunto ou preocupações momentâneas se diferem na base de um determinado tempo, regime ou realidade sociocultural, política e econômica, na qual se insere a sociedade. Neste sentido, observa-se

que, na época pré-colonial, a preocupação girava em torno da questão da diferença cultural, demarcação territorial, meios de subsistência e da estruturação social. Na época colonial, o debate se assentava em volta de temática de ocupação territorial, comércio dos produtos, comércio das pessoas, colonização, ideia de indígena e cidadão, resistência, mobilização, movimentos sociais, unidade nacional, independência nacional, construção do novo Estado, extinção da exploração de homem pelo homem e desenvolvimento do país. De modo que, a realidade sociopolítica e econômica influencia na criação e mudança de repertórios de ação coletiva. E no processo de construção do Estado da Guiné-Bissau foram usados os repertórios da ação coletiva como: a reunião, concertação e consciencialização, manifestação pacífica, a luta armada e músicas da intervenção social.

3.3 A juventude e os seus repertórios/ou forma de mobilização para edificação de estado da Guiné-Bissau pós independência

Após a independência, a Guiné-Bissau, enquanto Estado novo, adotou um sistema político com característica socialista como base da estruturação estatal e sociopolítica (LOPES, 1982; CARDOSO, 1995; MENDY, 1996;). Mas o PAIGC, que liderava o país enquanto partido único, não apresentava por escrito um programa da governação nessa linha. A Guiné-Bissau seguiu o modelo socialista para poder manter a relação e, o apoio dos países socialistas (União Soviética em destaque) que tem recebido desde a luta anticolonial e pela fraqueza que os países de modelo liberal estavam apresentando (CARDOSO, 1995).

Em seguida, a década 1980 não foi tão boa para Guiné-Bissau, porque foi o período no qual a mesma aprovou crise política, econômica e social, que resultou no golpe de Estado em 14 de novembro de 1980. Diante disso, segundo Juará (2006), esse golpe aconteceu no período em que havia a unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, que funcionavam como Estado binacional⁶, e essa união terminou com esse golpe. Golpe que surgiu por causa da insatisfação no seio de militantes de PAIGC, alegando que a nova constituição da república de Cabo Verde abolia a pena de morte e avisava que o presidente da república deveria ser apenas caboverdiano. A constituição da Guiné-Bissau não abolia a pena de morte e deixava abertura que permitia

⁶ Amílcar Cabral, enquanto filho do país caboverdiano, nasceu em Guiné-Bissau, uniu a Guiné-Bissau e Cabo-Verde para combaterem contra a dominação colonial portuguesa. Após a independência, os dois eram considerados Estados binacionais, os mesmos eram liderados por esses dois povos, conjuntamente, A unidade desses países foi interrompida com o golpe de Estado que aconteceu em Guiné-Bissau, em 1980.

perceber que o guineense, assim como o caboverdiano, podiam ser presidentes da república em Guiné-Bissau (JAUARÁ, 2006).

Com o propósito de superar as crises econômicas e a instabilidade política, a Guiné-Bissau, em parceria com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), implementou planos de desenvolvimento econômico no período de 1983 a 1984 (CARDOSO, 1995; MENDY, 1996). Em 1987, o país implementou o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) e o programa de estabilização econômica e financeira, de modo que esses programas buscavam dar estabilidade econômica e financeira ao país, liberalizar e controlar a economia. Porém, acabam trazendo resultados sociais negativos à Guiné-Bissau (queda produtiva de alimentos, êxodo rural, dependência externa, ameaça constante da crise econômica) (CARDOSO, 1995; DE BARROS, 2014).

Mesmo diante dessas crises econômicas e da instabilidade política, aos jovens guineenses não era permitido reivindicar ou desencadear ações coletivas que visavam protestar contra o regime que vigorava no período pós-independência. E, neste sentido, De Barros (2010) argumenta que depois da independência, o PAIGC figurava como partido único, com o privilégio de ser considerado como a Força, Luz e Guia do povo guineense. Assim esse regime não permitia aparição de outras forças políticas, sociais e muito menos novas organizações juvenis. Ou seja, a participação dos jovens era limitada e guiada pelo regime de partido único, e estavam todos concentrados nas forças juvenis de mobilização de PAIGC, que são: Flor de Setembro e Abel Djasse (FSAD) e da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) (DE BARROS, 2010).

Diante dos argumentos expostos, é compreensível que a realidade vivida no período pós independência estava longe de ser aquilo que era a perspectivada e que impulsionava Amílcar Lopes Cabral e os seus companheiros a aderir à luta armada anticolonial, pois Carlos Lopes (1982) ressalta que Amílcar Lopes Cabral dizia que a verdadeira independência seria quando a mesma se transformasse na melhoria de condição da vida do povo guineense (LOPES, 1982). Ainda, reforça que fracasso dos ideais da independência tem a ver com a falta de preparação dos funcionários públicos, a presença de nepotismo, a intervenção militar na arena política, conflitos partidários etc. (LOPES, 1982).

Nesta sequência, em 1991, deu-se a abertura democrática em Guiné-Bissau. Porque a sociedade guineense sentia a necessidade de mudar a realidade sociopolítica e edificar o Estado, por isso, de certa forma, via a abertura democrática como uma oportunidade ou ambiente propício para participar e transformar a sociedade. Portanto, a abertura democrática na Guiné-Bissau não só possibilitou a aparição de diversos partidos políticos (Partido de Renovação

Social (PRS), União para Mudança (UM), Movimento Bafatá-Guiné-Bissau (MB-GB) etc.), mas também, permitiu a liberdade de criação de organizações de sociedade civil (Ação para Desenvolvimento (AD), TINIGUENA (esta terra é nossa) etc.) e, em particular, as de caráter juvenil (Conselho Nacional da Juventude).

Diante disso, Barros (2010) frisa que, com a abertura democrática em 1991, o partido único, PAIGC, perdeu o controle e domínio da juventude, porque já existia a liberdade de criação das associações. Também houve a substituição da disciplina escolar de Formação Militante (que ensinava as ideologias de partido único) para dar lugar à de Educação Social, esta objetiva promover, nos conteúdos escolares, os valores sobre os direitos e deveres do cidadão guineense, apresentando rapidamente um reflexo positivo, uma vez que, em 1992, aparecem os primeiros grupos juvenis nos liceus do país, a saber: Associação Juvenil para a Ação Social; Associação para o Desenvolvimento da Ação Juvenil e Associação Jovens Unidos (principais membros católicos e eram alunos de Liceu João XXIII). Com o tempo, as ações dos grupos sociais juvenis transcenderam a delimitação espacial escolar, fazendo se sentir as suas ações nos bairros populares nos quais habitam os mesmos. Por outro lado, o Estado perde a capacidade de controle das associações juvenis, como fazia na época de partido único (DE BARROS, 2010).

Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições gerais (MENDY, 1996; DE BARROS, 2010), que não se traduziram em restabelecimento da crise socioeconômica na qual se encontrava o país. Essa realidade, na visão de De Barros (2010), impulsionou, no mesmo ano, os jovens da escola *Kwame N`kruma*⁷, em solidariedade à classe docente, a efetuarem a primeira manifestação pública, a fim de reivindicar o pagamento do salário dos professores. A manifestação teve grande impacto, a escola permaneceu fechada durante uma semana, até o pagamento dos professores. Também, este ato despertou atenção sobre os problemas juvenis e sobre seus papéis na sociedade guineense democrática (DE BARROS, 2010).

Mesmo assim, para a camada juvenil, os seus anseios e problemas sociais estavam longe de serem solucionados, uma vez que a Guiné-Bissau tem aprovado crises econômicas e políticas causadas por golpes de Estado, luta pelo poder e por relações institucionais que não vão ao encontro com a constituição da república. Nesta ótica, Sangreman, Carlos (*et al*, 2008) nos lembram sobre a guerra civil de 7 de junho de 1998 em Guiné-Bissau que terminou somente no dia 10 de maio de 1999. Essa guerra surgiu a partir de desentendimento, no seio do PAIGC e entre os militares, a respeito da realidade socioeconômica precária que era imposta pelo regime

⁷ Instituição escolar nacional da Guiné-Bissau, fundada em 1950, época colonial, e sediada em Bissau.

de João Bernardo Vieira, e por revolta do então Chefe do Estado Maior, Ansumane Mané. Este reagiu a uma tentativa de João Bernardo Vieira que queria alterar o tipo de apoio dado ao movimento de Casamance. A guerra civil teve a frente a junta militar (Ansumane Mané com maioria dos militares que lutaram contra o império colonial) e a frente liderada por João Bernardo Vieira tinha apoio militar de Senegal e Guiné-Conakry (SANGREMAN; CARLOS et al; 2008).

Essa guerra gerou perdas humanas irreparáveis, destruição das infraestruturas, crise econômica e ameaça à estabilidade sociopolítica. Diante dessa realidade, segundo De Barros (2010), no seu trabalho sobre associativismo como estratégia da integração social, a juventude guineense teve o seu maior impacto no nível qualitativo e quantitativo, desempenhando um papel extremamente importante no período pós-guerra de 1998-1999. Nesta altura, o Estado da Guiné-Bissau apresentava condições completamente precárias. Diante disso, as associações juvenis (de caráter solidário, ambiental, de bairros, educativo secundário, cultural, desportivo, gênero etc.) como a Associação para a Solidariedade e Ação (ASA); a Geração Nova da *Tiniguena* (GNT); Associação de Jovens de Cupelum de Baixo (AJOCUB); Associação de Jovens para o Bem-estar Social (AJOB); Movimento Cultural Conexão RODA LIVRE; Associação de Jovens para o Desenvolvimento da Cultura e Desporto (AJUDEC); Associação Juvenil Feminina (AJF), etc, contribuíram bastante na questão de saneamento básico urbano, ação cultural, reforço da participação e ação cívica (DE BARROS, 2010).

Ainda, De Barros (2010) acrescenta que foi nessa dinâmica participativa juvenil, depois da guerra de 7 de junho, com propósito de transformação da realidade social, que foi criada a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), com vista a garantir maior participação cívica dos jovens no processo da transformação do país; Fórum Nacional da Juventude e População (FNJP), com foco na questão de saúde reprodutiva, luta contra a VIH/Sida e a igualdade de gênero; e a Confederação Nacional de Estudantes da Guiné-Bissau (CONAEGUIB), que lutava em defesa da garantia da educação de qualidade; a Associação Juvenil Feminina (AJF) (DE BARROS, 2010).

Em 12 de abril de 2012, aconteceu o novo golpe de Estado na Guiné-Bissau, por isso, o país entrou num período de transição que durou 2 anos. Em 2014, o país realizou as eleições gerais que colocou Domingos Simões Pereira como primeiro-ministro e José Mário Vaz como presidente da República. Porém, essa eleição e legislatura não trouxeram os resultados esperados, porque o governo eleito pelo povo foi derrubado pelo presidente da república, de modo que esse fato gerou uma crise constante, que implicou a nomeação de sete primeiros-ministros até o final da legislatura. Em 2019, foi realizada uma eleição legislativa vencida pelo

Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e Aristides Gomes figurou como primeiro-ministro. E no mesmo ano aconteceu a eleição presidencial, vencida por Umaro Sissoco Embaló, apoiado pelo Movimento da Alternância Democrática da Guiné-Bissau (MADEM-G15). Este derrubou o governo eleito pelo povo e construiu o seu governo de iniciativa presidencial, inconstitucional, liderado pelo Nuno Gomes Na Bian (GOMES, 2020). Portanto, essas realidades acabam criando mais crises políticas e econômicas, que assolam a sociedade e, sobretudo, a camada juvenil.

As cíclicas crises políticas e econômicas que têm abalado a sociedade guineense contribuem para a construção, em Guiné-Bissau, daquilo que Honwana (2014) chama de *Waithood* (a fase da espera), quando estava analisando a situação socioeconômica dos jovens no contexto africano. No contexto da Guiné-Bissau, De Barros (2010) ilustra essa realidade sustentando que a maioria dos jovens guineenses, pelo fato de não serem protagonistas da produção econômica, social e cultural, são obrigados a prolongar as suas fases da juventude, permanecendo, assim, nas casas dos seus pais e familiares, mesmo quando esses jovens já são pais e mães (DE BARROS, 2010).

Também, a realidade da crise econômica, política e a falta de políticas públicas voltadas aos jovens, têm condicionado muitos jovens guineenses a emigrar, seja pela via legal seja pela clandestina, como a forma de sair da dependência da família ou da péssima condição econômica proporcionada no país. Também, neste sentido, vê-se que os jovens guineenses usam a expressão "*Dubria*" que, em língua crioulo guineense, seria a expressividade da capacidade de buscar sair da dificuldade da vida e social, por meio da criatividade, imaginação e improvisação. E nessa improvisação para ganhar a vida, vê-se os jovens guineenses serem fotógrafos, montar os negócios, carregar baterias de telemóveis e, em troca, receberem um valor monetário. E, em destaque, vê-se as mulheres *bideras* (venderas), serviços de beleza, limpeza e hortaliças, buscando fazer pela vida (DE BARROS, 2016). E essa condição na qual se encontram os jovens têm sido agravados pela falta de emprego, e exemplo disso se observa no fato de que o governo inconstitucional liderado pelo Nuno Gomes Nabiam que suspendeu mais de 1500 técnicos de saúde e mais de 2000 professores nos seus postos de emprego, na sua maioria jovens, justificando que isso constitui um mecanismo de redução da massa salarial no aparelho do Estado.

E, diante disso, a juventude guineense busca diferentes formas de participação social e política, a fim de fazer as suas vozes, preocupações, insatisfações e denúncias serem ouvidas. O sociólogo De Barros (2016) acrescenta que a outra forma que os jovens guineenses conseguem ter oportunidade de participar socialmente é através dos debates radiofônicos e,

sobretudo, na Rádio Jovem de Bissau. Também, constata as suas participações sociais por meio das expressões culturais, através de músicas de *rap*⁸ que carregam as mensagens de denúncias sobre a desorganização do país, corrupção, narcotráfico, negócios ilegais, crime organizado, fome, as dificuldades e misérias sociais que afetam os jovens (DE BARROS, 2016).

Além disso, De Barros (2012) afirma que os jovens guineenses encontraram na música *rap* a outra forma viável de fazer as suas reivindicações sociais e políticas, buscando denunciar a realidade sociopolítica, econômica e, sobretudo, afirmando-se enquanto uma categoria importante. Aqui estão apresentados os primeiros e destacados grupos músicas de *rap* em nível nacional: Thunder Bobby, Black Doggers, ITC Grusman, Naka B, Fafa D, Masta Kolly e TCC 4, que emergiram no cenário do *rap* guineense a partir do ano de 1996. Em seguida, a partir do ano 2005 tempos recentes, na *rap* guineense, destaca-se os seguintes *rappers* e grupos com as músicas da intervenção social: FBMJ, Masta Tito, Torres Gêmeos, Real Power, Cientistas Realistas, Rainha Luísa, Rock Salim, Bunca MC, Baloberos, Dama Cotche, Raça Preto, Fil Cap, Beste Friends, Daw Tchaw etc. Essas músicas de intervenção social, feitas por meio do *rap*, são passadas e promovidas mais nas rádios comunitárias da Guiné-Bissau, em destaque a rádio *Pindjiquiti* e a rádio Jovem (esta criada pela Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ), pois têm criado os programas radiofônicos voltados à promoção dos jovens rapeiros, de talentos, da criatividade e servem de espaço que têm dado a oportunidade de as vozes da juventude serem ouvidas. Os jovens guineenses ecoam as suas vozes através do *rap* da intervenção social, mesmo num ambiente sociopolítico e militar de muita perseguição e espancamento dos *rappers* e políticos (DE BARROS, 2012).

Diante disso, no artigo "Rap como educação para a resistência e (re)existência" (2020), compreende-se que De Oliveira, Sathler e Lopes consideram que o rap constitui um movimento *artista*, mecanismo de mobilização e de denúncia. Ou seja, configura como um instrumento que, por meio da música, consegue denunciar as constantes explorações e a exclusão social. Ainda, gera a possibilidade para um povo ou grupo social expressar o seu descontentamento, resistir e (re)existir às violências, às desigualdades e ações autoritárias criadas pelo Estado (DE OLIVEIRA; SATHLER; LOPES, 2020). Por outro lado, Rocha e Sousa (2022), argumentam

⁸ Ao debruçar sobre o rap, de forma geral, isso nos remete a lembrar da sua narrativa histórica afro-americano. E, nesta perspectiva, entende-se que o termo "rap" literalmente pressupõe ritmo e poesia. O ritmo e poesia teve a sua nascença no meio da cultura hip-hop que está constituído por quatro elementos fundamentais: o MC (o cantor, o Mestre de cerimônia), o DJ (aquele que coloca a música, o Disc Jockey), o Break (a dança) e GRAFITE (desenhos nos muros). Diante disso, o "conhecimento", enquanto um aspecto que traz as leituras crítica-reflexivas, saberes e linguagens de hip-hop, configura como o quinto elemento dessa cultura (ROCHA; SOUSA, 2022).

sobre o rap em um todo e rap na realidade brasileira, sobre os quais remetem a compreender que o rap pressupõe uma experiência socio narrativa da linguagem simbólica. Experiência essa em que, a partir de ritmo e poesia, o sujeito periférico vivência e cria o seu mundo e, assim, estabelece as práticas sociais que visa emancipar e (re)criar as narrativas simbólicas culturais e políticas (ROCHA; SOUSA, 2022).

É justamente nesse contexto socioeconômico e político, de geração de pobreza e exclusão social, que a juventude guineense cria e recria as formas alternativas de sociabilidade. E, por meio dessas alternativas, criam laços de aprendizagem, acumulam experiências, criam as capacidades de ações e, assim, várias vezes, protagonizaram as manifestações, a fim de reivindicar os seus direitos sociais (DE BARROS, 2010). E nessa ordem de ideia, Semedo (2020) acrescenta que a crise político-institucional, a questão de ingovernabilidade, o derrube dos sucessivos governos, instabilidade no Parlamento guineense e o bloqueio institucional constituem os fatores que têm impulsionado a aparição dos movimentos dos ativistas juvenis, com o propósito de questionar o Estado sobre a situação social desfavorável (SEMEDO, 2020).

E neste âmbito de surgimento de movimentos sociais e grupos de ativistas juvenis, Semedo (2020) destaca os seguintes: Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento⁹ (MNSCPDD); Movimento Ação Cidadã¹⁰ (MAC); Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados¹¹ (MCCI); Movimento *Bassora di Povu*¹² (identifica-se mais como um grupo de reflexão); Movimento *O Cidadão*¹³; e Movimento Voz do Cidadão do Mundo¹⁴. Esses movimentos e grupos de reflexão de ativistas juvenis surgem nos momentos diferentes e com perspectivas distintas. Porém, de modo geral, os mesmos surgem com a finalidade de manifestar-se para a garantia de uma democracia justa, de paz e desenvolvimento; realizar a mobilização de rua para demonstrar as suas insatisfações contra o golpe de Estado, contra a detenção ilegal dos políticos e militares, e fazendo apelo de paz e estabilidade; de questionar o processo democrático e cidadania que o país tem oferecido a população ao longo dos tempos; e, sobretudo, surgem para convocar a juventude (Conselho

⁹ Surgiu em resposta à guerra de 7 de junho de 1998, foi criado na vila de Quinhamel, região de Biombo, em Guiné-Bissau (SEMEDO, 2020).

¹⁰ Surgiu no contexto político de golpe de Estado de 12 de abril de 2012, criado para questionar o processo democrático (SEMEDO, 2020).

¹¹ Surgiu em 2016 com o propósito de questionar a situação política de 2015 que resultou na queda de governo eleito pelo povo e denunciar a realidade desumana que a classe política colocava a população (SEMEDO, 2020).

¹² Surgiu praticamente com a crise político-institucional depois das eleições gerais (legislativas e presidenciais) em 2014 (SEMEDO, 2020).

¹³ Surgiu em 2015 com a finalidade de pressionar a abertura do Parlamento que estava fechado devido ao impasse entre os partidos políticos (SEMEDO, 2020).

¹⁴ Surgiu em outubro de 2015, dois meses depois da queda do primeiro governo da 9ª legislatura, a fim de exigir uma boa organização do país para poder ter a boa performance de democratização (SEMEDO, 2020).

Nacional da Juventude e Rede Nacional das Associações Juvenis-RENAJ) a sair no lugar onde se encontram para fazer a mobilização de rua, denunciar a forma como a classe política tem colocado a sociedade guineense numa realidade desumana. E para materializar essas perspectivas e ações coletivas, esses movimentos de ativistas juvenis adotam os seguintes repertórios das ações coletivas: manifestação de rua, criação e uso de *blogue*, realização de conferências, programas radiofônicos "cidadania ativa", *djumbai*- interação, debate, contato e diagnósticos com atores políticos para superação da crise política-institucional e programas de consciencialização e mobilização para ajudar o povo a conhecer o seu direito e exercer os seus deveres de forma consciente (SEMESDO, 2020).

Diante desses argumentos que ilustram a forma como a juventude da Guiné-Bissau articula-se com os movimentos sociais para resolver as suas demandas, os seus desafios e problemas sociais, Gohn (1997) ajuda a compreender que o movimento social constitui a ação coletiva das pessoas. Ou seja, configura como ação sociopolítica realizada pelos atores sociais coletivos, e estes atores surgem em diferentes classes sociais e se juntam para criar uma força social coletiva na sociedade, com a finalidade de alcançar o objetivo comum e modificar uma realidade sociopolítica e econômica de uma sociedade (GOHN, 1997). Por conseguinte, Melucci (1989) considera que o protesto ou ações de movimentos sociais configuram como uma parte de relações que envolve a forma de dar resposta ao sistema político, da interação reivindicativa entre os grupos de protesto e a elite. Isso demonstra que o confronto dos movimentos sociais com o Estado é um aspecto de extrema relevância no tocante à dinâmica da ação coletiva. Ainda, acrescenta a importância dos papéis que atores sociais possuem neste cenário, demonstrando que os atores visam a transmitir à sociedade os desafios e problemas que estão atravessando e, assim, apresentando os projetos simbólicos e culturais que têm a finalidade de mudar a realidade imposta pelo regime, acreditando que essa proposta de mudança possibilitaria a vivência de uma experiência nova num determinado tempo e no espaço. Com isso, percebe-se que a ideia de movimentos sociais assenta em transmitir uma nova mensagem, uma estratégia inovadora de impulsionar as transformações sociais e de buscar proporcionar a igualdade social (MELUCCI, 1989).

Por sua vez, Tilly (2010) acrescenta que os movimentos sociais, além de terem as petições, declarações e reuniões de massa como ferramentas para materializar as suas ações, também possuem três elementos fundamentais: um grupo de demandantes autodesignados; algum alvo ou alguns alvos; e algum tipo de público. Feito isso, o autor destaca que as demandas dos movimentos sociais podem ter como alvos: autoridades governamentais, "autoridades", proprietários, funcionários religiosos e qualquer um que com as suas ações, afetem o bem-estar

social. Portanto, os movimentos sociais se constituem por meio das ações demandantes, objetos de demanda, de público e das interações criadas por esses elementos (Tilly, 2010).

De modo geral, as abordagens levantadas ao longo dessa seção permitem ter a noção a respeito de modalidade da organização sociopolítica e econômica adotada na Guiné-Bissau no período depois da independência; a dinâmica da juventude guineense no período de regime de partido único; a dinâmica da transição sócio-estrutural do país; o momento de abertura democrática que carrega consigo, também, a aparição massiva das organizações juvenis; a participação da juventude guineense no período da crise depois da guerra civil de 1998 e 1999; os desafios da juventude, e a forma como a mesma busca superar as dificuldades que têm enfrentado. Diante disso, esta seção permite entender que, no período do partido único na Guiné-Bissau, o debate e a preocupação estavam atrelados à questão sobre o tipo de sistema político ideal a seguir; ao Estado binacional (entre Guiné-Bissau e Cabo Verde); à revisão da Constituição da república; ao golpe de Estado; à liberalização econômica; e ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). E neste mesmo período, compreende-se que, as ações da juventude guineense eram limitadas e controladas pelo Estado, aos jovens não era permitido fazer a manifestação. Por isso, usavam simplesmente a reunião, debate, educação cívica e política, como repertórios da ação coletiva, a fim de propagar a ideologia de PAIGC.

Já no período democrático, que está em curso, vê-se que o debate reside na questão da democracia; liberdade de reunião; de criação das organizações sociais; multipartidarismo; eleição; participação política ampliada e representativa; a guerra civil; estabilidade econômica e política; igualdade de gênero; educação de qualidade; garantia da saúde e de qualidade; golpe de Estado; crises políticas e econômicas; desafios e inclusão da juventude; corrupção; narcotráfico; nepotismo etc. E na dinâmica de edificação do Estado da Guiné-Bissau, a juventude guineense tem usado os repertórios da ação coletiva como: manifestação pública, saneamento básico, ação cultural, educação cívica, música *rap*, mobilização de rua, uso de blogue, realização de conferências, programas radiofônicos, debate, contato e diagnósticos com atores políticos guineenses, programas de consciencialização etc.

Em suma, o segundo capítulo abordou o assunto sobre os repertórios de ação coletiva ou formas de mobilização utilizados pela juventude, sobre correntes ideológicas que influenciaram a juventude africana no processo de luta anticolonial e de construção dos Estados africanos. Também, discutiu as dinâmicas e repertórios utilizados na luta anticolonial e na construção do Estado da Guiné-Bissau; demonstrou os desafios que a juventude guineense e a Guiné-Bissau têm enfrentado no processo da edificação do Estado.

Capítulo 3: A JUVENTUDE E ESTADOS NA ÁFRICA: UM PARADOXO

Este capítulo busca trazer diferentes abordagens ilustrativas que demonstram que os jovens africanos foram fundamentais na luta anticolonial, nas negociações das independências dos Estados africanos e na construção dos mesmos. Porém, essa camada social não tem recebido o devido tratamento e tem sofrido a marginalização social nas realidades africanas. Logo *a priori*, este capítulo apresenta a ideia de Estado, as perspectivas em volta da construção do Estado no período pós-independência, nas realidades africanas, e a forma como se deu a aparição do debate sobre ações coletivas na África. Em seguida, traz os desafios da juventude africana, as suas relações com os Estados africanos, falta das políticas públicas para os jovens, as barreiras econômicas e etárias que os Estados africanos têm criados para com a juventude. E esse fato acaba refletindo na limitação participativa da mesma na política, na governação e nos lugares decisórios. No último momento, apresenta alguns elementos de relações entre o Estado da Guiné-Bissau com a juventude guineense.

E para fundamentar os argumentos e abordagens a respeito dos assuntos trazidos neste capítulo, a primeira seção, que traz o debate sobre a juventude e o Estado na África, dialoga-se com as teorias e pensamentos provenientes de: Lopes (1982); Mutzenberg (2015); Relatório de Instituto de Liderança Africana (2020); Honawana (2014); Revista África Center de Estudos Estratégicos (2011); e a Carta da Juventude Africana (2006). A segunda seção argumenta-se sobre a juventude e Estado da Guiné-Bissau como uma questão (des)associada e prejudicial, e se fundamenta com: a Lei de Base de Associativismo juvenil da Guiné-Bissau (2020); Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza-I (2005); Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza-II (2011); Programa Operacional e Estratégico Terra *Ranka* (2015); e Programa Eleitoral de Plataforma Aliança Inclusiva Terra *Ranka* (2023).

4.1 A juventude e Estado na África

É notável que depois da independência dos países africanos, o debate girava em torno da modalidade de sistema de Estado que deveriam construir e seguir e, conseqüentemente, buscar resolver os anseios que impulsionaram a luta anticolonial ou a emancipação política. O Estado que na perspectiva de Lopes (1982) pressupõe um agente com a capacidade de planificação e investimento nos setores prioritários com vista a gerar transformações que visam a dar respostas às necessidades fundamentais da população (alimentação, habitação, a saúde, a educação e o trabalho) (LOPES, 1982).

Nesta sequência, segundo Mutzenberg (2015), percebe-se que, na África, os debates e análises a respeito das ações coletivas e movimentos sociais ganharam espaço a partir da década de 1990, uma vez que as ideias sobre os movimentos sociais eram limitadas a categorias sociais e ligadas a classe operária. Isso demonstra uma concepção parcial sobre os movimentos sociais e a sociedade civil, de modo geral. Fato que, no período da luta anticolonial e no pós-independência, o debate e a preocupação estavam essencialmente focados na construção da nação, de um Estado novo rumo ao desenvolvimento (MUTZENBERG, 2015).

Diante da preocupação de construção dos Estados africanos depois da emancipação, Mutzenberg (2015) apresenta três escolas que buscaram conceitualizar e descrever a experiências africanas no que tange à construção dos seus Estados. Dentre as quais: a Escola Africanista; a escola das teorias de Dependência e a Escola do Modo de Produção. Nesta sequência, temos a Escola Africanista, com a inspiração norte-americana e ligação com as teorias de modernização. Essa escola configura como a que apresenta uma perspectiva de africanismo, que baseava as suas análises nas questões históricas da formação do Estado pré-colonial e, com base neste princípio, buscar construir Estados fortes no período pós-independência. Porém, no seio dos autores africanistas norte-americanos, havia os que entendiam que a construção nacional deveria acontecer com base na aliança com antigos impérios coloniais. Além disso, essas perspectivas acabam convergindo com as teorias de modernização, sobretudo a funcionalista, que demonstra a necessidade de construção de um Estado forte em relação à sociedade civil, com vista a proporcionar a estabilidade e a modernização (MUTZENBERG, 2015).

Em seguida, na leitura de Mutzenberg (2015), compreende-se que a segunda escola se situa no âmbito das teorias de dependência. Uma Escola da Modernização, na qual o Estado e as teorias de dependência constituíam como o foco. E as análises e abordagens dessa escola se faziam na base de uma estrutura da relação que ilustra e demarca a questão de centro-periferia. Essa escola sofreu críticas pelo fato de pautar no princípio de dualismo, entre tradicional e moderno, e nas relações de dominação com fundamentos na questão do subdesenvolvimento. Mas, mesmo assim, prossegue com a perspectiva analítica e relacional entre centro-periferia, sobre a qual o centro está atrelado ao papel ativo, enquanto periferia o papel passivo. É perceptível que essa escola ilustrou ou desenvolveu explicitamente as análises das relações de classes complexas na periferia, com a finalidade de dificultar uma compreensão clara a respeito de modo de reprodução da relação de dependência e formas possíveis de transformação social. O reflexo dessa realidade é notável na crise em África, que tem a proveniência na relação centro-periferia. Isso demonstra que tanto a Escola da Modernização como a de Dependência

carecem dos instrumentos para analisar os processos políticos, forças sociopolíticas e sociedade civil das realidades africanas (MUTZENBERG, 2015).

Por conseguinte, a última é a Escola do Modo de Produção, que conta com a influência do estruturalismo francês. Essa escola criticou as duas escolas acima referenciadas, alegando que as mesmas limitavam as suas análises na ligação dos modos de produção capitalista e pré-capitalista. Ainda, sustenta que essas escolas tiraram as análises do Estado para a sociedade civil. Por outro lado, a Escola do Modo de Produção apresenta a nova visão e novo caminho a seguir, que seria a de construir uma sociedade sem classes, uma África primordial impenetrável de poder estatal. Fazendo assim a recondução das dicotomias como tradicional e moderno, movimentos tribais e movimentos nacionalistas, movimentos culturais e movimentos políticos, movimentos religiosos e movimentos políticos (MUTZENBERG, 2015).

A crise sociopolítica e econômica da década de 1980, na África, suscitaram a necessidade de apresentar as novas ideias a respeito das organizações, formas de participação democrática e, sobretudo, contribuíram significativamente na mudança de análise que se focava na questão de Estado. E a partir desse momento o foco e as dinâmicas das análises passaram para a sociedade civil, e assim buscar entender as tensões internas, o processo de Programa de Ajustamento Estrutural, transição de regimes, da democratização e institucionalização dos Estados africanos. De modo que, essas mudanças sociais, políticas, econômicas e institucionais constituem aspectos importantes na construção das relações entre a sociedade civil e o Estado. É nesse contexto que entram os estudos sobre os movimentos sociais na África com a característica de heterogeneidade nas manifestações. Heterogeneidade de manifestações que se fundamenta na questão das políticas distributivas, voltadas aos serviços básicos (à terra, ao trabalho, aos direitos das mulheres, aos refugiados, às minorias sexuais, à oposição às organizações multilaterais e às corporações transnacionais). Diante disso, entende-se que as mobilizações em África constituem um produto e uma resposta a um determinado contexto concreto, que está preenchido de privação, negação de direitos e injustiças sociais (MUTZENBERG, 2015).

Por outro lado, a juventude africana mesmo tendo um histórico pelo fato de serem responsáveis na luta anticolonial e no processo da construção dos Estados africanos e por constituírem a maioria da população africana, ainda observam os seus anseios, problemas e desafios longe de serem debatidos e resolvidos. Uma vez que os Estados africanos não têm criados mecanismos eficazes para os mesmos participarem ativamente na política, nas tomadas de decisões, e não têm criados políticas públicas para aproveitá-la enquanto uma camada ativa e de mais-valia. E essa realidade foi confirmada no Relatório feito pelo Instituto de Liderança

Africana em parceria com o Gabinete da Juventude da União Africana (2020), demonstrando que a África configura como um continente mais jovem, mas não se constata nas estruturas sociais dos Estados africanos, porque os jovens têm sido distanciados dos lugares decisórios, das estruturas de governança que definem os seus futuros. Isso ilustra que os Estados africanos não têm aproveitado as qualidades, talentos, valências, as energias e pensamentos inovadores dos jovens, que podem ser indispensáveis nas resoluções dos desafios e problemas sociais urgentes da África (RILA-GJUA, 2020).

Nesta senda, o não aproveitamento da quantidade populacional juvenil, pelos Estados africanos, tem criado o aumento de desemprego da juventude, a pobreza, a instabilidade política e riscos da segurança pública. De modo que esse fato remete a 60% da juventude, em 2019, acreditarem que os governos dos seus países não apresentam um bom desempenho ou os seus trabalhos são ruins, levando em consideração a exclusão da juventude nos seus planos governativos. Essa e entre outras realidades sociais convidam a todos um debate profundo sobre os desafios, os problemas e as barreiras criadas aos jovens africanos (RILA-GJUA, 2020).

O fato de a juventude africana ainda estar enfrentando uma série de desafios e problemas recorrentes, deve-se à questão de serem criadas várias barreiras estruturais que os têm impedido de inserir-se na arena política, na estrutura de governança e nos lugares decisórios. Diante disso, o Relatório de Instituto de Liderança Africana em consonância com Gabinete de Juventude da União Africana (2020) sustenta que a primeira barreira criada para juventude africana, nesse sentido, refere-se à questão de restrições de idade na esfera política. Considerando que a participação política formal e a emissão de candidatura aos cargos públicos da juventude africana são restritas, porque a mesma tem o direito de votar aos 18 anos de idade, porém a idade estabelecida para a emissão de candidatura nos partidos políticos, nas eleições nos parlamentos nacionais e no governo local são, várias vezes, duas vezes superiores à idade legal para os jovens votarem. E essa restrição, de certa forma, acaba com os princípios democráticos e atribui mais privilégios aos cidadãos mais velhos na participação política. Por isso, é necessário repensar essa estratégia estrutural etário, com vista a poder proporcionar uma participação política mais justa e saudável (RILA-GJUA, 2020).

A juventude africana tem a consciência dessas barreiras que estão enfrentando, e por meio das suas ações coletivas vêm questionando e propondo alternativas sobre o assunto, porque à título de exemplo o Relatório de Instituto da Liderança Africana com Gabinete da

Juventude da União Africana (2020) ilustra o caso de Movimento *Not Too Young To Run*¹⁵. Sobre a qual demonstra que esse movimento promoveu um Projeto Lei que visa a redução de idade, por meio da emenda da constituição da república, para emissão das candidaturas de acesso ao governo, presidência da república e demais cargos públicos. Com esse projeto lei, esse movimento conseguiu reduzir o limite de idade para concorrer ao cargo de Presidente da República na Nigéria, passando de 40 anos para 35 anos de idade; para elegibilidade na câmara de representantes, reduziu a idade limite de 30 anos para 25 anos de idade; e ao cargo na Assembleia da Câmara do Estado, o limite caiu de 30 anos para 25 anos de idade (RILA-GJUA, 2020).

Mesmo com esse sinal positivo da mudança estrutural na Nigéria que vai facilitar a inserção, participação dos jovens na arena sociopolítica e, assim, terem a possibilidade de tornar possível materializar os anseios da juventude. Ainda, vê-se que esse obstáculo da idade faz se presente nos Estados africanos. Por conseguinte, o Relatório de Instituto da Liderança Africana com Gabinete da Juventude da União Africana (2020) argumenta que a outra barreira, que a juventude africana tem enfrentado e os limita de ter uma participação importante na política no continente africano, diz se respeito a questão econômica. Porque há carência de um regulamento financeiro político justo, de modo que, as taxas de emissão de candidatura e custos de despesas de realização de campanha eleitoral são elevadas e os jovens, majoritariamente, não têm condições financeiras para cumprir com essas exigências. Assim, os jovens acabam sendo distanciados das concorrências políticas eleitorais, têm ficado em lugares de menos destaque e, em benefício disso, os mais velhos têm dominado o cenário e lugares decisórios (RILA-GJUA, 2020).

E por causa de falta de abertura de participação sociopolítica dos jovens e nas tomadas de decisões, falta de políticas públicas, falta de estratégias reais e eficazes, que visam solucionar os anseios, problemas e desafios dos jovens remetem os mesmos a optarem por mobilizações coletivas, a fim de questionarem a realidade que são impostos. E Honwana (2014) considera que diante dessa desigualdade socioeconômica de ricos e pobres e acréscimo das dificuldades de vida, remetem os jovens a terem consciência das suas posições sociais e estruturais e da falta da vontade política de Estado em querer solucionar os seus problemas. Por isso, os jovens têm

¹⁵ Busca criar condições para os jovens poderem participar e competir livremente na política eleitoral na Nigéria, possibilitando assim construir um ambiente político inovador, criativo e dinâmico. Para isso, o movimento, por meio de educação cívica, workshops, e comícios, mobiliza a juventude nigeriana de diferentes organizações cívicas desde 2007, a fim de poder mudar a realidade sociopolítica que cria restrições da participação da juventude (RILA-GJUA, 2020).

vindo a pautar nas ações coletivas na esfera pública, nas organizações de sociedade civil e não nos partidos, nos espaços da cultura, do desporto, nos debates nas redes sociais cibernéticas (nas redes sociais os jovens se engajam através das suas letras de canções, versos dos seus poemas, os planos das suas peças, as suas ideias nas suas páginas no *facebook*, blogues, *twitter* etc.) e entre outros espaços. Com vista a buscar alternativas necessárias para poderem participar social e politicamente, assim conseguir resultados comuns e positivos. As suas participações sociopolíticas nas organizações de sociedade civil visam, através de protestos na rua e não só, lutar pela liberdade de expressão em diferentes espaços sociais, contra a corrupção, a favor de boa governação, pelos direitos da mulher, proteção do meio ambiente e demais assuntos (HONWANA, 2014).

Por outro lado, Honwana (2014) frisa que os jovens africanos têm vindo a participar na edificação dos Estados no continente para poder ter uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, por estarem sempre a questionar os seus estatutos de *waithood*, assim como fazendo exigência a garantia dos seus futuros melhores (HONAWANA, 2014). E a edificação de Estado em diálogo com Elaigwu (2010), leva a perceber que as nações procuram edificar por meio de estabelecimento de determinados comportamentos, convicções e valores políticos que visam projetar uma cultura política. Ainda acrescenta que esse processo de edificação de nação apresenta duas dimensões: a dimensão vertical ou horizontal. A primeira dimensão da edificação de nação se compreende através da associação da questão da identidade e da construção do Estado. Em outras palavras, essa modalidade de edificação se fundamenta na ideia de que os grupos sociais das sociedades africanas reconhecem a legitimidade de um governo central, e se identificam e espelham neste ao ponto de o considerarem o símbolo da nação. Isso demonstra a existência do Estado assim como diferentes grupos sociais que o coloque como autoridade e símbolo da comunidade política. Por outro lado, a dimensão horizontal da edificação da nação se ocorre na base de mudança de "sentimento de pertinência e de fidelidade", fato que leva os indivíduos ou grupos sociais a saberem pegar as suas identidades culturais particulares para conectá-las à entidade política mais ampla. Isso ilustra que a identidade não constitui algo transferível, mas, sim, um elemento que pode ser ampliado no horizonte, para que os grupos sociais restritos possam se sentir identificados nessa horizontalidade. Com isso, para que possam incorporar as entidades mais vastas como o Estado. Essas leituras demonstram que na edificação da nação na perspectiva horizontal, a aceitação da igualdade, compartilhamento da história comum, dos recursos, valores morais e planejamento coletivo de desenvolvimento constituem elementos fundamentais da materialização da edificação do Estado (ELAIGWU, 2010).

Para isso, em vários países, os jovens saíram às ruas e fizeram confronto com agentes policiais, que acabaram por ter impactos enormes na mudança das decisões governativas e no impedimento de reeleição de candidatos impopulares. Com isso, destaca-se as manifestações realizadas pelos jovens em Maputo, em fevereiro de 2008 e setembro de 2010 com a finalidade de reivindicar o aumento dos preços de produtos de primeira necessidade. E, por outro lado, se destaca os jovens senegaleses, por meio do movimento *Y'en a Marre!* (Basta!), desencadearam uma campanha contra a reeleição do então presidente de Senegal Abdoulaye Wade, em fevereiro de 2012 para o terceiro mandato. Ainda, constata a mobilização dos jovens da Tunísia em 2011 e derrubaram o regime do presidente Bem Ali que apresentava características ditatoriais (HONWANA, 2014).

Em diálogo com a reportagem de revista África Center de Estudos Estratégicos¹⁶ (ACEE) (2011), compreende-se que a participação dos jovens africanos, por meio das associações, organizações de sociedade civil e não só, na primavera árabe foi extremamente importante, que resultou nas mudanças sociopolíticas. A primavera árabe constituiu-se nos protestos e revoltas populares que tiveram lugar no Norte de África, com a finalidade de lutar contra as limitações de liberdades civis, corrupção, acréscimo de desigualdade na divisão da riqueza, carência da dignidade humana, impunidade policial e eleições fraudulentas. E essa primavera árabe apresentou um impacto enorme, que não se limitava somente ao território do Norte de África, mas, se estendeu e serviu de referência aos demais países do continente africano. Com isso, foram registrados os protestos populares em mais de duas dezenas de países africanos, protestando a favor da garantia de uma participação política mais aberta e livre, mais transparência na gerência pública e do estabelecimento de um estado de direito (ACEE, 2011).

Nesta ótica de primavera árabe¹⁷, a reportagem de África Center de Estudos Estratégicos (2011) destaca a experiência dos egípcios e tunisinos, que remetem um recado fundamental que

¹⁶ A reportagem de revista África Center de Estudos Estratégicos está disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep26825>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

¹⁷ A Primavera Árabe teve o seu início em 17 de dezembro de 2010, na pequena vila tunisiana de Sidi Bouzid, sobre a qual um jovem tunisiano de 26 anos de idade, Mohamed Bouazizi, que tinha título de graduação, porém não tinha a oportunidade de emprego. Por isso, vendia frutas e verduras para que pudesse sustentar a sua família. Diante disso, nos seus negócios sentia muito incomodado com agentes policiais, por isso, decidiu colocar o fogo no seu próprio corpo como maneira de protestar contra a falta de oportunidade de emprego e provocar a revolta. Feito isso, Bouazizi não assegurou os graves ferimentos e acabou por falecer no dia 04 de janeiro de 2011. De modo que esse acontecimento suscitou fortes protestos na Tunísia que foram denominados de "Revolução de Jasmim", e esses protestos cresceram ao ponto de atingir outros países árabes (do norte da África até o Oriente Médio) que estavam sendo dirigidos pelos líderes e partidos que não permitiam movimentos opositores. Portanto, essas ondas de revoltas foram denominadas de "Primavera Árabe", que se refere a primavera dos povos árabes (BONFIM; GIUDICE, 2018).

possibilita entender que as manifestações populares, sustentadas numa boa organização e objetivos bem desenhados, podem levar a queda dos dirigentes autocráticos que pretendem permanecer no poder. Porque, a realização das eleições dificilmente desempenharia essa função, tendo em conta o regime instalado nesses países. Ainda, a primavera árabe carrega consigo uma capacidade despertadora que impulsionou os povos africanos a perceberem e acumularam as suas concepções a respeito de "poder popular". Ademais, entenderam que protestar constitui um meio que ultrapassa a simples ideia de manifestar o descontentamento, e sim, tem a potencialidade de criar transformações sociopolíticas. Além disso, as revoluções do Norte de África demonstram a força e dimensão transformadora residida nos cidadãos, que podem contrapor a elite minoritária que buscam satisfazer as suas necessidades pessoais em detrimento das de maioria de população. Uma vez que a vitalidade de um regime autocrático depende da passividade das suas populações (ACEE, 2011).

Diante disso, a reportagem de revista África Center de Estudos Estratégicos (2011) sustenta que a primavera árabe apresenta também um debate importante sobre a questão de governação, a legitimidade, a relação entre Estado e sociedade civil, a questão da liberdade enquanto elemento que deve ser conquistada, que não se oferece e muito menos algo que deve vir de país exterior. E sim a mudança e as conquistas, das transformações sociais, devem partir da vontade e ensejo da população, através de exigências aos seus governos e, assim, impor o modelo ideal da governação que responde os anseios da maioria (ACEE, 2011).

Mesmo com diferentes alternativas buscadas, diferentes momentos de grandes protestos liderados pelos jovens africanos, ainda estes e sociedades africanas continuam a enfrentar séries de problemas e desafios. Contudo, a reportagem do África Center dos Estudos Estratégicos (2011) enaltece que o fato de o continente africano constituir o mais jovem do mundo dá a vitalidade e possibilidade de uma dinâmica transformadora. Quer dizer, os jovens configuram como a base, força econômica e social e elemento estratégico para assegurar as mudanças na sociedade, porque demonstram menos interesse em tolerar a continuação de desigualdades sociais e o uso abusivo de poder. Também, essa crença da vitalidade transformadora acrescenta ao saber que a atual geração da juventude africana apresenta um número maior das habilitações acadêmicas na história da África (ACEE, 2011).

Além disso, a juventude africana tem demonstrado maior interesse na utilização de telemóveis e tecnologias da informação no continente, fato que os possibilitam a ter mais acesso à informação, mais consciência a respeito da realidade sociopolítica, econômica e ambiental

dos seus países e no mundo. Consciência essa que os remetem, muitas vezes, ao desafio de desencadear a revolta popular e estar vigilante a realidade social. Portanto, estes e entre outros aspectos têm constituído questões importantes que têm alimentado a crença de uma possível mudança que vai ao encontro dos anseios da juventude e da sociedade africana (ACEE, 2011).

No entanto, para que a mudança aconteça, segundo a recomendação da Carta da Juventude Africana (2006), passa necessariamente que os Estados africanos criem as condições necessárias para proporcionar uma participação da juventude no processo de desenvolvimento, através de capacitação das instituições juvenis no âmbito nacional, regional e continental. Uma vez que, o progresso socioeconômico da África deve ter como base a inserção da juventude nos planos estratégicos de desenvolvimento e na sua execução, aproveitando assim a energia, a criatividade e ambição da juventude. E assim buscar a consolidação da paz, promover um novo ambiente da governação e reconfigurar as estruturas para que possam dar respostas aos desafios de desenvolvimento sustentável (CJA, 2006).

Na mesma linha de pensamento, o Relatório de Instituto da Liderança Africana com Gabinete da Juventude da União Africana (2020) reforça que a envolvimento da juventude na participação política deve constituir um ato indispensável nas formas de governação dos Estados africanos. Porque a participação da juventude na política ajuda-os a conhecer o cenário, a estarem capacitados, na capacitação de elaboração e implementação das políticas públicas, que buscam resolver os seus problemas e da sociedade. Por isso, os jovens devem ser enxergados como agentes de mudança, e não como sujeitos da periferia. E os jovens, por meio das suas ações individuais e coletivas organizacionais, têm demonstrado as suas capacidades e potencialidades organizativas, as suas influências e as ações positivas que provocam as mudanças sociais significativas. A título de exemplo, destaca-se a participação da juventude na Primavera Árabe (RILA-GJUA, 2020).

Rila-Gjua (2020) sintetiza que para permitir a participação de qualidade da juventude na política com qualidade, competências e nos lugares decisórios, remete o desafio de planificação e implementação de diversas políticas públicas, levando em consideração as singularidades dos Estados, anseios, desafios e problemas da juventude africana nas suas sociedades. Diante disso, destacam-se algumas políticas práticas que podem ajudar na inserção da juventude na participação política e governança: a política prática que busca reduzir as barreiras políticas e econômicas que limitam a participação política formal da juventude; a que visa incentivar a aprendizagem intergeracional no serviço público; a que formalize os papéis para jovens tecnocratas independentes; e a que institucionalize os mecanismos de engajamento cívico dos jovens (RILA-GJUA, 2020).

As abordagens acima referenciadas ajudam a compreender como era tido a preocupação da construção de tipo ideal dos Estados na realidade africana no período pós-independência; a presença massiva dos jovens nas sociedades africanas; falta das políticas públicas por parte dos Estados africanos que dariam respostas aos anseios dos jovens africanos; os desafios e problemas econômicos que os jovens africanos têm enfrentados; as barreiras econômicas e étários que impedem os jovens africanos a participar na política, na governação e nos lugares decisórios; as razões que impulsionam os jovens a apostarem na mobilização coletiva como forma de incentivar a mudança social. Portanto, é compreensível que Estados africanos foram construídos pelos jovens, mas, os mesmos não têm criados condições necessárias para resolver os anseios dos jovens que traduziria na garantia da educação, saúde de qualidade e para todos, e na criação de políticas públicas que atenderiam problemas da juventude e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais democrática, justa, igualitária e equitativa.

As mesmas explicações trazidas ao longo do texto ilustram que a juventude sempre cria debates e repertórios alternativos, com vista a questionar e buscar superar os desafios sociopolíticos impostos a si. Neste sentido, debatem a respeito da sua exclusão social, barreiras estruturais, participação ampliada, elegibilidade dos jovens nos lugares decisórios, dificuldades econômicas, mobilização coletiva, liberdade de expressão e boa governação. Também sobre direitos da mulher, proteção do meio ambiente, sociedade justa e democrática, corrupção, impunidade policial, eleição fraudulenta, estado de direito, consolidação de paz, políticas públicas etc. E usam os seguintes repertórios das ações coletivas: manifestação de rua, músicas de *rap*, versos de poemas, peças teatrais, tecnologias de informação (páginas de *facebook*, blogues, *twitter* etc.), projeto de lei e revolta popular.

4.2 A juventude e Estado da Guiné-Bissau: Uma (des) associação prejudicial?

O governo da Guiné-Bissau, por meio de secretário de Estado, criou a lei de base do associativismo juvenil. De modo que, essa lei configura como um instrumento de guia de intervenção do Estado guineense a respeito dos assuntos da juventude, como forma de facilitar a relação institucional com a juventude e, assim, dando apoio jurídico e institucional. A realização desta lei de base se deu depois da ouvidoria de diferentes organizações juvenis. Para essa lei, a associação juvenil seria constituída por um grupo de jovens com idade igual ou inferior a 35 anos, e deve contar com 75% de associados. E essas organizações com perfis

sociais e partidárias têm direitos e autonomias nas elaborações dos seus estatutos, regulamentos, entre outros documentos importantes para as suas constituições e seus funcionamentos (LBA, 2020).

Diante disso, com base na leitura da Lei de Base de Associativismo (2020), compreende-se que a atribuição dos direitos e legalização das associações juvenis na Guiné-Bissau estão a cargo de Instituto de Juventude (IJ), e para que uma organização seja legalizada, é necessário que a mesma tenha, no mínimo, vinte pessoas singulares, cópia do estatuto e carta da assembleia geral com aprovação dos membros associados. Somente mediante a essas condições que as organizações juvenis sociais podem receber benefícios ou apoio por parte do Estado, apoio esse que pode ser financeiro, técnico, formativo e logístico. Enquanto organizações juvenis partidárias receber benefício ou apoio de Estado da Guiné-Bissau através de apoios aprovados pelo Conselho Nacional de Juventude. Além disso, as associações juvenis são isentadas das certidões de administração tributária e segurança social. De modo que, as organizações juvenis guineenses são equiparadas de direitos que as possibilitam estar representadas nos órgãos de Estado aquando de ilustração, elaboração e implementação das políticas de juventude (LBA, 2020).

Mesmo com a elaboração dessa lei, percebe-se que os anseios e os problemas da juventude guineense estão longe de serem solucionados pelo Estado da Guiné-Bissau, uma vez que este, nos seus planos de desenvolvimento, não cria políticas públicas voltadas à superação dos desafios da camada juvenil. Esse fato é frequente e histórico, porque ao analisar as políticas econômicas e sociais de desenvolvimento que o país tem seguido ao longo do tempo, entende-se que as mesmas não consideram essa camada social como uma das prioridades fundamentais com potenciais a aproveitar para o desenvolvimento do país.

Dentre as políticas econômicas e sociais de desenvolvimento adotadas ou nas quais a Guiné-Bissau tem se inspirado para servir de base da sua política nacional de desenvolvimento e de governo, destacam-se: o DENARP-I, DENARP-II, Plano Estratégico e Operacional *Terra-Ranka* (terra avança) 2015 a 2020, programa eleitoral denominado "*Pa terra ranka um bias*" (Para que a terra avance de uma vez para sempre) e programa de coligação Plataforma Aliança Inclusiva *Terra-Ranka* (PAI-Terra Ranka). Nesta sequência, Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza (DENARP), tanto um como o outro, constituem os documentos de propostas de Fundo Monetário Internacional para o desenvolvimento no contexto da Guiné-Bissau. O DENARP-I (2005) configura como um documento estratégico que objetiva a redução da pobreza na Guiné-Bissau no período entre 2000 a 2004, e para atingir esse plano, o documento apresenta cinco eixos a seguir, entre os quais: o primeiro é o crescimento econômico

que se fundamentaria nas reformas macroeconômicas a partir do setor da pesca, infraestruturas rodoviárias, de energias e habitações; o segundo consiste em fortalecer os recursos humanos e o acesso aos serviços sociais, que se daria na educação e saúde; o terceiro eixo assenta na criação de programas para grupos vulneráveis; o quarto se baseia na promoção de boa governança; e quinto se diz sobre o seguimento da estratégia (DENARP-I, 2005).

O DENARP-II (2011) também, objetiva reduzir a pobreza nas suas diferentes dimensões e, assim, proporcionando a renda, o emprego e o acesso aos serviços públicos, em um ambiente político de direito e democrático. Essa proposta tem a delimitação temporal de redução da pobreza entre 2011 a 2015. Diante disso, o DENARP-II propõe a redução de pobreza na Guiné-Bissau; redução de índice de insegurança alimentar; garantir uma taxa de crescimento econômico de 5% entre 2011 e 2015; buscar a estabilização da segurança e reforma da defesa e segurança; e a eliminação das desigualdades estruturais entre homens e mulheres. E, para isso, o documento em questão apresenta quatro eixos fundamentais: o primeiro visa a fortalecer o Estado de direito e as instituições republicanas; o segundo diz respeito à garantia de um ambiente macroeconômico estável e incitativo; o terceiro propõe a promoção de desenvolvimento econômico durável; e o quarto reside na ideia de aumentar o nível de desenvolvimento do capital humano (DENARP-II, 2011).

O Programa Estratégico e Operacional Terra *Ranka* de 2015 a 2020 constitui um plano de desenvolvimento liderado por Domingos Simões Pereira (DSP) durante o seu como primeiro-ministro da Guiné-Bissau, no período de 2014 a 2015. DSP, com a sua comitiva governativa, apresentou esse programa aos doadores internacionais em Bruxelas, em 2015, e foi prometido receber, por parte dos doadores, um valor de mais de mil milhões de euros, com vista a executar o programa. Com base nos argumentos trazidos no Programa Estratégico e Operacional *Terra Ranka* 2015 a 2020 (2015), é perceptível que o mesmo busca apresentar uma visão positiva da Guiné-Bissau através de uma governação de estabilidade, de um desenvolvimento inclusivo e da preservação da biodiversidade. Ainda, vale salientar que a prioridade e o centro desse programa é a preservação da biodiversidade, e por meio desta se fundamenta os demais componentes constituintes do programa. Ademais, esse programa se embasa nos cinco pontos essenciais, a saber: o primeiro ponto visa à implementação de uma governação a serviço do cidadão; o segundo busca assegurar uma gestão sustentável do capital natural e a preservação da biodiversidade; o terceiro argumenta sobre a necessidade de construir uma rede nacional de infraestruturas modernas e competitiva (PEO-TR, 2015).

O quarto considera reforçar o capital humano, melhorar a qualidade de vida de cada cidadão, através da educação de qualidade, voltada ao emprego, à saúde, à proteção social e à

redução de pobreza, e à promoção da cultura, desporto e o reinício de uma política voltada à juventude. E essa política da juventude passaria essencialmente pela questão de promover a prática desportiva em nível internacional e nacional, e construir estádios para os jogos. Ainda haveria a construção de centros da juventude, a organização de uma semana anual e nacional da juventude, e a promoção de projetos cidadãos que visaria mobilizar a juventude a preservar o meio ambiente e a biodiversidade, e a aposta na saúde reprodutiva. E o quinto ponto debruçava-se sobre a criação de um setor privado e uma economia diversificada (PEO-TR, 2015).

As duas últimas eleições legislativas foram vencidas pelo Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a coligação Plataforma Aliança Inclusiva *Terra-Ranka* (PAI-Terra Ranka). Em março de 2019, sob a liderança de Domingos Simões Pereira, com o programa eleitoral denominado "*Pa terra ranka um bias*" (Para que a terra avance de uma vez para sempre) PAIGC venceu as eleições legislativas; e em junho de 2023, a coligação Plataforma Aliança Inclusiva *Terra-Ranka* (PAI-Terra Ranka), programa eleitoral com semelhança nominal de coligação, sob a liderança de PAIGC, na figura de Domingos Simões Pereira, venceu as eleições legislativas. Esses programas eleitorais apresentados e traduzidos nos planos de governação e de desenvolvimento apresentam fortes inspiração e convergências das estratégias de DENARP-I, DENARP-II e do Programa Estratégico e Operacional *Terra Ranka* 2015 a 2020.

Nesta dinâmica de analisar se as políticas de desenvolvimento, programas eleitorais e planos de governação apresentam algumas perspectivas voltadas à juventude, compreende-se que os dois programas eleitorais acima apresentados têm algo em comum a respeito da juventude, até porque têm base ideológica de PAIGC. As suas perspectivas sobre a juventude, segundo Programa Eleitoral do PAI Terra *Ranka* (2023), *a priori* reconhecem os desafios e o desemprego que afeta a juventude e, para ultrapassar essa realidade e atender os anseios desta camada, o programa apresenta algumas ideias. Ideias essas que se baseiam em proporcionar ensino superior gratuito e inclusivo aos jovens; criação de programas de estágio profissional; instituição da agenda nacional do trabalho docente para a juventude; a criação do fundo para o empreendedorismo juvenil; criação de cooperativas agrícolas e pesca para jovens; apoiar a realização anual das universidades abertas e festival da juventude; criação do estatuto do jovem trabalhador; a divulgação e implementação do Plano Nacional da Juventude; a promoção de programas de incentivo ao voluntariado; a instituição do Programa de Habitação Jovem; e o financiamento da Política Nacional da Juventude (PE-PAI-TR, 2023).

O Estado da Guiné-Bissau cria uma série de barreiras à juventude guineense, fato que limita a mesma de ter uma participação social, política e na governação. Uma dessas barreiras

está relacionada à questão da faixa etária, uma vez que o artigo sexagésimo terceiro da Constituição da República- CR (1996) do país sustenta que só podem ser eleitos ao cargo de presidente da república os cidadãos guineenses de origem (filhos de pais guineenses de origem), que possuem idade acima de 35 anos (CR, 1996). Essa lei constitui uma das fortes barreiras de limitação da participação política dos jovens, demonstra que os jovens só têm o direito de eleger o presidente da república e não podem ser eleitos, porque a legislação eleitoral considera que um cidadão guineense de 18 anos pode votar democraticamente para eleger os deputados e presidente do país.

Enfim, o capítulo três trouxe a discussão sobre as relações entre a juventude e os Estados africanos no período pós-independência; a forma paradoxal como os Estados africanos têm se distanciado da juventude, têm criado barreiras no âmbito econômico, social, político, de empregabilidade, de governabilidade e de lugares de tomadas de decisões. A forma como os Estados africanos têm deixado de ser aliados da camada juvenil que foi fundamental na luta anticolonial e na construção desses Estados. Ainda, trouxe a ilustração de como esse paradoxo tem acontecido com a juventude guineense e na realidade social da Guiné-Bissau.

Capítulo 4: JAAC E RENAJ: ESTRUTURAS E REPERTÓRIOS DE AÇÕES COLETIVAS

Este capítulo traz a descrição voltada à estrutura, aos objetivos, às ideologias e aos repertórios de ações coletivas utilizados pela JAAC e RENAJ. O trabalho articula-se em seis seções. Dentre as quais: a primeira seção argumenta sobre a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e, para isso, embasa-se em: Ficha de Apresentação de JAAC (2018) e Pereira (2022). A segunda seção debruça sobre a Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau, e dialoga com a Ficha de Apresentação de RENAJ (2019). A terceira seção explica a ideia de criação da organização social na Guiné-Bissau como um direito constitucional e ação de exercício da cidadania, sobre a qual articula-se com: a Constituição da República da Guiné-Bissau (1996), UNIOGBIS (2019), Luchmann (2012), De Barros (2010) e DGE (2013). A quarta seção traz debate sobre repertórios de ação coletiva de JAAC, e comunica-se com Tilly (2006), Ficha de apresentação (2018), entrevistado Pereira (2022) e Seide (2022). A quinta seção argumenta sobre repertórios de ação coletiva de RENAJ, que se fundamenta com a explicação de: entrevistado Mustas (2022), Gomes (2022), Dos Reis (2022). E a sexta seção se baseia em discutir sobre os aspectos e elementos que a JAAC e RENAJ têm de desencontros, aproximações e como os mesmos podem contribuir para a transformação social do país.

5.1 A Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC)

A Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), segundo a ficha de Apresentação da mesma organização (2018), constitui uma organização juvenil partidária e revolucionária, a parte estrutural complementar e fundamental de Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), uma vez que a JAAC configura-se como a força da mobilização, propagação da ideologia e da execução das estratégias políticas de PAIGC. E tem a sua sede principal na capital da Guiné-Bissau, Bissau (FA-JAAC, 2018).

Diante disso, a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), segundo Pereira (2022), foi fundada em 12 de setembro de 1974, em Lugadjol, setor de colinas de Boé, região de Gabu. A fundação de JAAC foi justamente uma ideia de homenagear o líder e pai da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, assassinado em 20 de janeiro de 1973, com 48 anos de idade. Portanto, após a sua morte, os líderes e guerrilhas do Partido Africano para Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que lutaram juntamente com Cabral contra o jugo colonial, entendiam que a vida e a obra- desde modos de vida, seus pensamentos, suas lutas e espírito revolucionário- de Amílcar Cabral constituem um modelo relevante e inspirador que deve ser

seguido pela juventude da Guiné-Bissau. A ideia se baseia em fazer com que a juventude guineense, em particular, a e africana, de modo geral, olhe a trajetória de luta de Cabral como uma referência a seguir e, sobretudo, no tocante ao fato que foi um grande pensador panafricanista¹⁸, que visava à unidade e à libertação do povo africano sob a dominação colonial. A criação de JAAC faz-se pensando que a ideia de "Cabralismo" não se deve limitar ao território guineense, mas, sim, estender-se a qualquer que seja o território e para a juventude africana onde quer que esteja, por isso foi colocado o nome "Africana" na denominação da organização juvenil em debate (PEREIRA, 2022).

Figura 3: ilustra Amílcar Lopes Cabral



Fonte: Google imagem. Disponível em: https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.hfaZY3rTaxx1QQz_X11FvQHES&pid=Api&P=0&h=180 Acesso em 30 de novembro de 2023.

A finalidade da criação da JAAC, como realça Pereira (2022), está relacionada ao seu lema, que pressupõe "estudo, trabalho e luta" e tendo uma juventude que orienta as suas ações na base desse lema, a vida e obra de Amílcar Cabral teria que ser um modelo e referência a seguir na questão de estudo (deixou uma série de escritos pedagógicos relevantes), trabalho (a

¹⁸ Corrente filosófico, sociopolítico, cultural e religioso que propõe a ideia da unidade dos povos da África e diaspóricos, a fim de possuir a capacidade influenciadora no cenário internacional com vista a libertar o continente africano da dominação colonial e neocolonial.

valorização do trabalho e comprometimento) e luta (ideologias e inconformismo). Apesar de o contexto da luta ser diferente, uma vez que Cabral lutava para expulsar a presença colonial portuguesa, com o propósito de construir o Estado guineense e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Enquanto a JAAC luta num contexto democrático, com um enorme desafio da juventude guineense, de consolidação do Estado de direito democrático e da transformação social para o bem-estar comum (PEREIRA, 2022).

Em consonância com a ficha de apresentação de JAAC (2018), percebe-se que as ações coletivas da JAAC são orientadas na base dos seus planos de atividade que estão alinhados com as questões sociais dos jovens e com o programa de PAIGC, assim buscando inserir nas comunidades, mobilizando os jovens, de 15 a 35 anos de idade, a filiarem-se na organização sem distinção de sexo, língua, território de origem, religião, convicção filosófica e situação econômica. E, para ser militante da JAAC, deve-se fazer um pedido a uma estrutura da organização mais próxima a sua localidade, de aceitação do programa de PAIGC, estatuto e regulamento da JAAC (FA-JAAC, 2018).

Ao fazer parte da JAAC, o jovem tem vários direitos que o assiste, dentre os direitos destacam-se: o direito de eleger e ser eleito para todos os órgãos da organização; participação nas reuniões, conferências e nas discussões dos assuntos em todos órgãos de JAAC; direito de apresentar e defender opiniões de forma livre; de criticar ações de quem quer que seja, membro ou dirigente da JAAC; ter acesso ao cartão de militante; de participar nas aulas de formação ideológica do PAIGC etc. Por outro lado, os militantes têm como dever: buscar cumprir e promover as resoluções da JAAC; estar disponível para impulsionar o desenvolvimento político, econômico e social da Guiné-Bissau; lutar para consolidação da unidade nacional, democracia e Estado de Direito; ter a ideologia de Amílcar Cabral e a valentia de Combatentes da liberdade da pátria como paradigma a seguir; conhecer e defender os princípios de PAIGC etc. (FA-JAAC, 2018).

Em diálogo com a Ficha de Apresentação de JACC (2018), compreende-se que a organização em análise está estruturada tendo em conta a realidade da divisão territorial administrativa da Guiné-Bissau, com vista a atingir, com as suas ideologias políticas em comunhão com a do PAIGC, e mobilizar os jovens guineenses onde quer que estes se encontrem no país. Neste sentido, a mesma se estrutura da seguinte maneira: secretaria geral; secretarias gerais adjuntas; secretaria de assuntos políticos e estratégicos; secretaria para organização e dinamização das estruturas; secretaria de administração e finanças; secretaria para assuntos jurídicos; secretaria para comunicação; secretaria para formação política e ideológica; secretaria para cultura e diversidade; secretaria para desporto; secretaria para igualdade de

gênero e inclusão social; secretaria para assuntos sociais e emancipação juvenil. Por meio dessa estrutura, possui as estruturas de base, estruturas de seção, estruturas de sector, estruturas de região e as estruturas nacionais (FA-JAAC, 2018).

Segundo a Ficha de Apresentação da JAAC (2018), as estruturas de base da JAAC podem ser criadas e vistas nas empresas, fábricas, oficinas, campos agrícolas, residências, escolas, aldeias, tabancas e nos bairros, desde de que as mesmas contem no mínimo com cinco militantes do PAIGC e alinhem-se com as ideologias e princípios de JAAC. Para a criação das estruturas de base, é necessário que o secretariado de JAAC de seção apresente uma proposta com essa intenção junto ao secretariado de setor, e este é responsável por decidir sobre o assunto. E as estruturas de base têm assembleia constituinte dos seus membros como os seus órgãos máximos, órgão esse que tem a sessão ordinária de reunião para realizar uma vez por mês e a extraordinária a realizar quando se justificar. A realização desta última deve contar com dois terços dos membros efetivos da organização. Nas estruturas de base, a convocação das assembleias está sob a responsabilidade do secretariado de base ou da figura máxima da organização (FA-JAAC, 2018).

Por outro lado, as estruturas da JAAC, em nível de seção, só se criam por meio de uma solicitação para o secretariado da JAAC do setor, e este só pode decidir sobre o assunto depois de fazer uma análise conjunta com o secretariado da JAAC da região. A conferência configura como órgão máximo das estruturas de seção de JAAC, que realiza as reuniões ordinárias de três em três meses e as extraordinárias assim que se justificar necessário. Por conseguinte, as estruturas da JAAC, em nível de sector, englobam todas as estruturas da organização que se localizam nas seções de território da Guiné-Bissau. Diante disso, a conferência de setor é considerada como órgão máximo das estruturas de setor da JAAC em nível de setor, que tem o dever de realizar a reunião ordinária, sob a proposta do secretariado do setor, uma vez em cada semestre (FA-JAAC, 2018).

As estruturas de JAAC, em nível de regiões, engloba todas as estruturas da organização que se encontram nos setores da Guiné-Bissau e na diáspora. Na diáspora conta com estruturas nos países da Europa, África, do continente americano e Ásia, nos quais fazem presente os cidadãos guineenses. E nessas estruturas, a conferência de região configura-se como sendo órgão máximo, e esse órgão, segundo o estatuto da JAAC, deve realizar a reunião com os seus membros de 2 em 2 anos. A convocação e realização da reunião está a cargo do conselho regional ou órgão superior da JAAC. Aqui, o conselho regional tem um mandato de quatro anos, a sua composição conta com vinte e um membros da organização, e efetua os encontros

ordinários no espaço de três em três meses, com vista a planificar ações da organização (FA-JAAC, 2018).

A Ficha de Apresentação da JAAC (2018), portanto, ilustra que a estrutura nacional de JAAC tem o Congresso como o órgão máximo, de modo que as decisões vindas deste órgão são tidas como normas estruturais e de ações da organização, que só podem sofrer alterações na outra ação deliberativa do Congresso. Ordinariamente, a reunião de Congresso acontece de quatro em quatro anos, por meio da convocação feita pelo Conselho Central que, ao mesmo tempo, é responsável por convocar a reunião extraordinária de Congresso assim que se justificar. Também, quando justificar, dois terços dos militantes da JAAC têm direitos de convocar a reunião deste órgão máximo (FA-JAAC, 2018).

Além disso, FA-JAAC (2018) acrescenta que o Congresso da JAAC tem a capacidade de tomar decisões a respeito das ações da organização, de eleger os seus próprios membros, eleger o Conselho Central, o Secretariado do conselho central, de eleger o Secretário-Geral, Secretário-geral Adjunto e de fazer a revisão do estatuto da organização. Além do Congresso, outro órgão importante na estrutura da JAAC, na dimensão nacional, é o Conselho Central, que está composto por setenta e um dos membros efetivos e suplentes, tem a competência de orientar e controlar todos os órgãos inferiores da organização. Ainda, tem a responsabilidade de planejar as atividades, garantir a formação política e ideológica aos membros da organização, e de criar as estratégias de mobilização e integração dos novos militantes na JAAC. O Conselho Central pode ser destituído pelo Congresso mediante uma justificativa convincente, embasada no estatuto (FA-JAAC, 2018).

O Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização configura-se como o órgão responsável para fiscalizar o cumprimento estatutário, da legalidade e do regulamento da JAAC por parte dos membros desta. Está formado por sete membros e três suplentes, com um mandato de quatro anos, realiza a reunião ordinária uma vez em cada bimestre, e a reunião extraordinária faz-se na base de razões urgentes. Esta acontece sob a proposta do presidente do conselho em debate ou através de solicitação de um terço dos membros da JAAC (FA-JAAC, 2018).

5.2 A Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau (RENAJ)

A emergência de RENAJ, segundo a sua Ficha de Apresentação (2019), no ano 2000, está atrelada à crise social e os desafios que a juventude estava atravessando após a guerra civil de 1998. Por isso, a RENAJ surge com a perspectiva de integrar os jovens socialmente, através

das suas organizações de base, para buscar sua afirmação social, consciencializar essa camada social e, principalmente, lutar para superar os problemas juvenis em conformidade com a evolução social guineense (FA-RENAJ, 2019).

A Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau, em consonância com a sua Ficha de Apresentação (2019), constitui uma organização privada que se fundamenta nos fins não lucrativos, nos princípios da laicidade e apatidária. O patrimônio da RENAJ se compõe através de auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, de caráter nacional e internacional. Também, as suas ações se sustentam por meio de doações, de ganhos de operações de créditos internos e externos, juros bancários, valores pagos pelos seus serviços ou produtos, contribuição dos seus associados e pela receita da sua rádio, a Rádio Jovem (FA-RENAJ, 2019).

A sua nascença possui a característica de Fórum com a sua capacidade autônoma administrativa, financeira e patrimonial e, sobretudo, configura-se como um espaço de concertação, da coordenação e do apoio às associações juvenis do país. E a RENAJ desencadeia as suas ações na base da orientação de valores e princípios de igualdade e equidade de gênero, liberdade, justiça, fraternidade, transparência, paz e amor. Além disso, esta organização foi criada em 28 de janeiro de ano 2000, em Bissau, capital do país, com a sua legalização no mês de maio do mesmo ano, após o conflito civil armado do ano 1998¹⁹, que teve lugar no país em questão, fato que remete a Guiné-Bissau a um ambiente de terror, numa profunda instabilidade política, econômica e, principalmente, uma crise social gigantesca (FA-RENAJ, 2019).

Perante essa situação e com a emergência da democratização do país em 1994, o que facilitou o exercício da liberdade das reuniões, remete ao desafio algumas organizações juvenis na altura a promover uma reflexão profunda a respeito dos desafios da juventude face à realidade sociopolítica na qual o país se encontrava e, conseqüentemente, criaram a Rede Nacional das Associações Juvenis da Guiné-Bissau. Em conformidade com a sua Ficha de Apresentação (2019), a RENAJ está composta pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral (configurada por um presidente da mesa, um vice-presidente e um secretário na base de escolha dos representantes das associações filiadas na RENAJ), Conselho diretivo, conselho fiscal, conselho jurisdicional e conselho disciplinar. E da sua criação à atualidade, A RENAJ contou com sete líderes no total, a saber em conformidade com a sequência da liderança: Lassana Mané, de 2000 a 2001; Nelson Constantino Lopes, de 2001 a 2003; Lourenço Da Silva, de 2003 a 2006; Naiel Siete Cassama de 2006 a 2007; António Vladimir Vieira Fernandes, de 2007 a

¹⁹ Explicada no capítulo anterior.

2010; Osvaldo Adenilson Coró Nanque, de 2010 a 2015; Gueri Gomes Lopes, de 2015 a 2019; Seco Duarte Nhaga, de 2019 a 2022 e, Adulai Djaura, presidente em exercício. (FA-RENAJ, 2019).

E a RENAJ se estrutura por meio da Rede Nacional (RN), das Redes Regionais (RRs) e das Células de Representação Internacional (CRIs). De modo que, a Rede Nacional configura como sendo a maior estrutura da estratégia e guia político da RENAJ, e tem o poder de figurar como fórum de concertação, coordenação e de apoio às organizações juvenis de todo o país. Por outro lado, vem as Redes Regionais que constituem as estruturas basilares da RENAJ nas regiões da Guiné-Bissau, e possui a capacidade de fórum de concertação, coordenação e de apoio às organizações juvenis presentes nas regiões administrativas do país. As RRs têm as suas liberdades administrativas, financeiras e da elegibilidade dos membros enquanto responsáveis pelos seus órgãos. Já as Células de Representação Internacional são consideradas as estruturas de representação da RENAJ e da juventude guineense no âmbito diaspórico. A composição da estrutura da RENAJ, em nível nacional e regional, faz-se na base das eleições livres, justas, transparentes e democráticas. O mandato dos órgãos tem a duração de 3 anos, com a possibilidade da renovação por meio de nova eleição que acontece na base da lista única em diálogo com o regulamento eleitoral da RENAJ (FA-RENAJ, 2019).

Para pôr face aos desafios dos jovens, a Ficha de Apresentação (2019) da mesma organização destaca que como pressuposto basilar da sua criação, a RENAJ estabelece o seu fio-condutor por meio dos objetivos fundamentais que sofrem modificações ao longo do tempo e com base nas demandas, novos desafios e anseios da camada juvenil. Nesta sequência, dentre os seus objetivos, destacam-se os seguintes: advogar em defesa dos interesses das organizações juvenis membros, adolescentes e jovens guineenses em geral; buscar promover o associativismo juvenil em afirmação da juventude no processo de desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau; procura servir de interlocutor da juventude guineense dentro e fora do território nacional; e promover parcerias com instituições governamentais e não governamentais, com vista à captação e alocação dos recursos para a implementação dos projetos e programas das organizações juvenis filiadas (FA-RENAJ, 2019).

As ações coletivas da RENAJ estão ilustradas e orientadas na base dos seguintes departamentos da sua estrutura: de administração, finanças e contabilidade; de cidadania e direitos humanos; de associativismo, voluntariado e fiscalização das organizações; de saúde dos adolescentes e jovens; de empreendedorismo e emprego dos jovens; de comunicação e valorização de Tecnologia da Informação; de ambiente e desenvolvimento sustentável; de

projetos e programas; de promoção de direitos humanos; de gênero e equidade; de cultura e desporto; e departamento de conselho científico e pedagógico (FA-RENAJ, 2019).

Mediante a ideia de interagir e advogar para a juventude guineense, a RENAJ, em diálogo com o seu banco de dados, possui atualmente aproximadamente 80 organizações filiadas que se espalham por diferentes partes de oito regiões administrativas da Guiné-Bissau, como pode constatar nos gráficos a seguir que estão em consonância com anexo A.

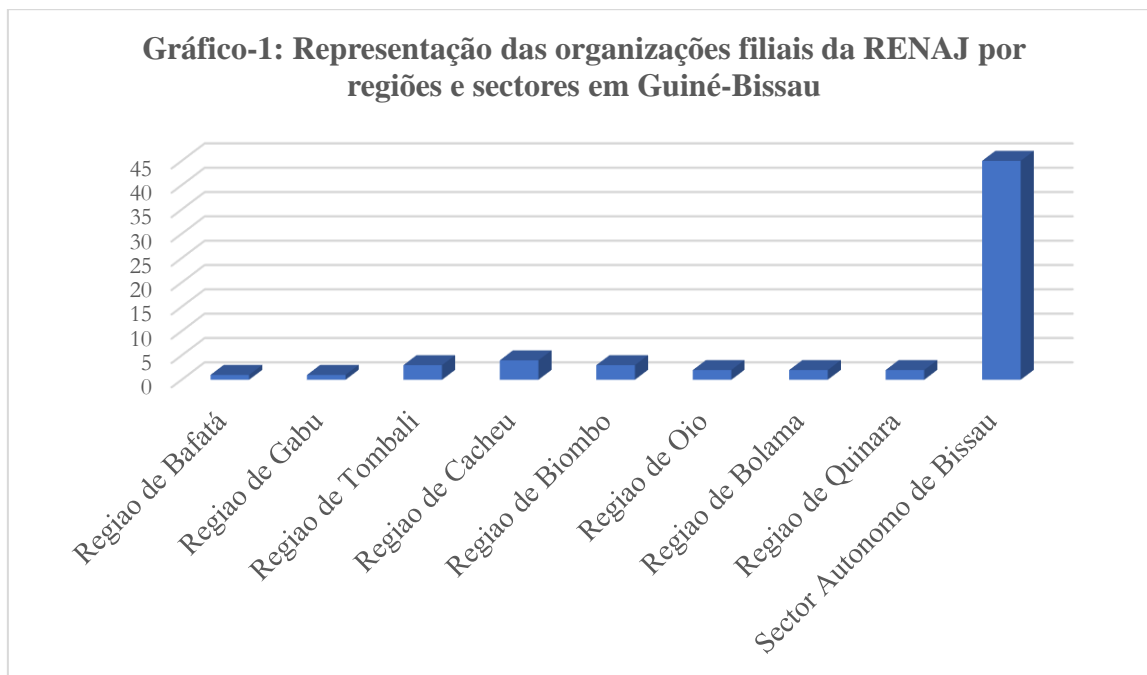


Gráfico 1: elaboração própria

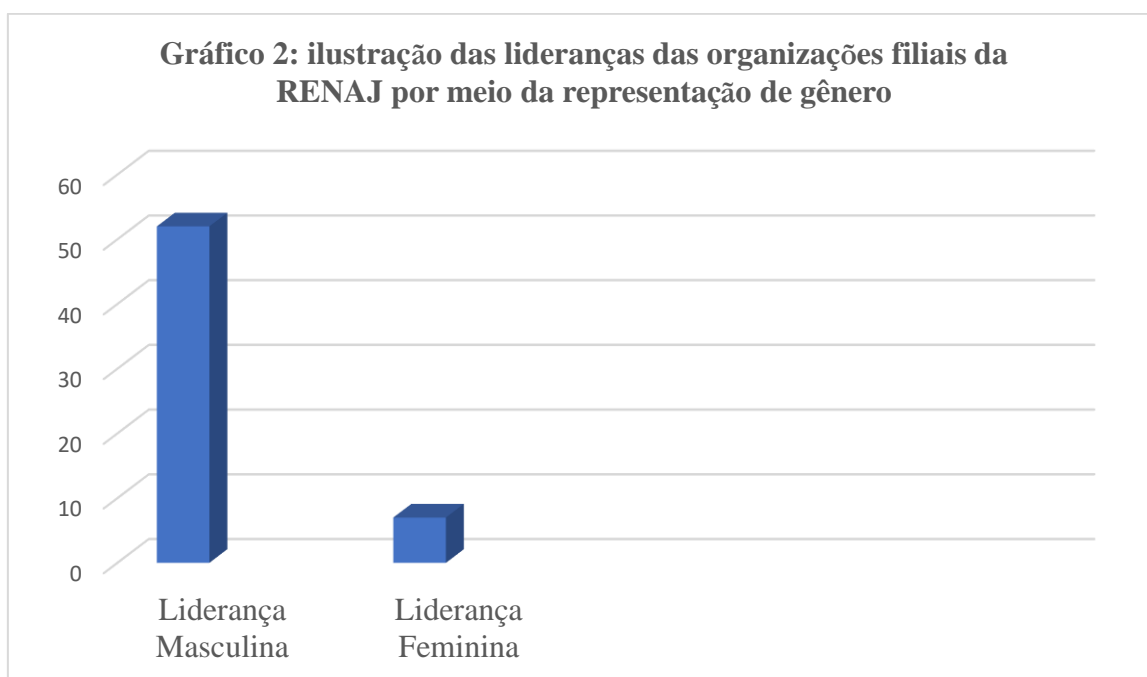


Gráfico 2: elaboração própria

A Tabela 1e o Gráfico 1 ilustram as organizações filiadas à RENAJ e suas representações nas localidades setoriais, regionais e em nível de setor autônomo de Bissau, a capital. Neste sentido, essa Tabela e Gráfico possibilitam entender que a maioria das organizações filiadas à RENAJ se encontram na capital Bissau, a região de Cacheu figura na segunda posição, e a terceira posição conta com a região de Tombali. Em seguida, o Gráfico 2 descreve a representação das quantidades da liderança nas organizações filiadas à RENAJ. Com isso, percebe-se que, nessas organizações, as lideranças masculinas têm a superioridade clara e distancial em relação as lideranças femininas. Neste sentido, o entrevistado Mustas demonstra que essa questão de desigualdade de gênero na organização da RENAJ acaba por ser a ampliação da realidade da sociedade guineense, que apresenta um nível de desigualdade gritante neste aspecto. E isso tem se verificado na RENAJ porque tem faltado a rigorosidade no cumprimento de pauta de igualdade de gênero ao longo dos anos. Portanto, a questão de igualdade de gênero tem sido um problema nas organizações juvenis e no país (MUSTAS, 2024).

Para que as organizações juvenis dos setores, das regiões e de guineenses na diáspora filiem-se na RENAJ, é necessário que as mesmas se alinhem com os princípios do estatuto da rede. Deve ser feita uma solicitação formal, por meio de uma carta acompanhada do estatuto e ata da assembleia constituinte da organização que pretende filiar-se. Após a entrega de solicitação de filiação junto à RENAJ, esta tem a responsabilidade de analisar a proposta e deliberar sobre o assunto no prazo de três meses. Diante disso, as organizações filiadas da RENAJ têm o direito de os seus membros elegerem e serem eleitos nas estruturas da RENAJ; de tomar parte nos debates da Assembleia da RENAJ e, assim, ter a possibilidade de apresentar ideias, iniciativas, agendas, moções ou projetos aos órgãos; ter direito às informações sobre as demandas de RENAJ; beneficiar-se de formação e apoios técnicos da RENAJ; e de usufruir dos patrimônios, serviços, subvenções, financiamentos ou doações por parte de RENAJ. Por outro lado, as organizações filiadas à RENAJ têm o dever de articularem as suas ações com as diretrizes básicas da RENAJ (FA-RENAJ, 2019).

Ainda, a Ficha de Apresentação de RENAJ (2019) ilustra que a busca de concretização dos seus objetivos, pois já em 2005, criou um projeto da Rádio Jovem, com a sede no bairro de Cuntum-4, cidade de Bissau, com o início da transmissão no dia 14 de agosto do mesmo ano,

funcionando na frequência de 102.8Mhz e através da página na internet²⁰ (www.radiojovem.info). Uma rádio criada como um instrumento de mobilização popular, com vista a promover o exercício da cidadania, a consolidação da paz, um ambiente democrático, de reconciliação nacional, de luta contra a pobreza e, sobretudo, um espaço de impulso ao crescimento das ações de associativismo juvenil, cujo intuito é de incentivar o desenvolvimento sustentável (FA-RENAJ, 2019).

5.3 Criação da Organização na Guiné-Bissau: direito constitucional e exercício da cidadania

A criação da organização da JAAC e da RENAJ aconteceu com base de exercício no um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República da Guiné-Bissau (1996). Uma vez que, esta, no seu artigo quinquagésimo quarto, pontos um e dois, considera que todo cidadão guineense está munido do direito de realizar reunião aberta ao público num ambiente de paz. Ainda, o artigo quinquagésimo quinto da mesma Constituição, no ponto um e dois, argumenta que qualquer cidadão guineense tem o direito de criar as associações, que não tenham o propósito de incentivar a violência e que não vão contra as leis do país. E a construção da organização pode acontecer sem a dependência de qualquer autorização. As associações na Guiné-Bissau têm a garantia e direito constitucional de realizarem as suas ações livremente, a fim de puderem realizar as suas finalidades, sem a interferência e a dissolução das mesmas por parte das autoridades públicas. Ao contrário disso acontece somente quando houver a decisão judicial (CR, 1996). E a despeito da liberdade de criação das associações, da realização de reunião e participar nos assuntos públicos, o UNIOGBIS, na sua obra "Educação para a cidadania, os direitos humanos e a paz na Guiné-Bissau (2019), adverte que uma comunidade se transforma e se desenvolve na base da cooperação dos seus membros para discutir e organizar os assuntos públicos. Porque é por meio dessa liberdade que se encontra os mecanismos necessários para ter uma participação comunitária mais ativa, de modo que a negação da liberdade de reunião e participação nos assuntos públicos retira da sociedade uma das suas potencialidades, que é de gerar capacidades e talentos do seu povo (UNIOGBIS, 2019).

²⁰ Fonte: <https://radiojovem.info/> Disponível em: <https://www.facebook.com/radiojovemgb> .Acesso em: maio de 2023.

Diante disso, Lüchmann (2012, no seu artigo "Modelos Contemporâneos de Democracia e o papel das Associações", sustenta que a associação constitui uma organização dos indivíduos por meio da conexão de interesses pessoais e conta com o preenchimento de um campo muito vasto e heterogêneo. Porque envolve os grupos sociais de diferentes características: os que se fundamentam nos princípios sociais, culturais, econômicos e políticos. E as associações com diferentes características e ideologias sociais, por meio das suas ações, têm a capacidade de criar as possibilidades de incentivar os efeitos democráticos, de gerar elementos importantes no exercício da governança, de desenvolver habilidades cívicas, das ações de resistência e de gerar acertos sociais LÜCHMANN, 2012). Ademais, De Barros (2010), no seu artigo com título "Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social", acrescenta que as associações juvenis pressupõem grupos de jovens bem organizados, na base da diversidade, pluralidade e heterogeneidade, com vista a desencadear as ações e gerar os resultados que vão ao encontro das suas necessidades comuns (DE BARROS, 2010).

Com esses argumentos de Luchmann (2012), de De Barros (2010) e com os objetivos descritos acima a respeito da criação da JAAC e RENAJ, percebe-se que essas associações buscam atingir as necessidades comuns. E a construção dessas organizações supracitadas, a realização das suas atividades e as suas buscas para a materialização dos seus objetivos constituem as formas de exercício dos seus direitos e cidadanias. E entende-se que essas organizações têm apostado na educação cívica como um dos elementos fundamentais para desenvolver a capacidade de pertença da juventude para alcançar o propósito comum. Para isso, cada uma mobiliza os seus recursos financeiros de maneiras diferentes, uma vez que a JAAC mobiliza os seus recursos na base de contribuição mensal dos seus membros ou de ajuda de outras pessoas que gostam das suas atividades. Enquanto a RENAJ mobiliza os seus recursos através de efetuação de projetos de intervenção social, apresentando-os às instituições de Organizações de Nações Unidas (ONU), União Europeia (EU), Banco Mundial (BM) e outras, com vista à financiá-los e, assim, ajudar em executá-los. Também, mobiliza os recursos com o pagamento de cota mensal dos seus membros (apesar de dificuldades financeiras dos membros). Nesta senda, Armani (2008) afirma que a mobilização de recursos tem um papel fundamental nas organizações sociais, uma vez que possibilita diferentes sujeitos realizarem os seus compromissos de transformação da sociedade em relação a uma causa por meio de apoio político e financeiro (ARMANI, 2008).

O UNIOGBIS, no seu referencial intitulado "Educação para a cidadania, os direitos humanos e a paz na Guiné-Bissau (2019), considera que a ideia da cidadania é muito antiga, porque está atrelada sempre à comunidade humana. A palavra é baseada no Latim que pressupõe

"*civitas*", ou seja, as pessoas unidas numa cidade ou comunidade. E a sua definição não apresenta um consenso, por isso, apresenta diversas perspectivas a sua volta. Com isso, compreende-se que a cidadania constitui um conjunto de direitos e obrigações que um indivíduo tem em consonância com as normas jurídicas; é entendida como o direito de participar, ser representado no cenário político ou como conjunto de relações individuais com o sistema governamental; ainda se percebe que a ideia da cidadania está ligada à questão material, social, cultural, política, das visões da natureza humana e das transformações sociais ao longo do tempo (UNIOGBIS, 2019). Segundo o entrevistado Gomes, a cidadania no contexto da Guiné-Bissau, refere ao exercício efetivo dos deveres e da reclamação dos direitos de um cidadão. Ou seja, a cidadania pressupõe a prática de um cidadão que engloba a exigência dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres. Na Guiné-Bissau, a cidadania na sua dimensão de exercício de cumprir o dever pode ser associada à ideia de agir ou realizar atividade, e esse agir e efetuação de atividade podem acontecer por diversas maneiras (a título de exemplo: o agir ou a cidadania política, ambiental, escolar, cívica, militar, eleger os governantes, de protestar, de conhecer os direitos e deveres etc) (GOMES, 2024).

Por outro lado, em convergência com a leitura feita pela Direção-geral da educação portuguesa, no artigo de sua autoria "Educação para a Cidadania: linhas orientadoras (2013)", percebe-se que a educação para a cidadania ou educação cívica constitui a forma de educar e buscar formar pessoas responsáveis, autônomas e solidárias, que têm noção de exercem os seus direitos e deveres, a fim de poderem desenvolver a capacidade e o espírito democrático, pluralista, crítico, criativo e de respeito pelos outros (DGE, 2013). E na realidade sociopolítica da Guiné-Bissau, a educação cívica, em consonância com o entrevistado Gomes, a educação cívica é o caminho para a construção ou formação de um cidadão consciente e responsável. Porque, entende-se que a sociedade guineense sem os cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, não pode pensar na cidadania e em um país democrático, sobre o qual se deve exigir o respeito pelas leis e os princípios democráticos. Diante disso, a educação cívica, na Guiné-Bissau, é encarrada como o caminho ou ferramenta através dos quais é possível chegar ao exercício efetivo da cidadania, construir uma sociedade equilibrada com a capacidade de construir a nação desejada. É um espaço para o qual se traz o debate que possibilita compreender que algo pertence ao povo, ou seja, é um ato de desenvolver a capacidade de pertença. A educação cívica acontece nos campos de formação formais e informais, que debatem sobre a cidadania (direitos e deveres das crianças, mulheres, sobre o Estado, a cidadania ambiental, política etc) (GOMES, 2024).

A prática da cidadania é o momento no qual o indivíduo ou coletivo participa socialmente na reflexão e ações que visam a resolver os problemas e desafios de uma sociedade. Também, a mesma refere-se à tomada de consciência sociopolítica por parte do indivíduo ou coletivo, a fim de poder acompanhar e intervir na transformação da sociedade. Isso demonstra que a prática da cidadania diz respeito à adoção de uma atitude e de um comportamento que levam em consideração o respeito dos direitos humanos, dos valores da igualdade, da democracia e da justiça social (DGE, 2013). Com isso, entende-se que a JAAC e RENAJ praticam as cidadanias por meio dos repertórios de ação coletiva, com a finalidade de cumprir com os seus deveres, exercer os seus direitos, reivindicar o direito da juventude, respeito aos direitos humanos, a igualdade de oportunidade e uma participação democrática igualitária nos lugares decisórios. Ou seja, essas organizações exercem as cidadanias com base em repertórios de ação coletiva.

5.4 REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA DE JAAC

Nas abordagens levantadas junto aos entrevistados membros da JAAC e das pesquisas feitas na página da rede social da mesma organização, de modo geral, compreende-se que no período de 2019 a 2023 o debate de JAAC vira em torno das seguintes temáticas: estado de direito e democrático, respeito a constituição da república, programa de governo, juventude, direitos e deveres cívicos da juventude, emprego jovem, políticas públicas, eleição legislativa, voto consciente, legado de Amílcar Lopes Cabral etc. E esses debates e ações foram realizados, segundo os nossos entrevistados, com base nos seguintes repertórios de ação coletiva: palestra, passeata, debate, fórum, *workshop*, conferência de imprensa, reunião, conferência temática, formação e capacitação, comício, debate radiofônico, debate público, acampamento político regional, manifestação de rua, seminário, vigília e comunicação à imprensa.

O uso de repertórios tem o propósito, como salienta Charles Tilly (2006), dizendo que são utilizados em consonância com as necessidades coletivas. E isso se comprova também na ideologia de JAAC, no seu documento "Ficha de Apresentação" (2018), descrevendo os objetivos, ideologia, estratégias e planos da organização, e compreende-se que estas necessidades e propósitos devem ser atingidos por meio de repertórios de ação coletiva. Além disso, o nosso entrevistado Dionisio Pereira, ex-secretário geral desta organização, confirma que:

As suas ações e repertórios usados pela JAAC nas zonas rurais buscam justamente impulsionar os jovens a ajudarem as suas comunidades desde as questões de saneamentos básicos, de ajudar os mais velhos na produção agrícola comunitária. E,

assim, acabam sendo a força tarefa da comunidade em tudo que tem a ver com componente social. E na linha política, membros de cada região, setor e seção têm as suas agendas políticas e os seus públicos alvos para sensibilizar, fazer a educação cívica, a mensagem e ideologia de JAAC e do PAIGC, dependendo dos desafios e necessidades partidárias e da comunidade na qual se insere a base de JAAC. Porque, ao fazer a política numa comunidade sem ali se envolver, conhecer a realidade, os desafios e as necessidades dos comunitários, remeteria a não ter capacidade mobilizadora de grande número da população e não resultaria em real transformação da mesma. Neste âmbito, JAAC realiza diversas ações nas zonas rurais que vão ao encontro com as necessidades dessas localidades, a título de exemplo, a JAAC deslocou, neste mês de setembro de ano 2022, para zona sul da Guiné-Bissau levando médicos que fazem consultas e dando medicamentos grátis, uma vez que nessa zona não há presença dos médicos do Estado para atender as populações. Também, essa linha política, tanto em zona urbana como rural, objetiva possibilitar os jovens, por meio das aulas denominadas "formações políticas ideológicas" e ministradas pela JAAC, a ter a mínima noção sobre esses conceitos e temáticas básicos: a economia, como se organiza uma sociedade, e o que seria a política, a ideologia, a diferença ideológica, a democracia e, assim, para que possam compreender e transmitir, a comunidade, o programa de PAIGC (para que a comunidade possam saber os motivos a levarem a votar no PAIGC no momento eleitoral) e do governo. Já na zona urbana, ação de JAAC na linha social, se preenche com a questão de saneamento básico e a questão educativa que visa formar os jovens em diferentes temáticas (temática sociopolítica, econômica), com a realização de palestras e workshop, com vista a permitirem os jovens a terem ideia o que seria o Orçamento Geral do Estado etc (PEREIRA, 2022).

As abordagens acima levantadas por Pereira (2022) remetem a perceber que a JAAC, como tem as suas bases em diferentes partes do país, as suas ações coletivas também buscam atingir todas as áreas das suas representações para atingir os seus objetivos através das atividades de caráter social e político, em conformidade com a necessidade do momento, do local e do tempo.

Por sua vez, o entrevistado Seide (2023) acrescenta que as ações coletivas da JAAC, nas zonas urbanas assim como nas zonas rurais, assentam precisamente em criar as condições na implementação do programa de PAIGC por meio de sensibilização, educação cívica sobre a realidade sociopolítica da Guiné-Bissau, ideologias e estratégias de PAIGC enquanto partido com as condições e capacidades de alavancar o país no lugar onde se encontra (SEIDE, 2023). E a entrevistada Djasse (2023) destaca que a JAAC tem um papel fundamental tanto na zona rural como na zona urbana, uma vez que se configura como um instrumento que busca alargar e complementar as ações do PAIGC em todo o território nacional. Tem o papel de ajudar na coleta de informações sobre as necessidades do povo e, junto deste, transmitir as informações precisas a respeito do programa de governação do PAIGC (DJASSE, 2023).

Em diálogo com as postagens feitas na página de *Facebook* da JAAC, entre 2019 e 2023, observamos as informações que vão nos ajudar a ilustrar, entender e comprovar os tipos e quantidades de repertórios de ação coletiva utilizados pela JAAC ao longo desses tempos acima mencionados. Para isso, as figuras a seguir descrevem alguns dos repertórios usados pela JAAC.

Figura-4: Ilustração de reunião como repertório de ação coletiva de JAAC.



Fonte: <https://www.facebook.com/jaac.gw>

Figura-5: Ilustração de palestra como repertório de ação coletiva de JAAC.



Fonte: <https://www.facebook.com/jaac.gw>

Figura-6: Ilustração de conferência de imprensa como repertório de ação coletiva.

Conferência de imprensa da juventude africana Amilcar Cabral (JAAC)



Fonte: <https://www.facebook.com/jaac.gw>

Figura-7: Ilustração de comício como repertório de ação coletiva utilizado pela JAAC.



Fonte: <https://www.facebook.com/jaac.gw>

Em seguida, o trabalho traz uma análise a respeito de modalidades e quantidades de repertórios de ação coletiva utilizados pela JAAC no período de 2019 a 2023, com base na sustentabilidade de dados recolhidos nas postagens feitas na página de *Facebook* da JAAC.

Tabela- 2: Ilustração das postagens feitas na página de *Facebook* da JAAC entre 2019 e 2023.

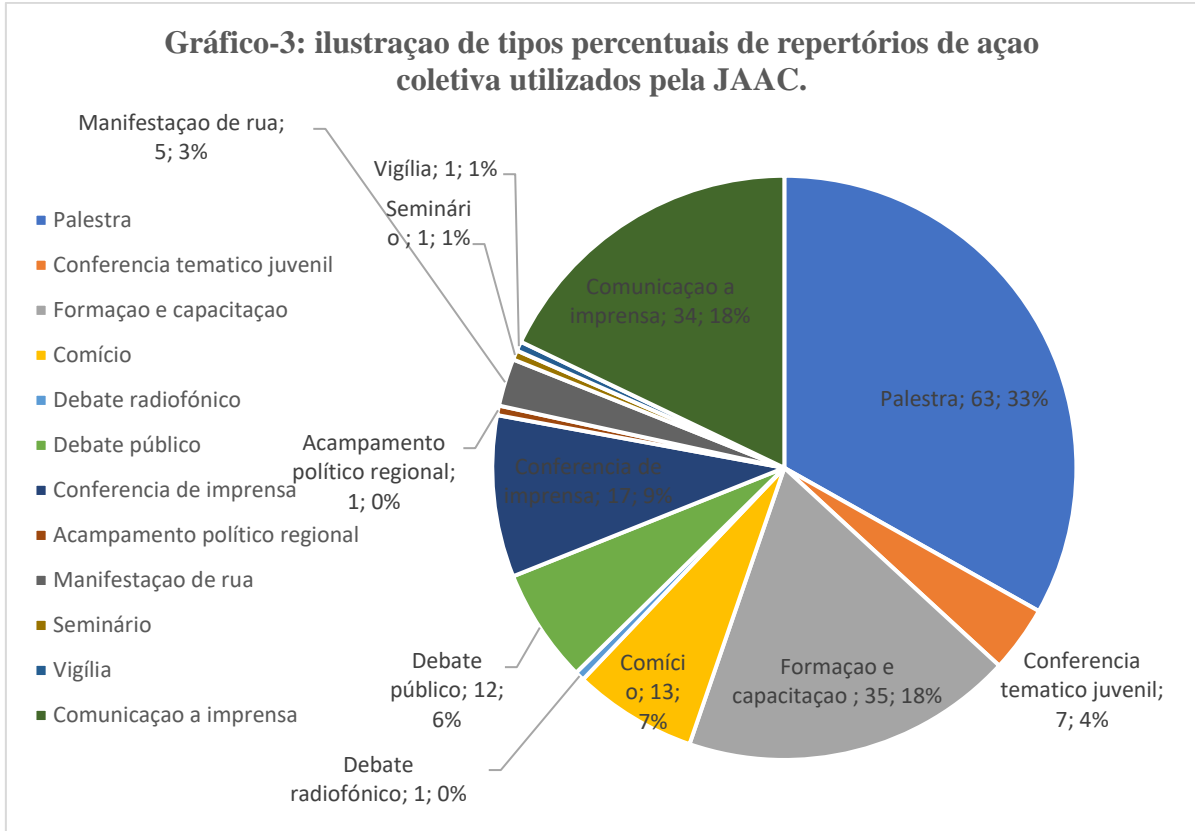
Postagens por anos	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Quantidade de postagens por cada ano	36	123	122	23	74	378
Postagens por meio de texto	15	56	43	16	26	156
Postagens por meio de vídeo	21	67	79	7	48	222

Fonte: elaboração própria.

Tabela-3: Ilustração dos tipos e quantidades de repertórios utilizados pela JAAC em cada ano (2019 a 2023)

Tipos e quantidade de repertórios utilizados por anos, conforme as postagens na página de <i>Facebook</i> da JAAC	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Palestra	--	9	48	4	2	63
Formação e capacitação	9	3	6	1	16	35
Comunicação à imprensa	1	24	8	--	1	34
Reunião	--	2	7	5	14	28
Conferência de imprensa	1	7	7	1	1	17
Comício	12	--	--	--	1	13
Debate público	2	3	6	--	1	12
Conferência temática juvenil	--	--	1	--	6	7
Manifestação de rua	--	5	--	--	--	5
Acampamento político regional	--	--	--	1	--	1
Debate radiofônico	--	--	--	1	--	1
Seminário	--	1	--	--	--	1
Vigília	--	1	--	--	--	1
Total de tipos de repertórios utilizados	--	--	--	--	--	13

Fonte: elaboração própria.



Fonte: elaboração própria.

As Tabela 2 e 3 e o Gráfico 3 apresentaram diferentes tipos e quantidades de repertórios de ação coletiva utilizados pela JAAC no período compreendido entre 2019 e 2023, tendo as postagens feitas na página da mesma organização como banco de dados. Feito isso, os dados comprovam que foram feitas 378 postagens na página do *Facebook* de JAAC, no espaço de tempo referido acima. E nessa quantidade de postagens, 156 foram feitas por meio da produção textual e 222 através de vídeos. Por conseguinte, a Tabela 4 descreve que nesse lapso temporal acima citado, a JAAC utilizou 13 tipos de repertórios de ação coletiva, e as demais postagens apresentam informações de cunho informativo sobre a JAAC, à juventude guineense e à Guiné-Bissau, como estratégias de materializar os seus objetivos estabelecidos. Diante disso, o Gráfico 3 apresenta essas 13 modalidades de repertórios usados pela JAAC através de uma leitura da estimativa de percentagem. Com isso, destacamos seis repertórios mais utilizados: o primeiro foi o repertório de palestra com 63,33%; o segundo foi o de formação e capacitação, com 35,18%; o terceiro foi o de comunicação a imprensa, com 34,18%; o quarto foi o de conferência de imprensa, com 17,9%; o quinto foi o de debate público, com 12,6%; e o sexto foi o de conferência temático juvenil, com 7,4%.

5.5 REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA DA RENAJ

Ao longo de período da delimitação temporal desta dissertação, o debate da RENAJ tem acontecido na base de seguintes principais temáticas: juventude, violência, gênero, empoderamento, impacto ambiental, direito e proteção das crianças, formação dos jovens, gestão financeira, covid-19, saúde coletiva, liderança juvenil, saúde sexual reprodutiva, convivência democrática etc. E esses debates e ações foram efetuados, em consonância com os entrevistados membros da RENAJ e de site da organização em causa, com base nos seguintes repertórios de ação coletiva: reunião; rodas de conversas; os debates; palestras; oficinas; seminários; workshop; conferências temáticos; marcha pacífica; formação e capacitação; fóruns juvenis e fóruns associativos juvenis; escola de voluntariado; programas radiofônicos; uso de plataformas digitais (*Facebook*, site); auditoria; auscultação; debates entre os candidatos à liderança de país; manifesto; conferência de imprensa; projeto da intervenção social; comunicação à imprensa e debate público. Mesmo assim, se destaca-se o argumento de MUSTAS a respeito deste assunto, sustentando:

A RENAJ promove as rodas de conversas, os debates, seminários, conferências, fóruns juvenis e fóruns associativos juvenis sobre diferentes temáticas que marcam a realidade social do país. Realizam a auditoria sobre o processo eleitoral legislativa e presidencial de ano 2019, auscultação sobre os candidatos as eleições referidas, promoção dos debates com candidatos a liderança do país e, sobretudo, incentiva o diálogo, no seio dos governantes, enquanto mecanismo viável para superação da instabilidade sociopolítica e da crise social (MUSTAS, 2022).

Os argumentos supracitados por Mustas (2022) permitem entender que a RENAJ tem utilizados diferentes tipos de repertórios de ação coletiva, levando em consideração os desafios momentâneos, com vista a problematizar, analisar e buscar satisfazer e solucionar os problemas da juventude e da sociedade guineense.

Os repertórios de ação coletiva da RENAJ se centram em promover as ações de consciencialização cívica sobre os direitos, deveres, participação sociopolítica, educação alternativa e extraescolar, com abordagens das temáticas da realidade sociocultural, política, econômica, ambiental e, sobretudo, dos desafios da juventude. Diante disso, em conformidade com o entrevistado Vladimir Victorino Gomes (2022), percebe-se que, na zona urbana e rural, a RENAJ tem usado os repertórios acima citados com a finalidade de:

Buscar trabalhar com jovens ou organizações que visam incentivar a participação destes na vida política, social, cultural e econômica da Guiné-Bissau. E nas zonas rurais, a RENAJ também, por meio das suas organizações de base e dos projetos desenvolvidos, incentiva a participação juvenil no âmbito político, social, cultural e

econômico de cada comunidade na qual se encontra a sua organização filial (GOMES, 2022).

Diante da explicação de Gomes (2022), observa-se que a RENAJ, através dos repertórios utilizados, tem mobilizado os jovens em toda parte da Guiné-Bissau, a fim de poderem ter uma participação ativa no cenário social, político, cultural e econômico, como forma de contribuírem para a transformação das suas comunidades e país. E ainda sobre os propósitos de uso desses repertórios por parte da RENAJ na zona urbana, o entrevistado Mustas frisa o seguinte:

Na zona rural, a organização em questão fez a sua intervenção mais ligada aos projetos comunitários em diferentes domínios e em parceria com o governo, em auxiliar a governação local e trabalhar com as ONGs parceiras a nível setoriais e regionais (MUSTAS, 2022).

A explanação acima descrita por Mustas (2022) instiga a compreensão de que a RENAJ tem participado e materializado os seus objetivos na zona rural através de projetos de intervenção social, como repertório de ação coletiva e em colaboração com os seus parceiros.

O outro repertório extremamente importante que a RENAJ tem utilizado é a educação extraescolar, ou seja, a Escola Nacional de Voluntariado que acontece anualmente, contando com a mobilização de centenas de jovens. E sobre isso, os entrevistados Gomes, Mustas e Dos Reis (2022) afirmam que o evento denominado "Escola Nacional de Voluntariado"²¹ organizada pela RENAJ tem como propósito:

Reforçar a capacidade técnica das organizações de base, formar jovens no domínio nos domínios extraescolar-, enquanto maior evento que a RENAJ se organiza e se reúne, a cada ano, nos dias 10 a 25 de cada mês de agosto, mais de 500 jovens que recebem a formação de conteúdos extraescolares, que marcam a realidade da juventude guineense, durante duas semanas. Habitualmente, o Estado da Guiné-Bissau apoia o evento financeira e materialmente que ajuda na logística do mesmo. Hoje vê-se diversas organizações juvenis que defendem os direitos humanos, a proteção do meio ambiente, entre outros que nasceram com base na influência do aprendizado trazido pelos participantes da Escola Nacional de Voluntariado. A Secretaria de Estado de Juventude, Cultura e Desporto ou Ministério da Juventude, enquanto a instituição de Estado da Guiné-Bissau que tem a relação direta com a RENAJ, dependendo da composição do governo, é a responsável para financiar esse evento (GOMES, 2022; MUSTAS, 2022; DOS REIS, 2022).

Essas abordagens possibilitam entender que a juventude guineense diante da escassez da democratização da educação, a falta de educação de qualidade, as constantes greves no setor educativo, e por falta de uma educação decolonial, por meio da RENAJ, tem buscado alternativas necessárias para a sua conscientização e a construção da sociedade guineense. Apostam na educação e na Escola Nacional de Voluntariado, porque acreditam que a educação pode contribuir na mudança social rumo ao desenvolvimento.

²¹ Evento realizado pela RENAJ. Constitui um dos eventos juvenis mais importantes do país que se realiza todos os anos, no período de 10 a 25 do mês de agosto. Evento esse que mobiliza e leva consigo, para lugares históricos do país, mais de 500 jovens, a fim de criar um ambiente de discussão de diferentes temas, desde os ligados às agendas do momento até os de desafios da camada juvenil (MUSTAS, 2022).

Nessa Escola Nacional de Voluntariado são ofertados diferentes cursos que buscam ir ao encontro aos desafios e, necessidades da juventude e da sociedade guineense e global. Neste sentido, destaca-se os cursos e oficinas ofertados na edição de 2023 desse evento: técnica de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); associativismo, voluntariado e liderança servidora; técnica de administração e secretariado; planificação estratégica; técnicas de elaboração e gestão de projetos; educação ambiental; cidadania e direitos humanos; educação para saúde; empoderamento feminino; técnicas de comunicação organizacional; empreendedorismo e artesanato; escola de cadetes; e governança participativa e desenvolvimento local. O propósito e a ideologia basilar dessa Escola Nacional de Voluntariado pode ser associado à questão da educação popular, que na perspectiva de Brandão (1986) no seu texto "Educação Popular, entende-se que a mesma configura-se como o saber da comunidade, ensino público e como a educação das classes populares. Ou seja, a educação popular constitui a outra forma de educação que decorre por meio da ampliação de serviços da escola por diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade. Ainda se refere a uma modalidade de trabalho educativo de perfil político que luta pela democratização do ensino escolar (BRANDÃO, 1986). A ideologia dessa Escola Nacional de Voluntariado pode ser associada à questão da educação extraescolar, que na visão de Fávero e Valla (1977), no artigo "Educação extraescolar no Brasil: revisão de conceitos básicos" a mesma constitui uma modalidade de educação que busca servir de complemento e substituição da educação formal. De modo que, essa particularidade educativa tem a finalidade de buscar repensar as funções da educação no seio de qualquer que seja sociedade (FÁVERO, VALLA, 1977).

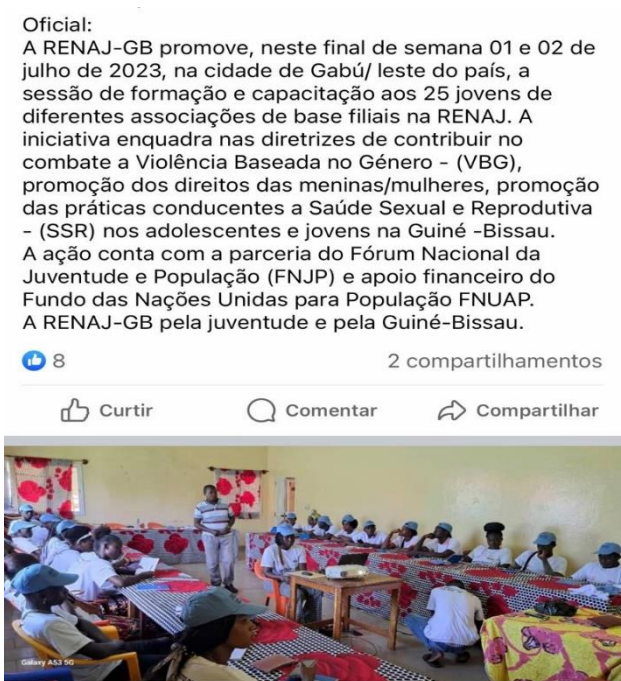
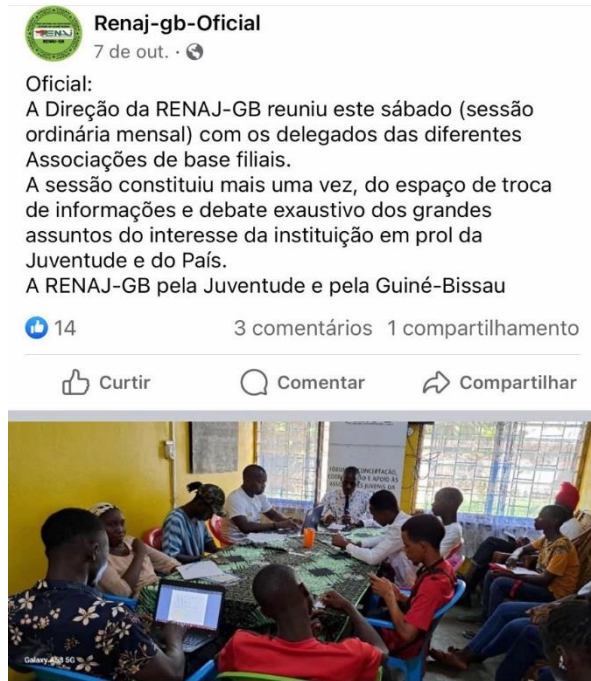
Figuras – 8, 9, 10 e 11 ilustram algumas das modalidades de eventos e repertórios de ação coletiva utilizados pela RENAJ na Escola Nacional de Voluntariado, em 2023, na cidade de Buba.



Fonte: <https://www.facebook.com/renajguinebissau>

Nas postagens feitas sobre a RENAJ na sua página do *Facebook* "RENAJ-Guiné-Bissau-Oficial", encontramos o registro de diversas atividades realizadas por essa organização. Com base nessa fonte de informação, vamos trazer algumas figuras para ilustrar as marcas de diferentes repertórios que a RENAJ tem usado, em conformidade com os que foram frisados, acima e em consonância com as atividades realizadas dentro do período temporal desta pesquisa, de 2019 a 2023. Portanto, as figuras a seguir comprovam e destacam alguns dos repertórios usados pela RENAJ.

Figura-12: Ilustra da reunião como repertório. **Figura-13:** Ilustra a formação como repertório.



Fonte: <https://www.facebook.com/renajguinebissau>

Figura-14: Ilustração de Workshop como repertório utilizado pela RENAJ.



Fonte: <https://www.facebook.com/renajguinebissau>

Figura-15: Ilustração de debate radiofónico como repertório utilizado pela RENAJ.



Fonte: <https://www.facebook.com/renajguinebissau>

Agora vamos analisar a quantidade de atividades e tipologias de repertórios utilizados pela RENAJ no período de 2019 a 2023, por meio de tabelas e gráfico percentual, em conformidade com as postagens feitas na sua página do *Facebook*.

Tabela- 4: Ilustração das postagens feitas na página do *Facebook* da RENAJ, entre 2019 e 2023.

Postagens por anos	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Quantidade de postagens em cada ano	98	63	50	54	87	352
Postagens por meio de texto	82	57	42	39	70	290
Postagens por meio de vídeo	16	06	08	15	17	62

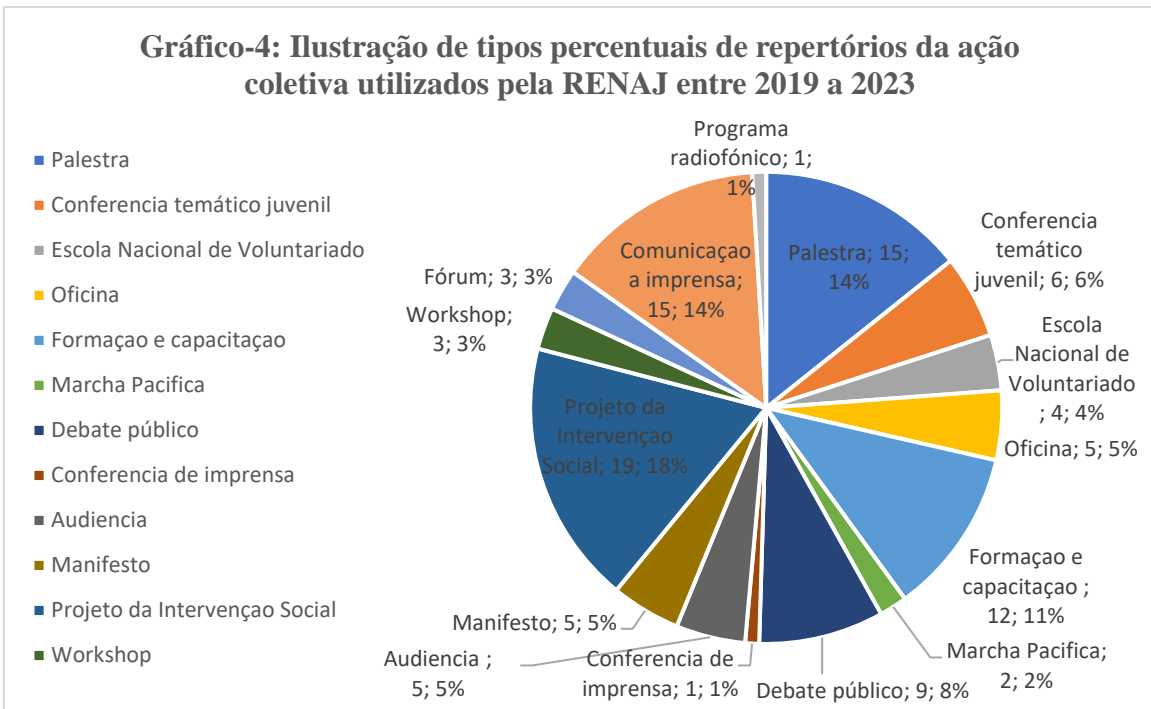
Fonte: elaboração própria.

Tabela-5: Ilustração de tipos e quantidades de repertórios utilizados pela RENAJ em cada ano (2019 a 2023)

Tipos e quantidade de repertórios utilizados por anos conforme as postagens na página do <i>Facebook</i> da RENAJ	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Projeto de Intervenção social	9	9	1	--	2	19
Comunicação à imprensa	7	4	2	2	--	15
Palestra	9	--	--	3	3	15
Formação e capacitação	--	1	1	3	7	12
Debate público	--	3	4	2	--	9

Conferência temática juvenil	--	--	1	--	5	6
Audiência	1	2	--	2	--	5
Manifesto	--	--	--	5	--	5
Oficina	--	4	--	--	1	5
Reunião	--	--	1	2	2	5
Escola Nacional de Voluntariado	1	--	1	1	1	4
Debate radiofônico	--	--	--	--	4	4
Fórum	1	2	--	--	--	3
Workshop	--	3	--	--	--	3
Marcha Pacífica	--	--	--	1	1	2
Conferência de imprensa	--	--	--	1	--	1
Programa radiofônico	1	--	--	--	--	1
Total de tipos de repertórios utilizados	--	--	--	--	--	17

Fonte: elaboração própria.



Fonte: elaboração própria

A Tabela 4 e 5 e o Gráfico 4 trazem as descrições que buscam ajudar a compreender as modalidades e quantidades dos repertórios de ação coletiva utilizados pela RENAJ, no período de 2019 a 2023, com base nas publicações feitas na página do *Facebook* da mesma organização. A Tabela 5 possibilita perceber que ao longo desse período, a RENAJ, na sua página do *Facebbok*, foi feita 352 postagens. Dentre as quais: 290 postagens foram feitas por meio de produção textual, e 60 postagens através de vídeos. A tabela 5 remete a entender que a RENAJ tem usado diferentes tipos de repertórios de ação coletiva, que totalizam 17 tipos de repertórios

nessa dimensão temporal supracitada. As demais quantidades de postagens têm as bases de caráter informativo a respeito da juventude, RENAJ e da situação da Guiné-Bissau. Ainda, nota-se que esses 17 tipos de repertórios de ação coletivas foram utilizados com base nas necessidades momentâneas, nos desafios, anseios, problemas e perspectivas da RENAJ para com a juventude guineense, no tempo e espaço. De modo que essa narrativa acaba comprovando a perspectiva de Tilly (2006), quando sustenta que a utilização dos repertórios de ação coletiva se faz com base nas definições, modificações e associando-os a um determinado lugar, tempo, caso, realidades sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas.

O Gráfico 4 apresenta as quantidades e tipologias de repertórios utilizados pela RENAJ, em conformidade com a delimitação temporal da dissertação em questão, através da leitura percentual. Neste sentido, destacamos seis tipos de repertórios mais usados nesse período: o primeiro foi o repertório projeto da intervenção social, com 19,18% de uso; o segundo foi o de comunicação à imprensa, com 15,14%; o terceiro foi o de palestra, com 14%; o quarto foi o de formação e capacitação que contou com 12,11%; o quinto foi o de conferência temático juvenil com 6,6%; e a sexta posição foi partilhada entre repertórios como: audiência, oficina e manifesto, que contam com 5,5% cada.

5.6 A JAAC e a RENAJ: desencontros, aproximações e transformações sociais

As análises comparativas entre a JAAC e a RENAJ baseiam-se nos seguintes elementos: estrutura da organização, ideologia, formas de mobilização de recursos, repertórios de ação coletiva, objetivos e metas finais a atingir. Porque, estes constituem elementos basilares que fundamentam e sustentam uma organização social, a fim de poder atingir as suas metas estabelecidas. As leituras comparativas, neste sentido, são feitas com base nos elementos que a JAAC e a RENAJ têm diferentes ou em (des) encontros, dos que têm em aproximações ou similares, e a meta que as suas ações pretendem atingir, que são as transformações sociais.

A JAAC e a RENAJ se desencontram nas perspectivas ideológicas que orientam as suas ações. Uma vez que a JAAC é uma organização partidária, com a ideologia assentada na ideia de "Cabralismo", ou seja, baseia-se em ter a vida, a obra e as ideologias políticas de Amílcar Lopes Cabral como a base das suas orientações, e buscando transmitir essa ideologia aos jovens. E essas ideologias tem "estudo, trabalho e luta" como elementos fundamentais a serem colocados em prática. A JAAC escolhe o "estudo" com vista à apropriação de uma série de escritos pedagógicos deixados por Amílcar Cabral para servir de ensinamentos aos jovens; a

escolha de "trabalho" tem a ver com a questão de os jovens a valorizarem o trabalho e terem o comprometimento; e a de "luta" está vinculada à questão de buscarem apropriar-se das ideologias de Cabral, serem inconformados com a injustiça sociopolítica e lutarem para mudar a realidade social. Enquanto a RENAJ é uma organização apartidária, cujo a ideologia da propagação e defesa de valores e princípios de igualdade e equidade de gênero, liberdade, justiça, fraternidade, transparência, paz e amor social.

Por conseguinte, outro aspecto que a JAAC e a RENAJ divergem tem a ver com a questão de formas de mobilização de recursos para materializar as suas ações. Com isso, compreende-se que a mobilização de recursos de JAAC acontece por meio das contribuições por parte dos membros da organização e de diferentes pessoas que se sentem contemplados e solidários com as lutas, ações e projetos a serem realizados pela JAAC. Por outro lado, percebe-se que a RENAJ tem mobilizado os seus recursos através das parcerias e apoios dos seus projetos sociais por parte de Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), União Europeia (EU), Organizações de Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM) e entre outras.

Além disso, vê-se que a JAAC e a RENAJ têm diferenças nos seus objetivos traçados. A JAAC objetiva, resumidamente, conscientizar, mobilizar, educar politicamente a juventude guineense sobre diferentes temáticas (ideologias políticas de Amílcar Cabral, democracia, sistema política, sistema de governação, situação política, eleição etc.), propagar e executar a ideologia e estratégias políticas de PAIGC. A RENAJ tem como objetivo defender os interesses e afirmação social da juventude guineense, a participação da juventude na dinâmica de desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau, advogar e ser interlocutor dos jovens, em nível nacional e internacional, por meio de projetos sociais etc.

No que tange aos aspectos que a JAAC e a RENAJ têm como aproximação, destaca-se as suas estruturas, ou seja, as formas como as mesmas estruturam as suas organizações. Porque, nota-se que as suas estruturas apresentam aproximações ou similaridades, levando em consideração que as mesmas têm feito a mobilização dos jovens da faixa etária de 15 a 35 anos de idade. Ainda, observa-se que a estruturação da JAAC e da RENAJ passam pela mesma dimensão da questão de secretários gerais, secretários adjuntos, secretarias de finanças, jurídica, de cultura e desporto, de igualdade e equidade de gênero etc. Também é perceptível que a estruturação dessas organizações é feita com base na dimensão e divisão territorial administrativa da Guiné-Bissau. E isso as leva a ter as suas estruturas de base, que equivalem às suas organizações localizadas em seções, setores, regiões e arredores de bairros da capital Bissau. E todas essas estruturas de base contam com as suas assembleias locais constituintes. A

diferença está na nomenclatura dada a essas estruturas alargadas em nível nacional, porque a JAAC as chama de estruturas de seção, de setor e de região, enquanto a RENAJ as denomina de organizações filiais ou redes regionais. Porém, essas estruturas de base acabam tendo o mesmo propósito de aliar, dialogar e buscar cumprir os objetivos gerais da JAAC e da RENAJ. Outro aspecto estruturante similar e observável em ambas organizações é a questão da gritante desigualdade de gênero. É possível comprovar esse fato com a liderança dessas organizações, a título de exemplo, a JAAC, desde a sua criação, conta com a troca de liderança três vezes e todos são masculinos. Por outro lado, a RENAJ, desde a sua criação, conta com a mudança de líder nove vezes e todos são masculinos. E essa desigualdade também se estende às suas organizações de base e na composição dos membros de ambas organizações.

Outrossim, percebe-se que outro elemento que a JAAC e a RENAJ têm de aproximações são os repertórios de ação coletiva que as mesmas têm utilizado. Dentre os quais destacam os seguintes: reuniões, rodas de conversas, palestras, passeatas, debates, fóruns, *workshops*, conferências de imprensa, conferências temáticas, formação e capacitação, comícios, debates radiofônicos, debates públicos, comunicações à imprensa etc.

Com base nas leituras feitas em consonância com as informações obtidas a respeito da JAAC e da RENAJ, dos seus objetivos, das suas dinâmicas, repertórios e aproximações, concluiu-se que ambas as organizações, por meio da educação cívica, buscam atingir as mesmas metas "as de transformações sociais e o desenvolvimento da Guiné-Bissau", apesar de terem ideologias diferentes. Buscam contribuir positivamente no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, porque o desenvolvimento também pressupõe o bem-estar social e a educação cívica. Aliás, nenhum país progride sem ter uma educação escolar e cívica de qualidade. Ainda, Amartya Sen (2003) nos convoca a pensar e lembrar que o desenvolvimento não está ligado exclusivamente à questão do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também está atrelado à questão da liberdade. Ou seja, sustenta que a ideia de desenvolvimento refere-se à garantia da liberdade, que vai desde a questão de "educação e social", de direitos civis (a liberdade de participar nos debates públicos). O desenvolvimento constitui a eliminação dos aspectos que têm contribuído para a limitação da liberdade: a pobreza e a tirania, a falta de oportunidades econômicas, a falta de garantia dos serviços públicos e a eliminação de uso demasiado da força por parte de Estado (SEN, 2003).

Os meus entrevistados, também, ajudam a compreender a ideia de desenvolvimento nas suas perspectivas. Segundo o entrevistado Vladimir Victorino Gomes (2022), o desenvolvimento não se resume simplesmente à questão de elevar nível do Produto Interno Bruto, mas, sim, tem a ver com à questão da formação e a capacitação das pessoas, para que

estas possam compreender a sua realidade sociocultural, política, econômica, ambiental, e participar da sua transformação. Ou seja, o desenvolvimento pressupõe a preocupação com a resolução de problemas humanos (GOMES, 2022). Por sua vez, a entrevistada Aissatu Djasse (2023) acrescenta que o desenvolvimento refere a satisfação total de um povo em termo das suas necessidades, como saúde, a educação, a segurança etc. (DJASSE, 2023).

E para que essas ideias de desenvolvimento sejam materializadas, é necessário que os jovens e as organizações juvenis assumam os seus papéis sociopolíticos na Guiné-Bissau. Como demonstra o entrevistado Gomes, afirmando que o lugar da juventude ou das organizações juvenis no processo de desenvolvimento passa necessariamente pela compreensão de suas essências para que possam questionar o regime governativo, a fim de poderem fazer uma projeção para a transformação social do país. Isso demonstra que os jovens guineenses têm os desafios de desenvolverem as suas consciências cívicas para que possam saber que são forças motrizes de desenvolvimento e faz-se necessário assumirem essa responsabilidade na prática. Responsabilidades essas a executar por meio das suas participações sociais e políticas responsáveis, assegurados com as competências, valores e princípios, com vista a impulsionar o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Com isso, poder ter uma sociedade na qual os guineenses possam acabar com o nível absurdo de conformismo que apresentam perante às más governanças e instabilidades sociopolítica e econômica que o país tem enfrentado. E, sim, ganharem as capacidades de pertença e lutarem pelos seus direitos à saúde, à educação e acesso aos serviços públicos de qualidade (GOMES, 2022). E, ainda, sobre o lugar, o papel e a participação da juventude guineense no desenvolvimento do país, a entrevistada Djasse afirma que, para que a participação da juventude guineense tenha um impacto positivo, passa necessariamente que a mesma, antes de mais, desenvolva uma educação cultural e científica ideal, tenha o compromisso consigo e com a nação, e ambição benéfica para com o povo guineense (DJASSE, 2023). Já na perspectiva da entrevistada Dos Reis (2024), compreende-se que a juventude guineense deve participar no desenvolvimento do país, uma vez que a mesma tem um papel fundamental nesse processo. Por isso, deve participar na criação e implementação das políticas públicas, que visam gerar o emprego e criar as condições para o empreendedorismo juvenil e para a transformação social. Portanto, essas questões ajudariam a desenvolver socialmente as novas habilidades para melhor servir o mercado e prestar os serviços de alta qualidade, através de capacitações, *networkings* entre outros (DOS REIS, 2024).

O desenvolvimento de qualquer país não depende simplesmente das organizações sociais ou da sociedade civil, mas, sim, depende primordialmente do Estado e das parcerias que

o mesmo estabelece, como Carlos Lopes (1982) fez-nos lembrar que o Estado constitui um agente privilegiado de desenvolvimento. Uma vez que é o responsável para planejar e projetar as ideologias de desenvolvimento com vista a garantir o bem-estar social (saúde, educação, habitação, trabalho etc.) (LOPES, 1982). Isso demonstra que é necessário haver um diálogo as camadas sociais com o Estado no processo de desenvolvimento. Como avança a entrevistada Djasse, sustentando que o Estado da Guiné-Bissau deve criar as condições para educar e dar todo apoio aos jovens, para que a juventude possa dar a sua contribuição e ajudar para que o desenvolvimento do país não continue sendo apenas uma palavra (DJASSE, 2023).

Neste sentido, a nossa entrevistada, Dos Reis, argumenta que o Estado é o responsável imediato pelo bem-estar da sociedade, a garantia da felicidade ao povo, da justiça e dignidade social, através da adoção de políticas públicas de qualidade no âmbito da educação, saúde, segurança, proteção dos direitos sociais de todos (mulheres, idosos, crianças, ricos e pobres). Para isso, o Estado precisa trabalhar em parceria com a juventude, porque é uma camada social que deseja trabalhar, empregar, promover os debates e os *workshops*, onde são discutidos os mapeamentos dos entraves do desenvolvimento local. Também, esses espaços servem para pensar em possíveis soluções dos problemas sociais do país, tanto no que concerne à infraestrutura, às transformações da inovação tecnológica, a digitalização, incentivos fiscais e a melhoria da qualificação profissional para o mercado. Portanto, é necessário que o Estado considere a juventude como um aliado, aproveitando esse lado positivo da juventude e efetuando uma parceria no processo de desenvolvimento, porque isso possibilitaria o desenvolvimento econômico, a independência econômica e, conseqüentemente, a garantia de bem-estar social (DOS REIS, 2024).

Por fim, o quarto capítulo discutiu os aspectos estruturais, ideológicos e sobre os repertórios de ação coletiva da JAAC e da RENAJ; debruçou-se sobre como se justifica ou se sustenta, por meio da Constituição da república da Guiné-Bissau, a criação das organizações da sociedade civil e, em particular, a JAAC e a RENAJ; e, por último, abordou sobre os repertórios de ação coletiva da JAAC e da RENAJ, os seus desencontros, aproximações e como os seus modos estruturantes e operacionais têm contribuído para as transformações da Guiné-Bissau.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou perceber diferentes leituras sobre a categoria da juventude e em distintas dimensões, levando em consideração a questão etária, econômica, cultural e temporal; buscou entender as dimensões da juventude na realidade sociopolítica e econômica da África; a quantidade e qualidade populacional que a juventude tem representado no continente africano e a necessidade de explorar a sua potencialidade para o bem do desenvolvimento do continente. Ainda, buscamos compreender a forma como os desafios, problemas sociopolíticos, econômicos, ambientais e de emprego têm constituído os aspectos de obstáculos e têm colocado a juventude africana a viver na fase de *Waithood* ou *Youthman* (a fase de espera). Tal espera implica em uma condição de vulnerabilidade, sem poder transitar, em boas condições, para a fase adulta; ainda a dissertação possibilitou entender a forma como os jovens, perante esses desafios, têm arriscado as suas vidas para superar os problemas da vida e sociais; e a forma como têm recorrido aos movimentos sociais e manifestações de rua para demonstrar as suas insatisfações.

Além disso, reforça a possibilidade de entender o conceito, as dimensões e as características dos repertórios de ação coletiva, e mudanças que estas sofrem através do regime instalado na sociedade, no tempo, no espaço, na realidade sociocultural, política, econômica e ambiental; descreve as dinâmicas da juventude africana no processo de mobilização social para a construção dos Estados africanos. Também, a dissertação permite perceber as organizações sociopolíticas e culturais das sociedades africanas no período pré-colonial, a invasão europeia ao território africano, a institucionalização dos impérios colonialistas e a colonização na África; a criação dos movimentos sociais anticolonialistas e como esses foram influenciados pelo movimento Negritude, Pan-africanismo e a Casa dos Estudantes de Império, para que pudessem lutar e conquistar a independência dos países africanos.

Em seguida, impulsionou o entendimento sobre os repertórios ou formas de mobilização social utilizados pela juventude guineense para a construção do Estado da Guiné-Bissau; para isso, esta dissertação ilustrou a organização sociopolítica, cultural e econômica do atual território da Guiné-Bissau, no período pré-colonial; a forma como tem sido a contribuição da juventude guineense nos seus grupos sociais, como se deu a mudança estrutural e cultural dos nativos da Guiné-Bissau com a chegada dos colonialistas portugueses e com a institucionalização do império colonial no território; a aparição dos movimentos anticolonialistas e a participação da juventude guineense na desinstitucionalização do colonialismo e emancipação da Guiné-Bissau.

Por conseguinte, destacou os repertórios de mobilizações sociais que a juventude guineense tem utilizado no processo de edificação do Estado da Guiné-Bissau; diante disso, elencou as dinâmicas, percursos e desafios que a Guiné-Bissau tem enfrentado no processo de democratização e edificação do Estado; a participação, a contribuição e os desafios da juventude guineense ao longo desse processo e em conformidade com os regimes instalados no país; a forma como a crise socioeconômica, política e a instabilidade política na Guiné-Bissau têm aumentado no agravamento da falta de oportunidades sociais aos jovens e a emigração massiva dos jovens; a forma como os jovens guineenses têm recorrido à música *rap*, movimentos sociais juvenis, a fim de apresentar as suas insatisfações, reivindicar os seus direitos, buscar as suas afirmações sociopolítica e a garantia de uma vida melhor.

Também, possibilitou entender as relações entre a juventude e os Estados africanos, os desafios da juventude africana na questão de emprego, de acesso aos serviços públicos, de acesso aos lugares governativos, lugares de acesso a tomadas de decisão e de barreiras que os Estados africanos têm criado aos jovens no processo de desenvolvimento; os aspectos de desconexão entre a juventude guineense com o Estado da Guiné-Bissau permitem a compreensão sobre a estruturação, os repertórios, a ideologia, os objetivos, as formas de mobilização de recursos e as dinâmicas da JAAC e da RENAJ.

Outrossim, esses debates trazidos sobre a juventude, os repertórios de ação coletiva ou as formas de mobilização social ajudam a compreender a concepção e a particularidades da ideia de juventude, das organizações juvenis, desafios, os problemas e perspectivas que a juventude guineense tem enfrentado; possibilitam entender as tipologias de repertórios de ação coletiva, as formas de mobilização, a consciencialização cívica e as dinâmicas que a juventude e organizações juvenis guineenses têm utilizado para a participação sociopolítica juvenil e transformação social. Isso demonstra que a juventude guineense tem ganhado a consciência da realidade sociopolítica, econômica, ambiental e global na qual está inserida, por isso tem buscado participar no processo de transformação social da Guiné-Bissau através de diversos meios viáveis, que estão a sua disposição, a fim de enfrentar os desafios sociais e buscar concretizar os seus anseios. A título de exemplo, a juventude guineense tem criado os movimentos sociais juvenis, grupos de rap, movimentos estudantis e ambientais, redes juvenis, organizações juvenis de perfil político etc. Isso demonstra a relevância da juventude e organizações juvenis guineenses na luta pela transformação social de forma positiva. Foi justamente nesta dinâmica que foram criadas tanto a JAAC quanto a RENAJ. Feito isso, a JAAC e a RENAJ, em conformidade com as suas ações observadas por meio da investigação deste trabalho, têm desempenhado um papel importante na vida da juventude e na realidade

sociocultural, política e econômica da Guiné-Bissau. Uma vez que as suas ações e repertórios de ação coletiva têm ajudado na questão de educação cívica, consciencialização da juventude e a população em geral sobre os seus direitos e deveres, incentivando-as a exercerem os seus direitos e deveres, sobre a realidade social, política, econômica e ambiental da Guiné-Bissau. De modo que essas questões têm auxiliado a população guineense a desenvolverem as suas capacidades de pertença, a saberem o que lhes pertence e em que momentos os seus direitos estão sendo violados para, assim, saberem reivindicá-los.

Assim, para que estas ações da juventude guineense e, sobretudo, da JAAC e da RENAJ, tenham mais relevâncias e impactos enormes e mais positivos na vida da juventude, da população e no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, é necessário que busquem mudar as suas ações e repertórios de ação coletiva que têm sido repetitivos mesmo em casos diferentes, que exigem alternativas. Isso quer dizer que a JAAC e a RENAJ devem enfrentar os desafios sociais momentâneos da Guiné-Bissau. Não devem ficar simplesmente fazendo palestras, *workshops*, conferências de imprensas entre outros, quando a realidade impõe outro desafio, mas, sim, é urgente a adoção e a utilização de manifestações de rua, *lobbys*, repertórios de ação político-institucional entre outros, com vista a criar as fortes influências nas mudanças sociopolíticas e na resolução dos problemas e os anseios da juventude guineense. A adequação dos repertórios e das atividades com as exigências sociais ajudaria a JAAC e a RENAJ a serem as verdadeiras vozes advogadas da juventude guineense, a ajudaria a herdar e desenvolver verdadeiramente a lição de inconformismo deixado por Amílcar Lopes Cabral, lutando assim pela causa da juventude e pelos reais problemas que tem afetado a Guiné-Bissau. Porque, essas vozes da juventude, JAAC e RENAJ, têm ficado indiferentes e em silêncio diante de problemas da juventude e do país. A título de exemplo de silêncio destas organizações diante de desafios e problemas da juventude e do país, destacam-se: a paralisação da educação pública; precariedade da saúde; suspensão de mais de 1500 técnicos da saúde e mais de 2000 professores das suas funções em 2022 (alegando o estancamento da massa salarial na função pública); a dissolução inconstitucional da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau; e as constantes violações dos princípios da Constituição da República e da democracia. A juventude e o país necessitam de vozes mais ativas para defender a construção de uma sociedade mais justa. Para tudo isso, é preciso que haja a união entre as organizações juvenis, seja de perfil social ou político, com a finalidade de fazerem uma frente única para lutarem juntas quando se trata das pautas, desafios, problemas e anseios de interesse comum (educação, saúde, acesso aos serviços públicos etc).

Por outro lado, é necessário que o Estado, os governos, os partidos políticos da Guiné-Bissau assumam as suas reais responsabilidades para com a juventude, que ultrapassem o

embelezamento ideológico sobre a juventude, que são colocados nos seus programas e políticas de desenvolvimento e nunca postos na prática. O Estado, nas suas praticidades, deve observar a camada juvenil como a sua aliada e não ao contrário, criando as condições necessárias de acesso à educação, à saúde e aos serviços públicos de qualidade. Criando a conferência nacional da juventude guineense (discutindo temáticas dos desafios sociais local e global), programa de fomento e incentivo dos projetos de intervenção sociais juvenis (com apoio financeiro do Estado, permitindo assim a independência financeira e a ausência das interferências das organizações internacionais na construção de pautas das organizações juvenis, pelo fato de apoiarem estas financeiramente). Acesso ao emprego, ao campo social, político, de governança e de lugares de tomadas de decisão. Portanto, a juventude guineense não precisa da representatividade da quantidade numérica nos lugares decisórios da governação, porque se observa o exemplo de vários jovens que tiveram as oportunidades de ocupar os lugares da governança e não demonstraram a preocupação de mudar a situação da juventude. Porém, precisa-se de uma representatividade qualitativa e ideológica dos anseios, problemas e perspectivas da juventude guineense, que possibilitaria a mobilidade sociopolítica dos jovens e buscaria a resolução dos problemas reais da juventude guineense. Para isso, é necessário que a juventude guineense, por meio da educação cívica e política da JACC, RENAJ e demais organizações sociais, ganhe a consciência de pertença da sua fase, potencialidade física e cognitiva, e dos seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____**CARTA AFRICANA DA JUVENTUDE.** Adotada pela sétima seção ordinária da conferência dos chefes do Estado e do governo, realizada a 2 de julho de 2006 em Banjul (Gambia).

_____**Direção Geral de Educação. Educação para a Cidadania.** Ano: 2013. Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

_____**Documento Estratégico de Redução de Pobreza na Guiné-Bissau.** Ano: 2005. Disponível em: <https://pdf4pro.com/view/documento-de-estrat-201-gia-nacional-de-b91b8.html> Acesso em: 11 de setembro de 2023.

_____**Documento Estratégico de Redução de Pobreza na Guiné-Bissau.** Ano: 2011. Disponível em: https://fecongd.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf Acesso em: 10 de setembro de 2023.

_____**UNIOGBIS. Educação para a cidadania, os direitos humanos e a paz na Guiné-Bissau.** Ano: 2019. Disponível em: https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/binder1_final_inde_referencial_29_november2019_revised_for_web.pdf Acesso em 15 de agosto de 2023.

_____**LEI DE BASE DE ASSOCIATIVISMO DA GUINÉ-BISSAU.** Ano: 2020.

_____**PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2017,** PNUD, Bissau.

_____**Programa Eleitoral de PAI Terra Ranka.** Ano: 2023. Disponível em: https://paigc.gw/wp-content/uploads/2023/05/Programa_Eleitoral_PAI-TR_EL2023_online.pdf Acesso em 01 de dezembro de 2023.

_____**Programa Operacional e Estratégico Terra Ranka.** Ano: 2015. Disponível em: <https://www.lerenovaveis.org/contents/lerpublication/plano-estrategico-e-operacional-2015-2020-terra-ranka.pdf> Acesso em 10 de novembro de 2023.

_____**Relatório da União africana. Conferência da união africana vigésima-nona sessão ordinária 3 - 4 de julho de 2017.** Adis Abeba, etiópia Ano: 2017.

_____**JUVENTUDE AFRICANA AMÍLCAR CABRAL (JAAC). Ficha de Apresentação.** Ano: 2018.

_____**Relatório África Center de Estratégias e Estudos. Primavera Árabe.** Ano: 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep26825.6> Acesso em 13 de outubro de 2023.

_____**Relatório Conjunto de The African Leadership Institute (AFLI) e o Gabinete do Enviado da Juventude da African Union (OYE).** Julho de 2020. Disponível em: <https://alainstitute.org/images/downloads/GreaterInclusionOfAfricanYouthPortuguese.pdf> Acesso em 25/11/2023.

_____**REDE NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS. Ficha de Apresentação Institucional.** Ano-2019. Disponível em: https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.renaj.gw%2F%3Ffbclid%3DIwAR2C9OqC_oVHSJv8uT7nATtiwxB0NAyVZq4fk3cCQzAoBucSVjvitVejnOU&h=AT1zcZZFOqJy0yBgWti8cinwBxxyyqFAAmheIrHrkbv48lwFvoLeZfqlsO86luM16WHn69x4WsxwMt_srg49FimDS869yU5fC59K3vLs-O0fhS17ZoADxUxHVOjGIJ6Jk Acesso em 20. julho.2020.

_____**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU.** Disponível em: <https://wipolex-res.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/gw/gw001pt.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2023.

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista brasileira de educação, n. 05-06, p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, M., Castro, M. G., Souza, A. N. A. D., Lima, F. D. S., & Pinheiro, L. D. C. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa.** 2006.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de et al. **Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertório, organização e difusão.** 2014.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova: revista de cultura e política 76 (2009): 49-86.

ARMANI, Domingos. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil.** Editora Peirópolis, 2008.

AUGEL, Moema Parente. **A nova literatura da Guiné-Bissau.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. República da Guiné-Bissau. Maio 1998.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Pan-africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63).** Anais do XVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

BOURDIEU, Pierre et al. **A juventude é apenas uma palavra. Questões de sociologia,** p. 112-121, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular.** 1986. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do partido.** EDITORA: in nota da editora Seara Nova, na edição de 1974 deste texto.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau um parto difícil.** Instituto nacional de estudos e pesquisa. Bissau, janeiro de 1995.

CARDOSO, Carlos. **Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau.** Codesria. Yaoundé, Camerón. 2008.

CASSAB, Clarice. **O lugar da juventude: espaço-temporalidades da noção de juventude.** In: XXVI Congreso de la Asociación Latino americana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007. p. 000-066.

CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial.** 2011.

DE BARROS, Miguel. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas.** UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: outubro de, 2014.

DE BARROS, Miguel. **Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social.** 2010.

DE CARVALHO ROCHA, Bruno; DE CARVALHO SOUSA, Luís Fernando. **“Rap é educação”, rap e religião: propostas para o Ensino Religioso1.** *Sacrilegens*, v. 19, n. 1, 2022.

DOMINGUES, Petrônio José. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica.** *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2005.

ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: História FAVERO, Osmar; VALLA, Victor Vincent. **Educação extra-escolar no Brasil: revisão de conceitos básicos.** In: *Fórum Educacional*. 1977. p. 53-61.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude.** *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 185-204, 2010.

FREIRE, Vanda Lima Bellard et al. **Música e sociedade.** Série Teses. Rio de Janeiro: ABEM, 1992.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed.-7. Reimpor. -São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. **Pão, circo e luta: mobilizações dos trabalhadores da cultura e arte na pandemia de covid-19 no brasil.** *Epistemological Others, Languages, Literatures, Exchanges and Societies Journal* n°12, avril 2021 ISSN 2271-6386 Groupe de Recherche Identités et Cultures (GRIC) Université Le Havre Normandie, France.

GOMES, Simone. **Da ação coletiva ao crime: repertórios de movimentos sociais e facções prisionais.** *Revista Brasileira de sociologia.* SBS, V. 07. N, 17, p. 184-200, Set, -Dez/2019.

HONWANA, Alcinda. **Juventude, waithood e protestos sociais em África.** *Desafios para Moçambique*, p. 399-412, 2014.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau.** Edição 70. Biblioteca dos estudos africanos. Lisboa. Ano 1982.

LOZEKANN, Cristiana. **Mobilização do Direito como Repertório de Ação Coletiva e Crítica Institucional no Campo Ambiental Brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 2, 2013, pp. 311 a 349.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Modelos Contemporâneos de Democracia e o papel das Associações**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 59-80, out. 2012.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHAEFER, Márcia Inês; NICOLETTI, André Selayaran. **Associativismo e repertórios de ação político-institucional**. Opinião Pública, v. 23, p. 361-396, 2017.

MANGO, Armando. **Os brames da Guiné-Bissau (séculos xviii-xx) história e antropologia**. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2001.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, v. 2, p. 10, 2004.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos- 7.ed.rev.ampl.** São Paulo: Atlas, 2015.225p.

MENDY, Piter Karibe. **A emergência de pluralismo político na Guiné-Bissau**. In: KODAWO, Fafali; MENDY, Piter Karibe (org.). **Pluralismo político em Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Instituto Nacional de Pesquisa. Ano 1996.

MUTZENBERG, Remo. **Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África**. Sociedade e Estado, v. 30, p. 415-447, 2015.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; DA SILVA, Camila Farias. **movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances**. Social. Antropol. Rio de Janeiro, V. 10.02. Mai0-agosto. 2020.

PETERS, Gabriel. **Bourdieu em pílulas (1): teoria e pesquisa sociológica**. Blog Que cazzo é esse. 2002.

RAMOS, Oscar. **Amílcar Cabral: para além do seu tempo**. Universidade de Cabo Verde. Praia, novembro de 2014.

SANGREMAN, Carlos, et al. Guiné-Bissau (1994-2005). **Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil**. Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises, 2008, XV (1): 3-25.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 49-87, 1998.

SEMEDO, Rui Jorge. **Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo**. Cadernos de Estudos Africanos, n. 40, p. 13-36, 2020.

SEN, Amartya. **O Desenvolvimento como Liberdades**. Gradiva, Lisboa; 2003.

SILVA, Patrícia Sofia Miranda. **A Cooperação Descentralizada como ajuda ao desenvolvimento social e participativo da Juventude.** Instituto universitário de Lisboa. Escola de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Economia Política. 2011.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** Revista brasileira de Ciência política, n. 3, p. 133-160, 2010.

TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria Gilvania Valdivino. **Dinâmica geracional, posições sociais e comportamento político.** Educação & Sociedade, v. 42, 2021.

WERNECK, Nisia Maria Duarte et al. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Autêntica Editora, 2004.

ANEXO A - Ilustração das organizações filiais da RENAJ

Número	Sigla das organizações	Origem das organizações Regiões/Sector	Nome de presidente da organização
1	ACR-GB		Ramalho da Silva
2	AJOIBI	MANSABA	Lamine Turé
3	AJOP	BISSAU	Ronaldo Victor da Silva
4	AJAD-NHACRA	NHACRA	Mamadu Serifo Djaló
5	AJOBES	BISSAU	Francisca Sana Sambú
6	AJUBAC-1	BISSAU	João da Silva
7	ASA	BISSAU	Deusa Marisa Fernandes
8	AJUMAES	GABU	Gibril Bodjan
9	AJUSVIHP	BISSAU	Winsan Fernandes Indafa
10	ADAJ	BISSAU	Antónia Graciete da Silva
11	AJADERBI	BIOMBO	Luis Ié
12	AEFASE	EMPADA	Famora Embalo
13	AJUBAP	BISSAU	Ceuna Manuel Quadé
14	AJOL	BISSAU	Malam Mané
15	AJORMAG	BISSAU	Paulino Oliveira Sanca
16	ACVDC	BISSAU	Ismaila Candé
17	AJODECD	BISSAU	Adriano Guimarães
18	ADC	BISSAU	Iaia Lopes
19	NETOS DE AMIZADE	BISSAU	Maguida da Silva Nanque
20	TDV-BM	BISSAU	Suaré Baldé
21	AJD	BISSAU	Loubumir Cabral
22	ACESA-BANDIM	BISSAU	Vandundo Cabral
23	GNT	BISSAU	Erickson Mendonça
24	FIJ	BISSAU	Cabi Sanhá
25	AJAUDEF	FULACUNDA	Lamine Mané
26	AJUB	BULA	Marcelo Soares Cassamá
27	CANTELAR	PETABE	José Manuel Vaz
28	AJUC	CALEQUISSE	Flavio Manduara Correia
29	AJAFIC	CATIO	Alfredo Candjono
30	AJOCUP	BISSAU	Aliu Braima Camara
31	COARMA	BISSAU	Aureliano M. Gomes
32	AJDMC	BISSAU	Lauterio Ié
33	AJUDEP-II	BISSAU	Edvaldo O. S. Correia
34	AGUIPROJ	BISSAU	Alexi Mendes
35	AJPDH	BISSAU	Seco Duarte Nhaga
36	AJUDIC	ILHA	Victor Q. Sintra
37	AJSN	BISSAU	Lamussa Dafé
38	AJODA	BISSAU	Malam Camará
39	AFABHA	BISSAU	Demba F. Baio
40	AJPA E AFINS	BISSAU	Jano Face Ié
41	AFAIC	ILHA	Sonia M. M. Lacerda

42	AJODECH	BISSAU	Bacar Candé
43	AJUAM	BISSAU	Adulai Biai
44	AJABE	BISSAU	Kabi Sanhá
45	AJACAF	BISSAU	Pedro Nan Fadé
46	COTEFORC	BISSAU	Secuna Mané
47	AJAB-BELEM	BISSAU	Olivio L. Sampa
48	AJOFASM	BISSAU	Malamine Bodjan
49	AMAC-CUNTM	BISSAU	Domingos Tchigna
50	AEFM	BISSAU	Hedwis Haerton Pereira Martins
51	GUIANDA	BISSAU	Humberto António da Silva
52	AJODEC/BB	BISSAU	Fodé Dabó
53	GSD	BISSAU	Carlitos Gomes
54	APRODESCO-BOR	BIOMBO	Carlitos Gomes
55	AJUDESCO	BAFATÁ	Tenem Mané
56	FINSJOR	BISSAU	Hortans Martinho Nab
57	AFAU	CACHEU	Mamadú Uolo Injai
58	RJDDC	BISSAU	
59	CPAP	TOMBALI	Mamadú Lamarana Djaló
60	AP	BISSAU	Fatumata Binta Biai
61	GLESSANAR		
62	AFIQ	BIOMBO	Toi Có
63	AFJ	BISSAU	Oswaldo C. Nanque
64	JUDDE-GB	BISSAU	

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente na construção da pesquisa intitulada **A JAAC e a RENAJ da Guiné-Bissau e os seus repertórios de ação coletiva (2019-2023): (des) encontros, aproximações e transformações sociais**. A sua participação não é obrigatória e, para participar, é necessário assinar o seu nome. Para isso, você receberá uma cópia deste termo de consentimento com contato para comunicar ou ajudar com informações ao pesquisador ou receber esclarecimentos sobre a pesquisa. Em qualquer momento que não sentir à vontade em continuar colaborar na realização desta pesquisa, terá toda a liberdade de indicar a sua desistência.

TÍTULO DA PESQUISA: A JAAC E A RENAJ DA GUINÉ-BISSAU E OS SEUS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA (2019-2023): (DES) ENCONTROS, APROXIMAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Felisberto Júnior Pedro Bacurim

ENDEREÇO: Rua Uruguai, casa 2143- Bairro centro/Pelotas.

TELEFONE: (71) 992412108

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Felisberto Júnior Pedro Bacurim e Simone da Silva Ribeiro Gomes

OBJETIVOS:

Geral:

- Compreender os repertórios de ação coletiva utilizados pela juventude na construção dos Estados africanos, e os de JAAC e RENAJ nos seus exercícios cívicos para as transformações sociais.

➤ **Objetivos Específicos:**

- Entender as dimensões da juventude e repertórios de ação coletiva em diferentes perspectivas e na leitura da realidade africana;
- Ilustrar os repertórios ou formas de mobilização social utilizados pela juventude na construção dos Estados africanos e na construção e edificação do Estado da Guiné-Bissau;
- Analisar as relações da juventude com os Estados africanos no processo de transformações sociais;

- Verificar e comparar as estruturas e repertórios de ações coletivas utilizados pela JAAC e RENAJ nos seus exercícios cívicos de consciencialização e transformações sociais.

JUSTIFICATIVA: assenta em criar a interação com os membros da JACC e da RENAJ que poderão ajudar em facultar informações, com vista a ilustrar os elementos constitutivos, objetivos, ideologias, repertórios de ação coletiva da JAAC e da RENAJ e desafios da juventude guineense.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: a obtenção das informações acontecerá na base da entrevista semiestruturada, sobre a qual os entrevistados responderão os questionários por meio de videochamada, mensagem de escrita e áudio no *Facebook*, *WhatsApp* e *Messenger*, dependendo da preferência do entrevistado.

RISCOS E DESCONFORTOS E MEDIDAS: a pesquisa ciente de possíveis danos emocionais ou incômodos ao longo de realização da entrevista, por isso, leva em consideração os princípios de respeito e consentimento de desistência mediante aos possíveis riscos.

BENEFÍCIOS: Contribuir em instigar o debate sobre a possibilidade criar ou adotar novos repertórios de ação coletiva como alternativas que responderiam os desafios sociais momentâneos da juventude e da Guiné-Bissau.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Os interlocutores desta pesquisa serão solicitados a dar as suas contribuições de forma voluntaria. Portanto, as suas participações acontecerão em jeito de solidariedade e sem reembolso económico.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: há o comprometimento de não distorção das informações dadas pelos entrevistados, com vista a não ferir as suas identidades. E assumimos o compromisso de utilizar, em nome dos entrevistados, simplesmente os dados autorizados, a fim de ajudar a materialização da pesquisa e ser realista para com interlocutores.

Assinatura do Pesquisador Responsável:

Eu, _____, declaro que li as informações apresentadas nesse documento, fui informado (a) pelo pesquisador **Felisberto Júnior Pedro Bacurim** a respeito dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios e custo/reembolso dos participantes, que irão orientar a minha participação nesta pesquisa. Diante disso, apresentou-me a garantia da liberdade de desistir de participar nesta pesquisa assim que sentir-me incomodado (a) com qualquer assunto relacionado a esta pesquisa. Afirmo que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento e esclarecimento. Fui informado (a) que as informações que darei para a construção desta pesquisa, que constituirá o requisito de obtenção de título de mestrado de pesquisador Felisberto Júnior Pedro Bacurim, e será publicada no repositório de Universidade Federal de Pelotas.

LOCAL E DATA: _____, ____ de _____ de 20__.

(Nome por extenso)

(Assinatura)

ANEXO C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Membros de JAAC)

A realização da entrevista semiestruturada feita com os membros de JAAC foi embasada nos seguintes questionários:

- 1- O que entende por juventude?
- 2- Quais os desafios da juventude guineense?
- 3- Como vocês se mobilizam para conseguirem suas demandas?
- 4- Quais tipos de repertórios de ação coletiva que a JAAC utiliza?
- 5- Quais os papéis de JAAC na zona rural e urbana?
- 6- Quais as estratégias de mobilização de recurso de JAAC?
- 7- O que entende por cidadania no contexto da Guiné-Bissau?
- 8- O que entende por educação cívica no contexto da Guiné-Bissau?
- 9- Qual deveria ser o papel da juventude guineense no processo de desenvolvimento?
- 10- Qual deveria ser o papel de Estado da Guiné-Bissau no processo de desenvolvimento em parceria com a juventude?

Nome:

Endereço:

Data de Nascimento:

Local de nascimento:

Profissão:

Grau de Escolaridade:

ANEXO D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Membros de RENAJ)

A realização da entrevista semiestruturada feita com os membros de RENAJ foi embasada nos seguintes questionários:

- 1- O que entende por juventude?
- 2- Quais os desafios da juventude guineense?
- 3- Como vocês se mobilizam para conseguirem suas demandas?
- 4- Quais tipos de repertórios de ação coletiva que a RENAJ utiliza?
- 5- Quais os papéis de RENAJ na zona rural e urbana?
- 6- Quais as estratégias de mobilização de recurso de RENAJ?
- 7- O que entende por cidadania no contexto da Guiné-Bissau?
- 8- O que entende por educação cívica no contexto da Guiné-Bissau?
- 9- Qual deveria ser o papel da juventude guineense no processo de desenvolvimento?
- 10- Qual deveria ser o papel de Estado da Guiné-Bissau no processo de desenvolvimento em parceria com a juventude?

Nome:

Endereço:

Data de Nascimento:

Local de nascimento:

Profissão:

Grau de Escolaridade: